GESTÃO SOCIAL E AGRICULTURA FAMILIAR

A CONSTRUÇÃO E A MATERIALIDADE DE NOVAS FORMAS DE ADMINISTRAR

Org.
Elisabete Stradiotto Siqueira
Iriane Teresa de Araújo

edufersa

Org.
Elisabete Stradiotto Siqueira
Iriane Teresa de Araújo

GESTÃO SOCIAL E AGRICULTURA FAMILIAR:
a construção e a materialidade de novas formas de administrar

2018

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)
Editora Universitária (EdUFERSA)

G393

Gestão social e agricultura familiar: a construção e a materialidade de novas formas de administrar / Organizadores, Elisabete Stradiotto Siqueira, Iriane Teresa de Araújo. — Mossoró: EdUFERSA, 2018.
281p.

ISBN: 978-85-5757-092-4

1. Política pública - gestão social. 2. Agricultura familiar. 3. Agroecologia. 4. Produção sustentável - agricultura. 5. Agricultura - comercialização. I. Siqueira, Elisabete Stradiotto. II. Araújo, Iriane Teresa de. III. Título.

EdUFERSA CDD – 320.6

Bibliotecário-Documentalista
Pacelli Costa (CRB15-658)

Editora filiada:

Av. Francisco Mota, 572 (Campus Leste, Centro de Convivência) Costa e Silva | Mossoró-RN | 59.625-900 | +55 (84) 3317-8267 http://edufersa.ufersa.edu.br | edufersa@ufersa.edu.br

Autores

Elisabete Stradiotto Siqueira

Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP (1999). Mestra em Administração pela PUC-SP (1993). Bacharela em Administração pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) (1986). Pesquisadora convidada da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professora adjunta da Ufersa. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em cultura organizacional e subjetividade, atuando, principalmente, nos seguintes temas: responsabilidade social, cultura organizacional, liderança, Administração e ensino de Administração.

Iriane Teresa de Araújo

Doutoranda em Administração (UNP) - Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA (2013), especialista em Contabilidade Gerencial pela Universidade Potiguar -Unp (2011), Bacharel em Economia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN - (2009). Atuei como docente da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (2009 a 2010) na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (2012-2013 e 2016) e também na faculdade Mater Christi - UNIRB (2013 a 2017). Possuo experiência na área de consultoria empresarial. Atualmente sou Gerente Financeira do NEaD/UFERSA, e docente da Faculdade Diocesana de Mossoró, e atuo principalmente nos seguintes temas: Serviços, Economia do Meio Ambiente, Métodos de Valoração Econômica, Comercio Internacional, Agroecologia, Comercialização, Políticas Públicas.

Ana Beatriz Bernardes Oliveira
Bacharel em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi--Árido (Ufersa) (2015). Tem experiência na área de pesquisa, com interesse em: gestão social, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento rural, agricultura familiar, empreendedorismo rural e cooperativismo.

Andreya Raquel de Medeiros França
Mestra em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pelo Programa de Pós--Graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade (PPGATS) da Ufersa (2016). Especialista em Gestão Ambiental com ênfase em Auditoria e Perícia pela Faculdade Vale do Jaguaribe (FVJ) (2014). Bacharela em Gestão Ambiental pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) (2013). Desenvolve atividades no grupo de pesquisa Desenvolvimento Regional: agricultura e petróleo da Faculdade de Ciências Econômicas (Facem) da UERN. Tem experiência na área de desenvolvimento rural, com ênfase em agricultura familiar, agroecologia, economia solidária e desenvolvimento rural, atuando, especialmente, nos temas: agricultura familiar, desenvolvimento regional, território, cooperativismo, agroindústria, sustentabilidade e meio ambiente.

Arrilton Carlos de Brito Filho
Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela Ufersa. Bacharel em Administração pela Ufersa (2013). Atua, principalmente, nos temas: responsabilidade social, gestão social, tecnologias sociais e empreendedorismo.

Christiane Fernandes dos Santos
Mestra em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela Ufersa (2013). Especialista em Educação pela UERN (2010). Licenciada em Geografia pela UERN (2008). Técnica em assuntos educacionais da Ufersa.

Edgilson Tavares de Araújo

Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (2012), com estágio doutoral em Serviço Social na Universidade Católica Portuguesa (UCP) (2012). Mestre em Serviço Social pela PUC-SP (2006). Especialista em Estratégias de Mobilização e Marketing Social pela Universidade de Brasília (UnB) (2002). Bacharel em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (1999). Professor adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), na área de políticas públicas. Assessor da Direção do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL/UFRB). Vice-líder do grupo de pesquisa Processos de Inovação e Aprendizagem em Políticas Públicas e Gestão Social. Pesquisador do Observatório da Formação em Gestão Social. Membro da Rede de Pesquisadores de Gestão Social (RGS). Consultor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (MDS/PNUD). Membro da Câmara Interdisciplinar da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e do Conselho de Administração da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Salvador. Ex-professor e ex-coordenador de cursos de graduação e pós-graduação no Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge), na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS) e Universidade Salvador (Unifacs). Atuou como gestor de organizações da sociedade civil, tais como: Federação Nacional das APAEs, Instituto APAE-SP, Sense International, Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial, Programa Artesanato Solidário, entre outros. Tem experiência e interesse nos seguintes temas/áreas: análise de políticas públicas, política e gestão da assistência social, gestão social, pessoas com deficiência, relações Estado-sociedade, gestão pública, formação de gestores sociais.

Elisabete Stradiotto Siqueira
Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP (1999). Mestra em Administração pela PUC-SP (1993). Bacharela em Administração pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) (1986). Pesquisadora convidada da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professora adjunta da Ufersa. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em cultura organizacional e subjetividade, atuando, principalmente, nos seguintes temas: responsabilidade social, cultura organizacional, liderança, Administração e ensino de Administração.

Emanoel Márcio Nunes
Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) (2009), com estágio doutoral na Rural Development Group da Wageningen University and Research Center, na Holanda (2008-2009). Mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) (2003). Bacharel em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (1996). Professor adjunto IV e pesquisador bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), lotado no Departamento de Economia da UERN, sendo líder do Grupo de Pesquisa e Desenvolvimento Regional: agricultura e petróleo, cadastrado no Diretório 5 do CNPq. Ex-subchefe do Departamento de Economia (DEC)/UERN (julho/2003 – março/2004. Ex-assessor da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG)/UERN (setembro/2003 – abril/2005. Ex-diretor da Facem/UERN (fevereiro/2010 – julho/2013). Ex-diretor-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Norte (Fapern) (julho/2013 – dezembro/2014). Professor permanente e orientador do mestrado dos Programas de Pós-Graduação em Economia (PPE)/UERN, e no de Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (Plandites)/UERN, e colaborador no mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade (PPGATS)/Ufersa. Tem experiência

na área de Economia, com ênfase em economia institucional, economia solidária e desenvolvimento rural, atuando especialmente nos temas: agricultura familiar, desenvolvimento regional, cooperativismo, agroindústria e ambiente.

Francisca Lígia Viana de Queiroz
Bacharel em Administração pela Ufersa. Tem experiência nas áreas de supervisão, gerência e administração.

Francisca Suerda Soares de Oliveira
Mestra em Economia Regional pela UFRN (2016). Bacharela em Ciências Econômicas pela UFRN (2014). Faz parte do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Avaliação de Políticas Públicas (GIAPP)/UFRN, onde vem desenvolvendo pesquisas sobre políticas agrícolas para a agricultura familiar, com ênfase no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e na distribuição do crédito rural segundo as regiões, os produtos e os produtores rurais. Desenvolve atividades no Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Regional: agricultura e petróleo da Facem/UERN. Pesquisadora e extensionista do grupo de pesquisa Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiro Setor desde julho de 2013.

Francisco Clébson Rodrigues de Lima
Bacharel em Direito pela UERN (2015). Tem experiência na área de desenvolvimento regional, cooperativismo, associativismo, agricultura familiar, compras governamentais e política territorial.

Inácia Girlene Amaral
Mestra em Ciências da Sociedade pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) (2003). Bacharela em Administração pela UFPB (1993). Professora da Ufersa. Membro do Grupo de Pesquisa em Administração

(Gepar)/Ufersa. Pesquisadora nas áreas de relações do trabalho, gestão de pessoas e organizações sociais. Coordenadora de desenvolvimento empresarial da Incubadora de Tecnologia e do Agronegócio de Mossoró – RN, da Ufersa.

Ionara Jane de Araujo
Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC) (2014). Bacharela em Ciências Econômicas pela UERN (2009). Atua principalmente nos seguintes temas: microeconomia, políticas públicas (principalmente as voltadas ao meio rural), Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), estatística, custos.

Iriane Teresa de Araújo
Doutoranda em Administração (UNP) - Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA (2013), especialista em Contabilidade Gerencial pela Universidade Potiguar -Unp (2011), Bacharel em Economia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN - (2009). Atuei como docente da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (2009 a 2010) na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (2012-2013 e 2016) e também na faculdade Mater Christi - UNIRB (2013 a 2017).Possuo experiência na área de consultoria empresarial. Atualmente sou Gerente Financeira do NEaD/UFERSA, e docente da Faculdade Diocesana de Mossoró, e atuo principalmente nos seguintes temas: Serviços, Economia do Meio Ambiente, Métodos de Valoração Econômica, Comercio Internacional, Agroecologia, Comercialização, Políticas Públicas.

Jakson Nunes
Graduando de Administração pela Ufersa.

Jéssica Samára Soares de Lima
Mestra em Estudos Urbanos e Regionais pela UFRN (2016). Bacharela em Ciências Econômicas pela UERN (2013). Desenvolve atividades no grupo de pesquisa Desenvolvimento Regional: agricultura e petróleo da Facem/UERN. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em economia solidária e desenvolvimento rural, atuando especialmente nos temas: agricultura familiar, desenvolvimento regional, território, cooperativismo, agroindústria, sustentabilidade e meio ambiente.

Karla Kallyana Filgueira Félix
Bacharel em Administração pela Ufersa (2015). Tem experiência profissional na área administrativa e comercial, como gerente administrativa, recepcionista e operadora de caixa lotérico. Ex-bolsista extensionista do Programa de Educação Tutorial (PET) – Conexões dos Saberes, da Ufersa. Ex-voluntária no projeto de pesquisa e extensão Qualidade de Serviços: desenvolvimento do comportamento social para o trabalho, na Ufersa. Enquanto pesquisadora, é autora e coautora nas áreas de marketing e marketing de serviços, gestão da produção, sustentabilidade, agricultura familiar, estratégia e áreas de gestão.

Késia Suyanny Silva da Costa
Graduanda de Administração pela Ufersa.

Lauro Cesar Bezerra Nogueira
Doutor em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (2015). Mestre em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) (2011). Bacharel em Ciências Econômicas pela UERN (2009). Professor do Departamento de Ciências Sociais da Ufersa. Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRN.

Liana Holanda Nepomuceno Nobre
Doutora em Administração pela PUC-PR (2015). Mestra em Administração pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) (2005). Bacharela em Administração pela Universidade Federal do Ceará (2000). Professora adjunta da Ufersa nas disciplinas de Finanças. Tem interesse nos seguintes temas: finanças comportamentais, decisões de financiamento e investimento, análise do risco e pequenas e médias empresas.

Nestor Gomes Duarte Junior
Mestre em Serviço Social pela UFRN (2013). Especialista em Gestão Pública pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá (FIJ) (2012). Bacharel em Serviço Social pela UERN (2011). Técnico administrativo na UERN. Docente na Faculdade Católica Nossa Senhora das Vitórias (FCNSV). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas (GEPP). Atua, principalmente, nas áreas de serviço social, controle social e políticas públicas.

Rafaela Cristina Alves de Freitas
Especialista em Gestão Pública Municipal pela UFRN (2011). Bacharela em Administração pela UERN (2009). Assistente em Administração na Ufersa.

Rinaldo Medeiros Alves de Oliveira
Especialista em Auditoria Contábil pela UERN (2012). Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (Farn) (2010). Coordenador de multimeios no campus Apodi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Rosa Adeyse Silva
Bacharel em Administração pela Ufersa. É mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas - PPGCISH, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Tem curso técnico profissionalizante de Assistente Administrativo pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Tem experiência profissional na área administrativa na UnP. Ex-bolsista extensionista do PET Conexões dos Saberes – Gestão Social, exercendo trabalho voluntário no referido programa. Ex-bolsista de pesquisa no Programa de Iniciação Científica Institucional (PICI)/CNPq. Bolsista pesquisadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)/CNPq. Enquanto pesquisadora, é autora e coautora de trabalhos nas áreas de: gestão da produção, gestão e educação ambiental, marketing, empreendedorismo, responsabilidade social, agricultura familiar e outras áreas de gestão.

Sarah Laurentina Tomaz Solano
Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela Ufersa. Especialista em Gestão de Pessoas pela UnP (2015). Especialista em Gestão Financeira pela UnP (2013). Bacharela em Administração pela UFRN (2011). Docente na Faculdade de Ciências e Tecnologia Mater Christi. Funcionária do Banco do Brasil, atuando como gerente de relacionamento, com experiência em consultoria financeira a pessoas físicas e jurídicas.

Valdemar Siqueira Filho
Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP (2002). Mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP (1996). Licenciatura em Letras pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) (1985). Professor adjunto da Ufersa. Professor do mestrado Ambiente, Tecnologia e Sociedade, atuando principalmente nos seguintes temas: pesquisa como processo de ensino, nomadismo e semiótica da cultura.

Zildenice Matias Guedes Maia
Doutoranda em Ciências Sociais pela UFRN. Mestra em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela Ufersa (2013). Bacharela em Gestão Ambiental pela UERN (2010). Atua principalmente nos seguintes temas: agroecologia, sustentabilidade, agricultura familiar e desenvolvimento rural.

SUMÁRIO

PARTE 3 TECNOLOGIAS SOCIAIS

APRESENTAÇÃO

Os paradigmas de gestão foram desenvolvidos com a Revolução Industrial, na tentativa de responder às demandas das organizações que tinham o lucro como sua principal meta. Dessa forma, princípios como centralização do poder, racionalização do trabalho e dos processos produtivos e racionalidade instrumental foram as diretrizes que deram os contornos para as práticas administrativas baseadas na competitividade.

Contudo, essa forma de gestão não considerava outros tipos de organizações, como cooperativas, sindicatos e associações, que buscam, em suas práticas produtivas, fortalecer processos de cooperação que permitam uma relação mais equilibrada entre os agentes organizacionais no que diz respeito à distribuição dos recursos físicos, financeiros, técnicos e simbólicos, resultantes da dinâmica produtiva.

Pensar formas de gestão pautada em valores como solidariedade, cooperação, democracia, igualdade de oportunidades, sustentabilidade ambiental e respeito às relações entre sociedade e organização, demanda um ponto de partida diferenciado, que substitua a racionalidade instrumental pela racionalidade substantiva, como proposto por Guerreiro Ramos. Trata-se de nadar contra a corrente da lógica dominante, que sustenta que a desigualdade social é resultado de competências e incompetências individuais, que o sistema como um todo oferece oportunidades iguais.

Para pensar nessa outra lógica de gestão, é necessário desnaturalizar que o lucro é a única finalidade organizacional, e que a competição é a única possibilidade de relação entre as organizações.

Várias formas organizacionais e perspectivas de gestão têm sido tratadas no sentido de retirar essa centralidade do lucro e de relações assimétricas de poder, entre elas, a gestão social é um conceito que vem sendo debatido mais intensamente a partir da década de 1990. Contudo, como um termo ainda em construção, tem sido questionado quanto

à sua viabilidade de constituir-se em uma forma de gestão adequada para organizações sociais, ou seja, se essa prática de gestão permite a sobrevivência de organizações no contexto de competitividade imposto pela lógica do mercado, ou se ele só seria possível em outra sociedade que não a capitalista.

Para lidar com esse questionamento, este livro propõe um recorte nessa discussão e toma o binômio gestão social e agricultura familiar como um campo para analisar essas relações.

A agricultura familiar, particularmente aquela desenvolvida no Semiárido nordestino, foi tomada como lócus para a gestão social por sua natureza, ou seja, diferente da agricultura patronal, não tendo o lucro como norte central de suas ações, mas, ao mesmo tempo, comercializa a produção excedente no mercado como forma de viabilizar a complementação das demandas de sobrevivência. Nesse sentido, é uma prática que pode transitar entre a lógica instrumental e substantiva e, nesse sentido, se torna um bom campo para se compreender como os princípios da gestão social podem ou não ter boas respostas para os dilemas da competição e cooperação.

Para percorrer esse caminho, o livro está dividido em três eixos. O primeiro trata da dimensão conceitual da gestão social, procurando demarcar como o conceito vem sendo construído, seus avanços e dificuldades de materializar-se como uma alternativa no campo organizacional.

Para tratar essa questão, os dois primeiros capítulos iniciais trazem uma reflexão teórico-conceitual sobre gestão social, procurando demarcar o histórico do conceito, as principais correntes teóricas, as críticas e potencialidades presentes nesse debate. O terceiro capítulo tece uma ponte com o lócus do estudo, ou seja, a agricultura familiar, procurando demonstrar os nexos entre a lógica da gestão social e da agricultura familiar.

Na segunda parte do livro, apresentam-se as experiências de organizações enraizadas na agricultura familiar. Os capítulos trazem

experiências de cooperativas e assentamentos rurais, evidenciando as potencialidades dessas práticas e suas limitações e dificuldades em operar com uma lógica orientada pela cooperação. Ilustra as dificuldades e as estratégias que vêm sendo utilizadas por esses grupos na busca de processos sociais e econômicos mais includentes. Ainda nessa parte do livro, também é abordado o papel das políticas públicas e como elas são fundamentais para equilibrar as assimetrias de acesso ao mercado, principalmente considerando a lógica da cooperação.

A terceira e última parte do livro traz o debate sobre as tecnologias sociais, evidenciando a necessidade de uma lógica de desenvolvimento de tecnologias baseadas na convivência com a realidade local e, ainda, que possam ser apropriadas pelo usuário. Nessa parte também é tratada a questão da economia solidária como uma possibilidade de relacionamento entre organizações que primam por uma lógica administrativa substantiva.

O livro não tem a pretensão de trazer respostas, mas de apontar caminhos, evidenciar as potencialidades e dificuldades que os atores sociais encontram em desenvolver uma lógica de gestão que favoreça à solidariedade e à cooperação.

Parte 1

Compreendendo a gestão social

CAPÍTULO 1

(IN)CONSISTÊNCIAS DA GESTÃO SOCIAL: UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Edgilson Tavares de Araújo

1 INTRODUÇÃO

A gestão, não raras vezes vista como um conformismo ao *status quo*, o que, na sociedade de mercado, significa operar sob a prevalência do capital sobre o trabalho, ou uma condição necessária e mesmo vital em todos os tipos de organizações, tem sido desconsiderada como um elemento dinâmico que envolve pessoas e valores, cujo impacto se estende para além do processo de trabalho organizacional em si, implicando repercussões sociais. Diferentemente do início do século XX, quando a preocupação central era apenas a gerência em si, o controle e a maximização produtiva e dos lucros, a gestão tornou-se polissêmica, diante da complexidade dos fenômenos socioeconômicos, procurando criar significados cotidianos para a ação individual e coletiva. Não se trata apenas do "como fazer gestão", mas de uma busca por respostas, também, ao "por quê e para quê fazer gestão", gerando tensões inquietantes para se compreender sentidos ideológicos e práticas das relações sociais. O verbo gerir tornou-se princípio, ganhando as mais diversas adjetivações, que invocam, além da lógica empresarial-lucrativa, o público, o político e o social.

Indutivamente, a partir de práticas pontuais e cooperações entre organizações públicas e privadas em torno da corresponsabilização e coprodução do bem público, vão-se criando fundamentos epistemológicos para a concepção de gestão social. Com *managing* de práticas em projetos e programas sociais, novos formatos organizacionais (redes, consórcios intermunicipais, fóruns, arranjos produtivos locais, incubadoras de

empreendimentos solidários etc.) e outros processos mobilizadores da sociedade, o arcabouço teórico-metodológico da gestão social vem-se estruturando. No campo acadêmico, priorizam-se novas agendas de pesquisa e extensão, mesmo sem haver maior precisão quanto aos usos e abusos desse novo contorno conceitual, principalmente na área de Administração. Num movimento paralelo, o Serviço Social discute – ainda que mais timidamente – a gestão social, demandando a profissionalização gerencial, valorizando competências técnico-instrumentais e não só as atitudinais, traduzidas pela racionalidade substantiva. Tal demanda ultrapassa fronteiras ideológicas, adentrando em questões postas por uma nova frente no mercado de trabalho, atraindo profissionais oriundos de outros campos, bem como propiciando significativas alterações quanto ao gênero nas profissões sociais, isto é, a ultrapassagem da noção de prestação de cuidados pela gestão da prestação de cuidados passa a atrair mais profissionais do gênero masculino.

A gestão social se institucionalizou (não por acaso) precocemente, na transição do século XX para o XXI, frequentemente atrelada aos conceitos de sustentabilidade, território e desenvolvimento. A adjetivação proposital ao conceito de gestão apresenta-se como construto inovador que denomina e domina, na contemporaneidade, a agenda política. A gestão social apresenta-se, portanto, como estratégia política dominante, capaz de dar sentido e reconhecimento a experiências localizadas "até então dispersas (ou que corriam o risco de dispersão) ocupando certo vazio de etiquetagem (*labeling*) que muitas delas vivenciavam" (BOULLOSA; SCHOMMER, 2009, p. 4).

Junto à supervalorização de práticas híbridas e, por vezes, contraditórias (inclusive reconhecidas pelos pesquisadores do próprio campo), percebe-se o movimento de modelização da gestão social, que passa de um processo a um produto inovador (BOULLOSA; SCHOMMER, 2009), que busca caracterizar um gestor do trabalho social capaz de atuar como mediador de redes e relações sociais mutáveis e emergentes. Trata-se, aqui, não só de

pensar a gestão organizacional como mero processo interno de atuação dos agentes institucionais, mas de um modo de externalidade das organizações. Desse modo, requer competências e qualificações tácitas e específicas, as quais, pelo discurso atual, podem ser adquiridas por meio de cursos de extensão, especialização, pós-graduação e, mais recentemente, graduação tecnológica. Intrinsicamente, aparece uma contradição lógica, já que há um descompasso entre a produção de conhecimento e a delimitação prévia e modelada de competências requeridas para uma área que, teoricamente, buscaria um novo perfil de gestor, voltado para uma racionalidade substantiva de ordem pública, no sentido amplo e contextual.

Mas, afinal, o que, de fato, vem a ser a gestão social? Um processo inovador que, precocemente, se institucionalizou como produto de ensino? Um processo inovador no campo das políticas públicas e da garantia da cidadania? Quem **é** e quem pode ser gestor social? Até que ponto realmente inclui segmentos de classe que nunca foram priorizados nos processos de gestão? Que direção **é** essa? Criação de uma nova categoria profissional ou nova carreira? Quais elementos dão consistência/inconsistência à gestão social, e como se apresentam no processo de formação de gestores sociais? O que se ensina/aprende sobre gestão social? Quais os fundamentos teóricos-conceituais para práticas contemporâneas e pontuais sobre aquilo que se designa como gestão social? Como se materializam os conceitos e quais suas ambiguidades e ambivalências nos processos formativos? Estas são algumas das questões que se busca responder nesta reflexão teórica.

O objetivo deste capítulo é trazer uma reflexão teórico-conceitual sobre a gestão social, buscando conhecer os elementos que atribuem consistência/inconsistência a esse conceito, que emerge, principalmente, na América Latina e, em especial, no Brasil. Para tanto, apontam-se alguns elementos e caminhos epistemológicos para análise desse conceito, a partir de resultados de uma tese de doutoramento em Serviço Social, defendida em 2012 pelo autor deste texto.

Além desta introdução, faz-se uma ampla revisão bibliográfica, de modo multidisciplinar, utilizando-se referências das áreas de Serviço Social, Educação, Administração Pública, Sociologia e da própria Gestão Social. Busca-se compreender a ascensão e relevância da gestão social, identificando-se e comparando-se diferentes concepções epistemológicas e metodológicas que concebem e fundamentam a gestão social. Busca-se, depois, analisar a constituição da Gestão Social enquanto campo disciplinar, observado, inclusive, pelo seu estado da arte, que parece ser desenvolvido de modo mais explícito na América Latina. Por fim, fazem-se algumas considerações finais e apontamentos para uma agenda de pesquisa.

2 ASCENSÃO E RELEVÂNCIA DA GESTÃO SOCIAL: ENTRE A FLUIDEZ DAS PRÁTICAS E A PRECOCE INSTITUCIONALIZAÇÃO

A partir da década de 1990, a crise hegemônica mundial repercute a extensão da precariedade do sistema de proteção social no Brasil, demonstrada por fatores como a dita escassez de recursos para atender às crescentes demandas provocadas pelas mazelas sociais, o aumento das iniciativas para assegurar a diminuição e a ação provedora/reguladora do Estado e o incentivo para o estabelecimento de "novas" relações de parceria com a sociedade civil. Nesse contexto, tornam-se latentes as discussões sobre a ampliação do espaço público, democracia e cidadania, enfatizando dilemas sobre privatização, publicização, focalização e universalização da política social. Tais tendências são atestadas, no Brasil, principalmente, a partir de 1995, com a Reforma Gerencial do Estado e o surgimento do Conselho da Comunidade Solidária, espaço mediador e articulador entre Estado e sociedade civil, tendo como funções precípuas opinar sobre ações governamentais na área social, propor novas estratégias, incentivar iniciativas não governamentais e promover meios para o fortalecimento do chamado "terceiro setor".

A gestão social surgiu dentro dos templários universitários, como possibilidade inovadora de pesquisa e ensino nas áreas de Administração e Serviço Social. Passou-se a trabalhar com releituras de conceitos, valorizando as contemporâneas práticas que buscam inovação e mudança social, dando valor a novas estratégias de intervenção para o desenvolvimento, de modo que, muitas vezes, não trabalhem com análises de elementos estruturais do sistema, não alterem modelos produtivos nem modos de distribuição de renda e de universalização de direitos.

Clama-se por uma gestão diferenciada, não taylorista, não filantrópica ou benemerente, caracterizada pelos princípios e valores ético-políticos, pela participação e dialogicidade, pela horizontalidade nas relações de poder. A gestão passa a ser pensada não apenas enquanto modo ou processo, mas pelas suas finalidades e pelos seus objetos, implicando alterações e alternativas para gerar mudanças. Novas nomenclaturas, releituras e adjetivações diversas rotulam conceitos e práticas gerenciais muitas vezes tradicionais, numa tentativa real e, às vezes, ufanista de mudança societária. No conjunto dessas preocupações e no sentido de afirmá-las e distinguir seu significado, a gestão com tais perspectivas começa a receber uma adjetivação – social. Essa nominação gestão social, ao ser disseminada e, mais do que isso, ao ter seus elementos como conteúdo de ensino, vai colocar novas questões. A primeira, pode-se inferir, indaga: o social colocado junto ao termo gestão é um adjetivo ou uma forma substantiva de entender e tratar a gestão organizacional?

O social, enquanto adjetivo, é atribuído às organizações e à gestão, às formas de empreendedorismo e às tecnologias, de modo proposital, ganhando uma agenda própria nas instituições tipicamente produtoras de conhecimento, em especial as universidades, bem como no campo político, nas organizações estatais e na sociedade civil, numa tentativa

de coprodução do bem público[1]. A gestão social nasce, portanto, como construto inovador que busca vencer a dicotomia do *mainstream* técnico dos que trabalham com os processos econômicos e dos "sonhadores" por uma sociedade justa, que buscam transformações e impactos sociais e ambientais, soluções para as "deformações das prioridades que nos levou aos dramas atuais" (DOWBOR, 2010, p. 3). Clama-se por outro mundo possível e, para tanto, por outra concepção e forma necessária de gestão do social que consolide a democracia. O cerne da questão é que não se pode administrar ou gerir o social seguindo a mesma lógica da produção fabril disseminada no século passado pelo taylorismo, pelo toyotismo ou pelo moderno *just-in-time*. Ao se falar em gestão social,

> [...] estamos falando de uma gestão integrada da sociedade, de modo que faça sentido. Não estamos nos referindo a gestão dos problemas sociais (os pobres) ou ambientais (as árvores), e sim de uma forma articulada de organizar o conjunto para que funcione (DOWBOR, 2010, p. 4).

O autor remete, portanto, à ideia de que o social é societário e coletivo, e não individual e lucrativo, quando considerando um tipo de gestão ao social.

Em se tratando do gerenciamento que tem por objeto o social, deve-se atentar para o tipo de gestão[2], finalidades, características e

---

1 Segundo Schommer et al. (2011, p. 40), com base em diversos autores, "entende-se coprodução do bem público como estratégia de produção de bens e serviços públicos em redes e parcerias, contando com engajamento mútuo de governos e cidadãos, individualmente ou em torno de organizações associativas ou econômicas. Por meio da coprodução, os cidadãos são ativamente envolvidos na produção e na entrega dos bens e serviços públicos, tornando-se corresponsáveis pelas políticas públicas".

2 Cabe ressaltar, para que não haja uma visão idealista, que, por exemplo, no campo social, algumas áreas, como a saúde, na atualidade, também podem ser geridas por lógicas lucrativas e não por valores ético-sociais, como deveriam.

racionalidades que serão aplicadas. Seria a gestão social uma contraposição à lógica taylorista, vista como uma forma mais humanizada e compactuada para inovar e promover mudanças, inclusive nas relações capital-trabalho? Utopia ou não, trata-se de uma tentativa que pode ser inovadora, talvez messiânica, necessária para o desenvolvimento societário.

Concebida nesses termos, a gestão social vem-se consolidando enquanto campo de práticas, conhecimentos e atuação profissional, que, não por acaso, precocemente vem-se institucionalizando (BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, 2009). Alguns fatores contribuem para isso, tais como: o fomento de pesquisas e programas de formação por órgãos públicos e agências internacionais; a criação de uma nova carreira pública de gestor social, iniciando com o cargo de Analista de Políticas Sociais, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; as demandas por capacitação gerencial na área pública e por parte das organizações do terceiro setor; as várias investigações envolvendo questões sobre a gestão e suas relações com participação, democracia, novas formas organizativas e relações intersetoriais; entre outros. Assim, progressivamente, têm-se a ascensão de programas de formação em nível de extensão, pós-graduação (*lato* e *stricto sensu*) e graduação (tecnológica e bacharelado), centro de pesquisa, publicações, eventos e outras materializações do que se designou chamar por gestão social.

O termo gestão social, frequentemente, está atrelado aos conceitos de sustentabilidade, território e desenvolvimento. A adjetivação proposital ao conceito de gestão surge como construto inovador que denomina e domina, na contemporaneidade, o cenário e a agenda política. Progressivamente se consolida defendendo um tipo de gestão mais humanizada, relacional e interdisciplinar, emergindo como construto inovador no âmbito acadêmico das ciências gerenciais. A gestão social

apresenta-se, portanto, como estratégia política dominante, capaz de dar sentido e reconhecimento a experiências localizadas "até então dispersas (ou que corriam o risco de dispersão) ocupando certo vazio de etiquetagem (*labeling*) que muitas delas vivenciavam" (BOULLOSA; SCHOMMER, 2009, p. 4). Tem-se, assim, um campo plural de concepções, conhecimentos e práticas que gradualmente vem-se consolidando, criado para responder às complexas questões e demandas sociais geradas desde a implementação do Estado Gerencial, a emergência do chamado terceiro setor e a responsabilidade socioambiental das empresas. Trata-se, portanto, de um conceito inovador e em construção, que corre o risco de passar de *processo* a *produto*, perdendo seu foco e características inovadoras (BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, 2009).

Ao se verificar a evolução dos grupos de pesquisa e eventos sobre gestão social, mesmo diante de incertezas e ambiguidades, de fato, ela aparece como construto inovador no âmbito acadêmico e gerencial capaz de dar sentido a práticas sociais localizadas e pontuais, trazendo explicações para as relações intersetoriais (Estado, mercado e sociedade civil) e "ocupando um certo vazio de etiquetagem (*labeling*)" (BOULLOSA; SCHOMMER, 2009, p. 2). Isso é comprovado pelo grande número de ações promotoras do culto ao símbolo da gestão social, enquanto inovação para a "transformação societária". As novas institucionalidades criadas e a releitura de conceitos, numa busca interdisciplinar de diálogo e entre diferentes campos do conhecimento e práticas sociais, criam um suposto novo campo de atuação e carreira, que é do gestor social. Este surge como agente diferenciado do gestor público ou privado convencional, sendo responsável pelo planejamento e gestão das mudanças com relação **à** minimização de problemas sociais. Tal fenômeno seduz e ganha espaço, inclusive, no campo da gestão pública governamental, que cria espaços para carreiras públicas nesse sentido (ARAÚJO; BOULLOSA; GLÓRIA, 2010). Como causa ou consequência disso, verifica-se a crescente oferta de programas de

formação de gestores sociais – mestrados profissionais, especializações, curso de extensão, cursos livres e, mais recentemente, graduações tecnológicas – com vagas amplamente disputadas por pessoas que já atuam ou que desejam atuar nesse campo.

Pelo grande número de ofertas e demanda por formação, pode-se perceber como se revela um forte *appeal* de mercado, de construção do conhecimento e ensino-aprendizagem; constituem-se novos grupos de opinião, enquanto *think tanks*, ávidos por novidades, não exatamente por inovações, preenchendo um vazio conceitual deixado pelo fenômeno do terceiro setor e ocupando um reinteresse pela gestão pública social (BOULLOSA; SCHOMMER, 2009). Se, por um lado, do ponto de vista da urgência em buscar soluções para as "problemáticas sociais" e pelo resgate do "homem público" (SENNETT, 1998), por outro, percebe-se que gradativamente a gestão social começa a perder seu caráter inovador processual enquanto acolhedora e sistematizadora analítica de experiências e práticas de gestão pontuais, ganhando um *status* de "produto inovador". Nesse sentido, Boullosa e Schommer (2009, p. 2) alertam que a dinâmica construtiva da gestão social passa por "um processo de inversão de significados, passando de índice a ícone: em lugar de indicar um conjunto de experiências que se contrapunha a modelos tradicionais de gestão, passa a representar a si mesma". A precoce modelização e institucionalização desse campo gera o risco de criar amarras interpretativas e estruturas de problematização para as ações gerenciais do social. A consolidação da gestão social enquanto campo epistemológico cria um processo de "semiose infinita", tal como descrito por Charles Peirce. O importante não é o signo da gestão social, mas a situação sígnica representada a partir dos seus significantes e interpretantes.

3 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E ÉTICO-POLÍTICOS DA GESTÃO SOCIAL

Cidadania, participação, democracia, justiça social, políticas públicas e sociais, responsabilidade socioambiental empresarial, enfrentamento da pobreza, novas relações de poder, desenvolvimento sustentável, territorialização, entre outros, são temas de pesquisa, formação e intervenção dos grupos e núcleos acadêmicos citados. Certamente, os focos dados por cada um deles são bastante diferenciados, variando conforme as suas experiências locais e *expertises* que inicialmente guiaram os pesquisadores que os instituíram. Diante dos conceitos e tentativas conceituais ambíguas sobre o que vem a ser a gestão social, pode-se observar, porém, que há neles algo em comum, que remonta a aspectos teóricos clássicos de autores que explicam fenômenos ligados à gestão, à burocracia, aos processos sociais, ao Estado, às organizações, ao público e ao privado, tais como: Alberto Guerreiro Ramos, Mary Parker Follett, Hanah Arendt, Maurício Tragtenberg, Jünger Habermas, Antônio Gramsci, entre outros. Esses autores se contrapõem aos modelos de gestão empresarial lucrativo, apontando alternativas aos modelos de gestão, considerando valores da democracia, da valorização do ser humano, da horizontalidade nos relacionamentos e nos processos decisórios e do desenvolvimento social.

Além de compreender a gestão social enquanto um campo de práticas e conhecimentos em construção, é preciso discutir aspectos deontológicos e epistemológicos que fundamentam tal constructo, diante das tentativas interdisciplinares de sua análise. Por isso, para entender o que distingue conceitualmente e eticamente a gestão social da gestão privada e pública, mesmo parecendo ser aparentemente clara tal distinção, é importante revisitar aquilo que se entende por gestão e o que se entende por social. Assim, talvez se tenha como distinguir para que veio e a que se contrapõe a gestão social, o que a diferencia, qual tradição que pretende inovar. Fazer tal análise exige, além de tudo, um cuidado relacionado à compreensão dos aspectos histórico-culturais

e ético-políticos que regem tais conceitos, normalmente associando a gestão a algo do capitalismo, do conformismo com o sistema, não coadunando com a ideia de mudança do social. Daí tem-se uma ambiguidade nata da gestão social, gerando, inclusive, certo anacronismo necessário àquilo que se determina enquanto nova questão social.

4 CONCEITOS DE GESTÃO SOCIAL: HIBRIDISMO, AMBIVALÊNCIAS, AMBIGUIDADES, DIFERENCIAÇÃO OU MAIS DO MESMO?

Com a emergência e proliferação do uso da terminologia gestão social na agenda política e midiática, é importante saber o que, de fato, distingui-la em termos conceituais e práticos. Isso leva a duas tendências: primeira, a própria banalização do termo, já que o universo de práticas sociais passa a ter um novo contorno, e tudo que não é caracterizado como gestão tradicional passa a ser social; segunda, a emergência do chamado terceiro setor dando novas configurações nas relações entre Estado e sociedade para enfrentamento dos problemas sociais (FRANÇA FILHO, 2003, 2008; CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011). O sentido do não lucrativo é estendido como campo da gestão social, sendo, muitas vezes, confundido com o não mercantil e não monetário[3]. Além de um risco epistemológico, há uma confusão com relação às diversas práticas gerenciais e de ação social realizadas por organizações públicas e privadas.

O que, de fato, está-se referindo, quando se fala em gestão social? Como já salientado, *a priori*, diante dos termos historicamente postos em contraposição, gestão sempre esteve associada a processos e mecanismos

3 França Filho (2002) traz uma importante discussão sobre a integração entre as dimensões econômica e social, destacando três formas de economia (mercantil, não mercantil e não monetária) para distinguir os conceitos de terceiro setor, economia solidária, economia popular e economia social.

de poder nas relações capital-trabalho. A gestão "se tornou a ciência do capitalismo, submetida por uma vontade de domínio que se apresenta fundamentalmente racional", afetando não apenas o campo da economia, mas a sociedade inteira (GAULEJAC, 2007, p. 75). Ocorre que, na última década, a gestão, de uma espécie de conformismo ao sistema, passou a ser considerada cada vez mais necessária no âmbito do social, mesmo para os mais céticos. Ao se tratar de gestão, cujo modo, objeto e finalidade é o social, deve-se atentar para que tipo de gerenciamento, com quais finalidades, características e racionalidades opera e adota. A questão é: em que medida a qualificação da gestão como social altera essencialmente a concepção de gestão? (ARAÚJO, 2011).

Compreende-se que se trata de um conceito em construção, com características híbridas, devido à mistura de elementos que o compõe, inclusive por se tratar de um vocábulo composto por categorias inicialmente antagônicas. Levando-se em conta, também, o caráter ambíguo, a gestão social pode ser considerada em dois ou mais sentidos, permitindo a presença do "ou". O caráter ambivalente, quase natural, desse termo, remete à definição de Bauman (1999, p. 9) sobre ambivalência: "possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria é uma desordem específica da linguagem, uma falha da função nomeadora (segregadora) que a linguagem deve desempenhar". Isso gera um desconforto pela incapacidade de ler adequadamente a situação e optar entre ações alternativas. Porém, a ambivalência não é produto da patologia da linguagem ou do discurso, pois decorre da necessidade de nomear e classificar, de "postular que o mundo consiste em entidades discretas e distintas; depois, que cada entidade tem um grupo de entidades similares ou próximas ao qual pertence e com as quais conjuntamente se opõem a algumas outras entidades" (BAUMAN, 1999, p .11). No caso da gestão social, parece haver um direcionamento claro para a sua finalidade, mas não se consegue distinguir com clareza o que a diferencia em termos paradigmáticos e de

práticas. Surgem algumas inquietações que levam à finalidade desta seção: Qual a pluralidade de concepções sobre gestão social? Quais seus fundamentos epistemológicos? Está claro o que de fato classifica-se como gestão social? Tudo pode remeter àquilo que se queira anunciar por gestão social?

Pelo exposto até então, pode-se afirmar que toda gestão supõe necessariamente uma dimensão social, interacional, relacional, o que, *a priori*, tornaria redundante uma formulação do tipo "gestão social" (FRANÇA FILHO, 2003, 2008). O uso da adjetivação "social" implicaria a existência de uma gestão não social? O adjetivo "social" pode ser entendido, basicamente, como espaço de relações sociais onde todos têm direito à fala (GONDIM; FISCHER; MELO, 2006). Pode-se dizer que tal adjetivação é proposital, mesmo que redundante e pleonástica, a fim de enfatizar o que, muitas vezes, o gestor esquece: "que suas ações têm impactos sobre a humanidade" (FISCHER; MELO, 2002, p. 3). "Ser social é algo que é feito para e pela sociedade". Isso deve permear todo e qualquer processo de gestão, assim como qualquer ação humana (BASTOS, 2001). Logo, as pessoas são colocadas no centro das questões relacionadas à gestão (social ou não), instigando a novas indagações: O que as pessoas fazem da gestão? O que a gestão faz com as pessoas? Como as pessoas vivem na sociedade da gestão? Tais questões podem guiar as discussões sobre a gestão social, já que, para tentar respondê-las, se faz necessário reconhecer a diversidade de visões de mundo, lógicas, valores, formas de comunicação, prioridades ao se viver.

Plasticidade, fluidez e hibridismo aparecem como elementos constitutivos da gestão social. Enquanto modo de gestão, trata-se de uma modalidade que pressupõe um humanismo radical, criatividade e ética. Enquanto objeto social para lidar com as contingências entre o público e o privado na consolidação das democracias, remete a aspectos teórico-metodológicos referentes a novos formatos organizacionais e novos modos de gerir, evidenciando a solidificação e institucionalização

(por vezes, precoce) de um campo epistemológico e ético-político, que busca explicar as relações e processos sociais. Tais explicações são traduzidas (pelo menos no nível do discurso) a partir de uma visão multi ou interdisciplinar da realidade social.

Visto os pressupostos que embasam a lógica da gestão social, apresentam-se e analisam-se alguns conceitos ou caminhos para conceituar, propostos por teóricos brasileiros que, em sua maioria, os anunciam como algo híbrido, fluído e em construção.

Faz-se uma síntese desses conceitos no Quadro 1[4] (anexo), originalmente proposto por Maia (2005a, 2005b) e aqui adaptado. A partir desse modelo de análise teórico-conceitual, elaborado com base nas propostas de "análise temática" e "análise das relações" anunciadas por Minayo (2004), pode-se examinar diferentes conceitos de autores já citados neste texto, buscando analisá-los a partir dos seus:

a) *Valores* (axiologia): Princípios referenciais que inspiram e dão direção às construções teórico-práticas da gestão social;
b) *Propósitos* (teleologia): Finalidades ou intencionalidades para onde se quer chegar com a gestão social;
c) *Focos* (epistemologia): Referências teóricas que dão sustentação à perspectiva explicativa e propositiva da gestão social;
d) *Agentes* (ontologia): Pessoas e organizações que protagonizam o processo da gestão social;
e) *Locus* e *metodologia* (praxiologia): O loco delimita o território ou o campo de viabilização da gestão social. A metodologia constitui-se

4 Originalmente, o quadro proposto por Maia (2005a) analisa os conceitos de Tenório (1998, 2008), Singer (1999), Dowbor (1999), Carvalho (1999) e Fischer (2002, 2009). Araújo (2012) acrescentou, ainda, a essa lista, a perspectiva de França Filho (2003, 2008), da própria Maia (2005a, 2005b) e de Boullosa e Schommer (2008, 2009).

> do caminho, das idéias e dos instrumentos balizadores para a viabilização da gestão social (MAIA, 2005a, p. 11).

Um dos autores mais citados no campo é Tenório (1998, 2008, p. 39) que define e revisita o conceito de gestão social como "processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais)". O autor faz uma análise a partir das categorias Estado-sociedade, capital-trabalho, gestão estratégica e gestão social, democracia deliberativa. A base analítica utilizada é a teoria da racionalidade comunicativa de Jürgen Habermas, trazendo o "agir comunicativo" como base da gestão social, no sentido de que, por meio do diálogo, se amplia a intersubjetividade e se compartilha a autoridade decisória, promovendo uma evolução social.

A conceituação de Singer (1999, p. 55) é um pouco menos explícita; porém, enfatiza que esse conceito "abrange uma grande variedade de atividades que intervêm na vida social em que a ação individual auto-interessada não basta para garantir a satisfação das necessidades essenciais da população". Sendo assim, analisa uma perspectiva ampla de análise, abrangendo causas que vão do abandono de crianças às questões de capital-trabalho, sendo viabilizada por meio de políticas e práticas articuladoras entre diferentes atores públicos e privados.

Para Dowbor (1999a), por se tratar de um tema recente, carece-se de novos paradigmas que articulem a redefinição das relações entre o econômico, o social e o político para a transformação da sociedade. Nessa articulação, a atividade econômica passa a ser o meio e o bem-estar social a finalidade do desenvolvimento. Desse modo, caberia à gestão social um novo padrão de articulação entre os diferentes atores públicos e privados.

Gestão social como "gestão das ações sociais públicas [...] gestão das demandas e necessidades dos cidadãos" é o conceito dado por Carvalho (1999, p. 19). Enfatiza a necessidade de participação da sociedade civil e o compartilhamento de responsabilidades para a criação de um *welfare mix*, articulando, complementando e promovendo convergências de políticas e programas. Analisa, também, as tensões entre as lógicas da eficiência e da equidade, bem como da lógica da tutela ou compaixão e a lógica dos direitos.

Fischer (2002) caracteriza a gestão social enquanto "gestão do desenvolvimento social", enquanto campo de relações de poder, conflito e aprendizagem. A autora analisa como um espaço "reflexivo das práticas e conhecimentos constituídos por múltiplas disciplinas" e um "processo de mediação social" entre indivíduos, grupos, organizações, coletividades, redes e interorganizações. Enfatiza a necessidade de entrelaçamento das dimensões praxiológicas e epistemológicas já acumuladas, aponta uma "proposta pré-paradigmática" da gestão social.

França Filho (2003, 2008, p. 12) propõe um conceito de gestão social que possa "absorver tanto a dimensão de processo ou meio (como opera a gestão), quanto aquela da finalidade (quais os objetivos da gestão)". Enquanto fim (nível macro), aproximar-se-ia da gestão pública, pois ambas buscam atender às demandas e necessidades da sociedade. Enquanto processo, visto como um meio, busca subordinar as lógicas instrumentais [típicas da gestão privada/estratégica] a outras lógicas, mais sociais, políticas, culturais ou ecológicas. Para isso, o autor desconstrói o conceito lógico do que seria uma gestão social, buscando compreender a complexidade da problemática da sociedade (nível societário) e a modalidade específica de gestão (nível organizacional), perpassando a gestão pública, privada e da sociedade civil.

Maia (2005a, 2005b, p. 15) que, pioneiramente, propôs essa análise dos diferentes conceitos de gestão social, conclui que a gestão social é

> [...] um conjunto de processos sociais com potencial viabilizador do desenvolvimento societário emancipatório e transformador. É fundada nos valores, práticas e formação da democracia e da cidadania, em vista do enfrentamento às expressões da questão social, da garantia dos direitos humanos universais e da afirmação dos interesses e espaços públicos como padrões de uma nova civilidade (MAIA, 2005a, p. 15).

Para Boullosa e Schommer (2009, p. 1 – grifo das autoras), "a noção de *gestão social* indica e fortalece um novo modelo de relações entre Estado e sociedade para o enfrentamento de desafios contemporâneos". As autoras afirmam que a gestão social traz forte presença de valores de democracia, participação, justiça, equidade e bem-estar social, sinalizando para o processo de coprodução dos bens públicos. As autoras afirmam que o termo passou a ser um construto estratégico criado por grupos de atores sociais e comunidades de prática para conceituar e contextualizar experiências criativas de gestão territorialmente localizada e situada entre o Estado, o mercado e a sociedade civil (BOULLOSA; SCHOMMER, 2008). Tais experiências, que eram até então dispersas ou em risco de dispersão, ganham uma nova etiquetagem (*labeling*), já que ocorre, de um lado, um enfraquecimento das noções de gestão participativa, gestão democrática e gestão do terceiro setor e, por outro lado, a retomada da gestão pública. Porém, de modo paradoxal, a propósito de a gestão social passar a perder seu caráter de "processo de inovação", passando a ser considerada como "produto inovador", gerado, principalmente, pela precoce institucionalização do campo.

De modo geral, pela análise do Quadro 1 (anexo) algumas noções fundamentais da gestão social são explicitadas pelos autores analisados: (a) a forte presença de valores de democracia, participação, justiça, equidade e bem-estar social; (b) a dialogicidade, horizontalidade e solidariedades nas relações; e (c) a atuação intersetorial e interorganizacional.

Os valores de democracia, participação, justiça, equidade e bem-estar social levam a crer que se trata de uma gestão mais inclusiva. Essa compreensão pressupõe a existência da apartação e exclusão existentes nos processos sociais.

A dialogicidade, a horizontalidade e a solidariedade, explícitas, ou não, por todos os autores, como condicionante à gestão social, manifesta outro tipo de olhar sobre os processos sociais, nos quais a lógica da sociedade prevalece. Remonta ao ideal do *poder-com* em contraposição ao *poder-sobre*, no qual "nossa contribuição não tem valor, a menos que esteja efetivamente relacionada às contribuições de todos os outros envolvidos" (FOLLETT, 1973 apud GRAHAM, 1997, p. 25). Para isso, é preciso compreender a complexidade organizacional e societal, não departamentalizando o pensamento, dicotomizando princípios éticos e econômicos, problemas sociais e econômicos, já que existem princípios fundamentais a serem aplicados a todas as situações.

Pode-se perceber similaridades e distinções entre os diferentes autores, prevalecendo em todos a noção de uma gestão voltada para mudança e inovação dos padrões vigentes, fortalecimento da democracia e consolidação da cidadania, enquanto principais valores presentes nos conceitos. Pode-se perceber que são elementos estruturantes de todos esses, em maior ou menor intensidade para cada um dos autores, os ideais de democracia, participação, desenvolvimento, cidadania, bem público, governança, formas de intervenção. Assim como identificado por Maia (2005b), os valores preponderantes da gestão social são a **democracia** e a **cidadania,** fundamentados em sua *práxis* considerando a gestão social em contraposição à perspectiva mercantil.

A análise dos propósitos estabelecidos pelos autores revela que estes afirmam a gestão social com propósitos voltados às ações (gerenciais, sociais públicas), aos processos sociais (conjunto de ações, desenvolvimento social) e ao desenvolvimento social (afirmação, transformação). Estes possuem efetiva relação, porém trazem importantes distinções,

no que diz respeito ao entendimento da **gestão social, gestão do social** e **gestão pelo social.** A *gestão do social* trata das ações ou mesmo dos processos que reúnem um conjunto de ações, seja na perspectiva gerencial (TENÓRIO, 1998), como em torno das políticas públicas (SINGER, 1999) ou políticas sociais (CARVALHO, 1999), não explicitando a intervenção imediata na complexa trama do desenvolvimento societário, apesar de reconhecê-la como importante mediação para o desenvolvimento. Na maioria das vezes, configuram ações, projetos e programas executados por atores públicos governamentais e não governamentais. A *gestão pelo social* se aproxima da ideia das ações sociais realizadas por empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs) e organizações do terceiro setor, retomando elementos instrumentais, caritativos e filantrópicos, isto é, fundada nos princípios do doador e não necessariamente no cidadão que recebe, o qual é visto de modo passivo. No caso da gestão social, configuram-se processos de desenvolvimento societário (FISCHER, 2002), transformações nos padrões de desenvolvimento (DOWBOR, 1999b), mudanças societárias que promovam emancipação (MAIA, 2005a, 2005b) e novos modos de relacionamento intersetorial voltados para o enfrentamento das questões sociais contemporâneas.

Carvalho (1999) e Singer (1999) aproximam-se mais da noção da gestão social enquanto gerenciamento de ações públicas, no sentido lato da gestão de políticas públicas. França Filho (2003, 2008) foca no gerenciamento das organizações que atuam diretamente na área social e no reconhecimento da finalidade da gestão social, analisando, também, a sua natureza. Tenório (1998, 2008), Dowbor (1999a), Fischer (2002), Maia (2005a, 2005b) e Boullosa e Schommer (2008, 2009) estariam numa vertente abrangente, porém não menos híbrida, da gestão social como um campo de ação voltado para a gestão de ações promotoras de mudanças sociais (incluindo aquelas do desenvolvimento), para ações interorganizacionais e intersetoriais e ampliação do espaço público. Esta última parece ser, portanto, uma tendência, porém alertando

que se trata de um conceito em construção (*in progress*), com muitas ambiguidades, ambivalências e paradoxos. Portanto, um construto passível de desconstruções, (in)consistências e desvirtuamentos, sendo analisado neste estudo. Maia (2005b) afirma que, pela análise, pode-se compreender que o construto é fundado na contra-hegemonia do projeto societário cidadão, e já se constitui como sua "superação" (CURY, 2002) e como "um processo social de desenvolvimento ou conjunto de processos sociais viabilizador do desenvolvimento societário" (MAIA, 2005b, p. 77).

Pode-se afirmar, portanto, que não há uma interpretação unívoca do conceito de gestão social. Pelo menos, além dos enunciados nos conceitos analisados, é o que frequentemente se ouve nos congressos, encontros e cursos de gestão social, dentre os que a estudam e/ou entre os que a praticam. Compartilha-se da afirmação de Boullosa e Schommer (2008, 2009), de que se trata de um conceito em formação, um conceito *in progress*. A gestão social teria, portanto, múltiplas possibilidades interpretativas.

Ao se analisar os **focos** dos construtos teóricos, pode-se afirmar que gestão social é um conceito interdisciplinar por natureza, porém, em alguns casos, predomina a visão das ciências gerenciais, o que se justifica pela ascensão do conceito nas escolas de Administração de Empresas e Administração Pública. O conceito de Maia (2005a, 2005b) é o que traz uma visão mais voltada para as Ciências Sociais numa perspectiva mais ampla. Também se percebe uma ampliação dos referenciais que apontam a gestão social como campo de atuação e processo de mudança. Nesse sentido, aponta para uma virada paradigmática questionando leis, conceitos, valores, regras e critérios até então afirmados no mundo da gestão. Giannella e Moura (2009) propõem uma virada paradigmática, defendendo a necessidade de uma abordagem pós-positivista da gestão, priorizando a dialogicidade, a horizontalidade e a solidariedade nas relações.

Os ***loci*** e **agentes** que viabilizam a gestão social apontam para organizações públicas e privadas, além de alguns autores centrarem nas políticas públicas e na participação ativa dos cidadãos. Valorizam-se as organizações que atuam em redes (interorganizações), as relações intersetoriais e o local. Esses campos introduzem a perspectiva da necessária pactuação entre as dimensões e agentes sociais, políticos e econômicos (DOWBOR, 1999a). Percebe-se uma afirmação da gestão social enquanto mecanismo de ampliação do espaço público, bem como o espaço público sendo ampliado pela gestão social (MAIA, 2005b; BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, 2009), uma vez que se pretende realizar a coprodução dos bens públicos.

Com relação à atuação intersetorial e interorganizacional, o campo da gestão social é um híbrido de componentes, oriundo do Estado, mercado e sociedade civil. A ação intersetorial propiciada pela gestão social traz, portanto, uma nova lógica de superação da fragmentação das políticas, considerando o cidadão em sua totalidade, já que estabelece novas relações sociais (JUNQUEIRA, 2004, 2008). A gestão social é, portanto, mediadora e articuladora de processos intersetoriais voltados para o desenvolvimento e superação da exclusão. Logo, ocorre como gestão das interorganizações, ou seja, organizações que trabalham juntas ou interorganizadas, cuja principal característica é a hibridização e a complexidade. As interorganizações são constituídas por organizações diferenciadas, conectadas por propósitos comuns e integradas, resultando (ou não) em novas formas organizacionais, tais como: fóruns, conselhos, redes, consórcios, arranjos produtivos etc. A associação se faz pela complementaridade – portanto, pela busca do diferente que possa cooperar para se atingir um resultado, exigindo, dessa forma, modos diferenciados de gestão nessa perspectiva de ampliação de espaços públicos sociais (FISCHER, 2002).

As **metodologias** apontadas, no Quadro 1 (anexo), como caminhos para a gestão social, apesar de trazerem uma riqueza em termos de

pressupostos, estratégias e ferramentas, indicando para os **processos sociais** e **mediações** (TENÓRIO, 1998, 2008; FISCHER, 2002; MAIA, 2005b; BOULLOSA; SCHOMMER, 2009), talvez sejam o marco analítico que mereça maior cuidado, no que diz respeito às possíveis inconsistências e ambiguidades que podem existir. Cabe aqui salientar que as diferentes formas de atuação e intervenção existentes no âmbito da gestão social prioriza processos sociais amplamente participativos, como, também, pode apontar para estratégias de mercado cujo risco de manipulação do social é bastante elevado.

Pela decomposição dos conceitos e nortes conceituais da gestão social apresentados, pode-se concluir que a gestão social é um espaço de interação, uma possibilidade de ampliação do espaço público, a gestão enquanto elemento mediador das relações que nela se estabelecem.

5 CAMPO DA GESTÃO SOCIAL

Pelas características apresentadas até então e pela multiplicidade e polissemia conceitual, a gestão social constitui um **campo**, como cunhado por Bourdieu (1989, 2004), em analogia à noção de campo gravitacional, sendo útil para colocar a perspectiva das posições, das relações, dos discursos e da lógica e sentido que guiam a ação dos sujeitos ao interior de cada âmbito de atuação. Ou seja, a ideia de campo trata de um espaço social estruturado de posições e interações objetivas, cujas propriedades podem ser analisadas independentemente dos agentes que nela participem, centradas na produção, distribuição e apropriação de um capital que, neste caso, trata-se de um capital social, simbólico e intelectual. Na teoria dos campos, Bourdieu (1989, 2004) faz referência aos sujeitos individuais, porém, no caso da gestão social, aqui se refere aos sujeitos coletivos, em espaços dialógicos, inclusive no sentido de esse conceito ser instituinte e não instituído.

Não se teve aqui apenas a necessidade de precisar um conceito de gestão social, inclusive porque se está falando sobre algo inerente às Ciências Sociais, mas de discutir a natureza desse campo. Mais do que tentar definir precisamente se a gestão social é um modo específico de gestão, uma finalidade da gestão, uma gestão cujo objeto é o social, tratou-se de conhecer a pluralidade conceitual existente, analisando suas possíveis consistências e inconsistências, suas ambiguidades e ambivalências. Isso será confrontado mais adiante, com as análises realizadas a partir da pesquisa de campo com os docentes e discentes de cursos de formação nessa área.

A Figura 1, usando a imagem do funil, enquanto uma boa metáfora para definir o campo da gestão social e suas possíveis vertentes conceituais, mostra que num *mix* liquidificado de conceitos envolvendo as discussões sobre coprodução do bem público e relações intersetorias, cidadania e participação, desenvolvimento socioterritorial por meio de suas diversas formas de intervenção, gera-se a noção de gestão social. Esta pode remeter a três vertentes conceituais e não excludentes: gerenciamento de organizações que atuam na área social, gerenciamento de ações públicas sociais e campo de atuação. Desse modo, a gestão social é definida pelo seu modo, finalidade e objeto, ao mesmo tempo.

Pode-se afirmar que os conceitos de Tenório (1998, 2008) e França Filho (2003, 2008) enquadram-se na vertente gerenciamento das organizações que atuam na área social. Na compreensão do gerenciamento das ações públicas, pode-se destacar as ideias de Carvalho (1999) e Singer (1999). Quanto à gestão como campo da ação interorganizacional para o desenvolvimento, é traduzida nos conceitos de Fischer (2002), Dowbor (1999a) e França Filho (2008), ao enfatizarem a gestão enquanto finalidade.
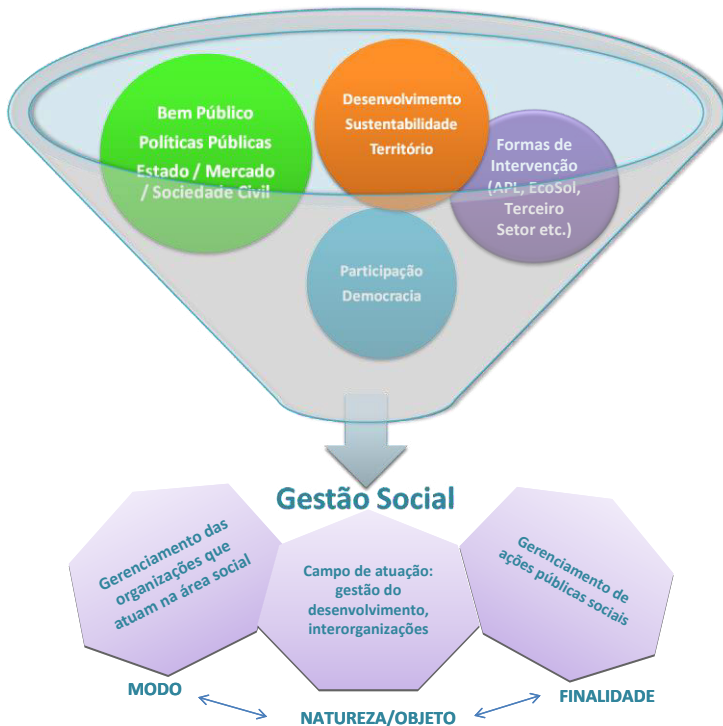
Figura 1 – Vertentes conceituais e analíticas da gestão social
Fonte: Araújo (2012).

Diante da polissemia e das ambiguidades dos conceitos de gestão social, bem como de algumas práticas paradoxais, cada vez mais se consolida um símbolo de inovação e *status* para o trabalho social, uma nova etiquetagem (*labeling*), que corre o risco de se tornar apenas etiqueta, no sentido de ser uma "pequena ética".

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese aqui defendida é que existem (*in*)consistências nas plurais concepções de gestão social que são manifestadas nos processos de formação, influenciando discursos e práticas dos gestores sociais, eminentemente

voltados para a ampliação do público e defesa dos direitos de cidadania, porém prevalecendo, também, lógicas e ideologias ambíguas e ambivalentes voltadas para o privado e para a instrumentalidade gerencial. Pode-se, ainda, afirmar que se ensina o que não se sabe muito bem o que é, confirmando a hipótese da precoce institucionalização da gestão social, tratada como um conceito *in progress*. Considerando-se esse caráter processual e tal precocidade, vivencia-se, ao mesmo tempo, ambiguidades (posicionamentos em mais de um sentido e, por consequência, alguns equívocos – "ou/ou") e ambivalências (permite a experimentação de práticas, conceitos, valores e sentimentos opostos concomitantemente – "e/e") que são manifestadas nos processos de formação de gestores sociais.

A popularização do termo e das "novidades" a ele atreladas começa a extrapolar o universo acadêmico, sendo incorporada nos discursos e agendas políticas de gestores públicos, empresários, representantes de movimentos sociais e ONGs. Trata-se, inclusive, de uma exigência não só pela eficácia da política social, mas pela eficiência de como **é** gerida. A presença do social em todas as **áreas** com vistas **à** equidade e medidas includentes das minorias, bem como o modo de gestão que alia formas mais democráticas e participativas **à** qualidade do resultado, são tônicas da gestão social (SPOSATI, 2002).

De modo precoce, às vezes prematuro, criaram-se novas institucionalidades, fundando diferentes grupos e centros de pesquisa, numa tentativa de diálogo entre a gestão e outros campos do conhecimento.

Como invento pós-moderno, a gestão social nasceu a partir da complexidade dos fenômenos sociais, ressonando de modo polissêmico e configurando um campo de saber com tendências interdisciplinares (CAMPOS, 2007). É uma concepção que se dissemina mais neste terceiro milênio, embora sua referência inicial seja das duas últimas décadas do século XX.

Em seu sentido prático, a gestão social apresenta-se como **projeto alternativo**, menos ambicioso que os projetos revolucionários da década de 1970, mas animado pelo mesmo desejo de rejeição, esforçando-se para experimentar novas práticas que sejam réplicas válidas em relação às práticas sociais existentes. Todavia, essa alterativividade contém a possibilidade de ocorrer, no campo institucional já posto, o que não se colocava nos projetos da referida década. Essa condição alternativa e alterativa pode levar a um caráter efêmero, sendo realista no que denuncia, mas utópica quanto ao que se propõe. Como projeto **autogestionário**, visa uma transformação radical na sociedade, de suas estruturas, dos comportamentos e das representações. "É um projeto cultural que pretende modificar relações hierárquicas e impessoais geradas pelos sistemas burocráticos" (BOUTINET, 2002, p. 114). Parece muito mais utópico, pois "não quer nada menos que mudar a vida". As escolhas são feitas em função de uma concepção do homem e da sociedade: "concepção idealizada de tendência irenista".

O construto gestão social nos processos de formação na graduação e pós-graduação vem, muitas vezes, criando jargões e neologismos enquanto releituras de um possível modo de gestão que se pretende antitaylorista, antiutilitarista e antiburocrático, correndo o risco de torná-lo banal ou mesmo mais um modismo gerencial. Ao que indica, trata-se de um conceito que se desterritorializa, com fluidez, entre a prática e a teoria, sendo que, para boa parte de seus praticantes, é na prática da gestão social que ocorre e se produz sua concepção.

Os saberes produzidos no campo da gestão social nascem de processos indutivos de práticas gestionárias participativas, horizontais, dialógicas e democráticas, que podem ser desenvolvidas em diferentes tipos de organização. A fronteira para suas aplicações é definida pelo caráter de expansão da esfera pública e da coprodução do bem público.

Interessante notar que as ambivalências do campo conceitual são utilizadas de modo estratégico, com o objetivo de acolher múltiplos

olhares e contribuições dos atores dos processos de formação, sem impor uma única concepção.

A pluralidade do conceito de gestão social remete à necessidade de um posicionamento intercultural, já que ela se apresenta como um espaço polissêmico e polifônico de vozes diversas que requerem ser escutadas, recuperadas e interpretadas frente aos distintos âmbitos de poder (MORO, 2005). O desafio da redistribuição do poder como uma condição fundamental para produzir conhecimento e mudanças sociais apresenta-se como condicionante nos processos de formação. Assim, abre-se espaço para diferentes alternativas de divisão de poder.

Os conceitos unívocos e plurais que estabelecem o lugar da gestão social nos processos de formação aparecem marcados por uma tensão entre um tratamento meramente técnico ou meramente ideológico e as aporias trazidas por um conhecimento *in progress*. Desse modo, a gestão social pode ser definida pela própria imprecisão conceitual, pela finalidade, pelo modo de gerir, pelo objeto ou pelo próprio campo que configura.

Enfim, confirma-se a tese aqui defendida de que existem (*in*)consistências nas plurais concepções de gestão social que são manifestadas nos processos de formação, influenciando discursos e práticas dos gestores sociais, eminentemente voltados para a ampliação do público e defesa dos direitos de cidadania, porém prevalecendo lógicas e ideologias ambíguas e ambivalentes. Muitas vezes são voltadas para as lógicas do privado e para a instrumentalidade gerencial, caminhando para lógicas de ampliação da esfera pública e de racionalidades substantivas. Pode-se afirmar que, sobre o tema gestão social, se ensina o que não se sabe muito bem, confirmando a hipótese de quão precoce se deu e vem se dando a institucionalização desse campo. Trata-se de um caminho, ao que indica, felizmente irreversível, com caminhantes diversos, no qual *"caminante no hay camino, se hace camino al andar"*, como poeticamente ensina António Machado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. T. Caminho se conhece andando: a importância da imersão cultural na Residência Social na Eaufba/Ciags. **Nau Social**, v. 2, p. 232-237, 2011.

______. **(In)consistências da gestão social e seus processos de formação:** um campo em construção. 2012. 257 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARAÚJO, E. T.; BOULLOSA, R. F.; GLÓRIA, A. C. F. Tão longe, tão perto: reflexões sobre a relação entre Gestão Social e Serviço Social como possibilidade da inovação e aprendizagem. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras, MG: Ufla, 2010.

BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de Lampedusa? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 3., 2009, Juazeiro. **Anais...** Juazeiro: NIGS, 2009.

______. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da gestão social? In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 32., Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: _____. **Sociologia**. São Paulo, Ática, 1989. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). 122-155p.

______. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004 [1997].

BOUTINET, J. P. **Antropologia do projeto**. 5. ed. Porto Algre: Artmed, 2002.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR,** Rio de Janeiro: FGV, v. 9, n. 3, set. 2011.

CAMPOS, G. W. S. **Saúde Paidéia**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. (Saúde em Debate, 150).

CARVALHO, M. C. B. Alguns apontamentos para o debate. In: RICO, E. M.; RAICHELIS, R. (Orgs.). **Gestão social:** uma questão em debate. São Paulo: Educ/IEE/PUC-SP, 1999. 19-29p.

DOWBOR, L. A gestão social em busca de paradigma. In: RICO, E. M.; RAICHELIS, R. (Orgs.). **Gestão social:** uma questão em debate. São Paulo: Educ/IEE/PUCSP, 1999a. 31-42p.

______. Brasil: tendencias de la gestión social. **Nueva Sociedad**, n. 187, p. 114-127, 2010.

______. Tendências da gestão social. **Saúde Soc.**, v. 8, n. 1, p. 3-16, fev. 1999b.

______. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: _____ (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais:** marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. 12-32p.

FISCHER, T.; MELO, V. P. Gestão social e desenvolvimento: conceitos referenciais e elementos para um perfil. In: ASAMBLEA ANUAL DEL CONSEJO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE

ADMINISTRACIÓN, 37., 2002, Porto Alegre. **Anales…** Porto Alegre: Cladea, 2002.

FISCHER, T.; MELO, V. P.; CARVALHO, M. R.; JESUS, A.; ANDRADE, R. A.; WAIANDT, C. Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. **Revista Administração Pública**, v. 40, n. 5, p. 789-808, out. 2006.

FRANÇA FILHO, G. C. Definindo gestão social. In: SILVA JR; J. MÂSIH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. **Gestão social:** práticas em debate, teorias em construção. Juazeiro do Norte: Liegs/UFC, 2008. 26-37p.

______. Gestão social: um conceito em construção. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: Ciags/Ufba, 2003 (1 CD ROM).

GAULEJAC. V. **A gestão como doença social:** ideolologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2007. (Coleção Managment, 4).

GONDIM, S.; FISCHER, T.; MELO, V. P. Formação em gestão social: um olhar crítico sobre uma experiência de pós-graduação. In: FISCHER, T.; ROESCH, S.; MELO, V. P. (Orgs.). **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social:** casos para ensino. Salvador: EdUfba, Ciags/Ufba, 2006. 43-61p.

GIANNELLA, V.; MOURA, M. S. **Gestão em rede e metodologias não convencionais para a gestão social.** Salvador: Ciags/Ufba, 2009. (Coleção Roteiros de Gestão Social, 2).

GRAHAM, P. (Org.). **Mary Parker Follett**: profeta do gerenciamento: uma celebração aos escritos dos anos 20. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

MAIA, M. Gestão social: reconhecendo e construindo referenciais. **Textos & Contextos,** n. 4, dez. 2005a.

______. **Práxis da gestão social nas organizações sociais:** uma mediação para a cidadania. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005b.

MORO, J. La dimensión cultural en la gestión social: el papel de la gerencia social y la construcción de la ciudadanía plural en América Latina. In: REPETTO, F. (Org.). **La gerencia social ante los nuevos retos del desarrollo social en América Latina.** Guatemala: INDES, BID, INAP, 2005. 101-161p.

PEREIRA, J. R.; CANÇADO, A. C.; SILVA JR., J. T.; RIGO, A. S. **Gestão Pública e Gestão Social:** interfaces e delimitações. Lavras, MG: Ufla, 2011.

SENNETT, R. **O declínio do homem público:** as tiranias de intimidade. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SINGER, P. Alternativas da gestão social diante da crise do trabalho. In: RICO, E. M.; RAICHELIS, R. (Orgs.). **Gestão social:** uma questão em debate. São Paulo: Educ/IEE/PUCSP, 1999. 55-66p.

______. Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7., 2002, Lisboa. **Anales…** Lisboa, Portugal,: Clad, 2002.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro: FGV, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998.

______. (Re)visitando o conceito de gestão social. In: SILVA JR; J. MÂSIH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. **Gestão social:** práticas em debate, teorias em construção. Juazeiro do Norte: Liegs/UFC, 2008. 37-57p.

ANEXO

Quadro 1 – Análise conceitual dos conceitos/concepções de gestão social (continua)

Autor / Categoria	**TENÓRIO (1998, 2008)**	**SINGER (1999)**	CARVALHO (1999)	DOWBOR (1999a)
VALORES	Democracia deliberativa. Cidadania. Participação. Respeito às diferenças.	Democracia. Trabalho. Responsabilidade pública. Solidariedade.	Direitos de cidadania. Equidade. Corresponsabilização. Profissionalismo.	Justiça. Bem-estar social. Desenvolvimento humano. Democracia.
PROPÓSITOS	Implementar ações gerenciais por meio de processos sociais dialógicos que garantam a democracia e cidadania.	Desenvolver ações para enfrentamento das problemáticas sociais a partir do trabalho e renda.	Realizar ações sociais públicas para atender as demandas e necessidades dos cidadãos.	Transformar o padrão de desenvolvimento societário, tendo a atividade econômica como meio e bem-estar social como fim. Integrar o social, econômico e político.
FOCOS	Administração Pública e Privada. Ciência Política. Ciências Sociais.	Economia. Administração Política. Ciências Sociais.	Gestão Pública. Ciências Sociais. Serviço Social. Ciências Política. Economia.	Economia. Administração. Ciências Sociais. Paradigma em construção.

Quadro 1 – Análise conceitual dos conceitos/concepções de gestão social

(continua)

LOCI	Organizações governamentais. Sociedade civil. Políticas públicas.	Políticas econômicas e sociais. Governo/Estado. Organizações de trabalhadores.	Projetos, programas e políticas sociais. Redes. Sociedade civil.	Políticas públicas integradas. Organizações estatais, empresariais e da sociedade civil.
AGENTES	Agentes públicos do Estado e da sociedade civil. Cidadãos.	Organizações populares. Cooperativas. Empreendimentos solidários. Universidades. Governos.	Sociedade civil. Estado/ governos. População usuária de serviços sociais. Cidadãos.	Empresários. Gestores públicos e de ONGs. Sindicatos. Universidades. Cidadãos.
METODOLOGIAS	Processos sociais. Articulações entre atores. Técnicas de gestão.	Economia solidária. Novas formas produtivas/ econômicas. Estratégias autogestionárias. Políticas públicas.	Gestão em rede. Empoderamento. Parcerias. Políticas públicas. Controle social. Programas e projetos. Governança. Transparência.	Governança. Empoderamento. Políticas integradas. Articulações intersetoriais.

Quadro 1 – Análise conceitual dos conceitos/concepções de gestão social
(continua)

Autor / Categoria	**FISCHER (2002)**	**FRANÇA FILHO (2003, 2008)**	**MAIA (2005a, 2005b)**	**BOULLOSA, SCHOMMER (2008, 2009)**
VALORES	Ética da responsabilidade. Desenvolvimento social. Justiça.	Complexidade. Solidariedade. Redistribuição. Ética. Profissionalismo.	Democracia. Cidadania. Garantia de direitos humanos universais. Civilidade.	Democracia. Participação. Justiça. Equidade. Bem-estar social.
PROPÓSITOS	Mediação de processos sociais e interesses (relações de poder, conflitos e aprendizagem) e individuais e de grupos voltados ao desenvolvimento social.	Enquanto finalidade, gerir a problemática da sociedade como um todo; enquanto meio, um *modus operandi* de gestão que perpassa vários de tipos de organizações, exceto as com finalidades mercantis-lucrativas.	Conjunto de processos sociais com potencial viabilizador do desenvolvimento societário emancipatório e transformador.	Novo modelo de relações entre Estado e sociedade para o enfrentamento de desafios contemporâneos.
FOCOS	Administração (teoria organizacional). Ciências Sociais. Psicologia Social. Teorias do Desenvolvimento. Proposta pré-paradigmática.	Ciências Sociais. Administração Pública e Privada. Economia. Paradigma em construção.	Serviço Social. Ciência Política. Ciências Sociais. Gestão Pública.	Administração Pública. Ciência Política. Ciências Sociais.

Quadro 1 – Análise conceitual dos conceitos/concepções de gestão social (conclusão)

LOCI	Poder local. Organizações públicas e privadas. Interorganizações. Redes.	Organizações públicas. Empresas. Organizações da sociedade civil.	Espaço Público.	Organizações e interor-ganizações envolvendo o público e o privado. Espaço pú-blico.
AGENTES	Indivíduos, grupos, coletividades. Estado, mercado e sociedade civil. Universidades.	Estado, mercado e sociedade civil.	Estado e sociedade civil.	Estado, mercado e sociedade civil. Gestores sociais.
METODOLOGIAS	Processos sociais de mediação. Governança. Articulações intersetoriais. Descentralização. Planos de desenvolvimento. Organizações de Aprendizagem.	Articulações intersetoriais. Metodologias específicas de gestão. Novas formas produtivas/ econômicas.	Processos sociais de mediações.	Mediações. Articulações. Coprodução dos bens públicos.

Fonte: adaptado de Araújo (2012, p. 72) e Maia (2005b).

CAPÍTULO 2

GESTÃO SOCIAL E SUAS PERSPECTIVAS CONCEITUAIS

Arrilton Carlos de Brito Filho
Nestor Gomes Duarte Junior
Elisabete Stradiotto Siqueira
Valdemar Siqueira Filho

1 INTRODUÇÃO

A dimensão social do desenvolvimento está deixando o papel de mero complemento das atividades produtivas, limitada a uma dimensão humanitária externa aos processos econômicos, para se transformar em um dos componentes essenciais do conjunto da reprodução das atividades produtivas (DOWBOR, 1999).

Ainda de acordo com Dowbor (1999), essa transformação é profunda, sendo que, no decorrer do século XX, transpomos uma visão filantrópica, de generosidade assistencial, de caridade, de um tipo de bálsamo tranquilizador das consciências capitalistas, para o entendimento de que a área social se tornou fundamental para as próprias atividades econômicas. As áreas sociais são capilares e interligadas, e seu dimensionamento vai da amplitude da macro em políticas gerais e atingem o micro, ou seja, as particularidades dos indivíduos com necessidades muito diferenciadas, não existe uma padronização possível que permita a formulação de procedimentos, é uma paradigma de gestão ainda não desenvolvido.

É latente na academia a busca de alternativas teóricas no campo da Administração que incorporem a dimensão sociocultural (CANSADO,

2011). O debate sobre uma alternativa às formas predominantes de gestão data, no Brasil, desde a década de 1990, quando as tendências neoliberais se fortaleceram na proposição de um Estado mínimo, que deixou de tratar das políticas públicas para a emancipação da sociedade e restringiu-se a constituir-se como instrumento de regulação do mercado (TENÓRIO, 2015).

Foi nesse cenário que se construiu o conceito de gestão social, que, de acordo com França Filho (2008), reside numa inovação considerável para a disciplina administrativa, pois busca compreender uma forma de gestão que não se orienta, *a priori*, unicamente por uma finalidade econômica, questionando, assim, uma perspectiva importante do arcabouço teórico da Administração. Trata-se de uma mudança de perspectiva da Administração, que deixa de ter como eixo norteador a preponderância da dimensão econômica.

> As tendências recentes de gestão social nos obrigam a repensar formas de organização social, a redefinir a relação entre o político, o econômico e o social, a desenvolver pesquisas cruzando as diversas disciplinas, a escutar de forma sistemática os atores estatais, empresariais e comunitários. Trata-se hoje, realmente, de um universo em construção (DOWBOR, 1999, p. 40).

A gestão social é uma categoria que não caminha de forma convergente pelas suas variadas correntes de estudo. Segundo Fuchs (2011), na atualidade, o tema emerge num cenário permeado por conflito e discrepância – nacional e internacional.

A expressão gestão social tem sido usada correntemente na atualidade para identificar as mais variadas práticas sociais de diferentes atores, não somente governamentais, mas, acima de tudo, de organizações não governamentais. Essa ascensão súbita indica duas tendências: a primeira, trata da própria banalização do tema, pois tudo que não é gestão tradicional passa a ser visto como gestão social. A segunda parte

de uma constatação: a maior visibilidade da temática está ligada ao crescimento do debate sobre o terceiro setor[5] (FRANÇA FILHO, 2008).

Tenório (2008a, 2008b) entende a gestão social como o processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é partilhada entre os participantes da ação, podendo ocorrer em qualquer tipo de sistema social, seja ele público, privado ou terceiro setor. O adjetivo social, qualificando o substantivo gestão, será compreendido como espaço privilegiado de interação social que possibilita a todos o direito de opinião, sem coação.

Considerando-se o cenário apresentado, serão discutidas, neste capítulo, as diferentes concepções e entendimentos acerca da categoria "gestão social", utilizando-se, para tanto, de estudo bibliográfico com base em Carvalho (1999), Dowbor (1999), Singer (1999), Tenório (2008a, 2008b, 2009), França Filho (2008) e Gondim, Fischer e Melo (2006), por consolidarem-se, a partir de pesquisas na área, em referências básicas para dialogar sobre o assunto (PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014).

2 GESTÃO SOCIAL E SUAS CORRENTES CONCEITUAIS

A gestão social é uma temática que se desenvolveu e se consolidou fortemente nas últimas duas décadas, contudo, não apresenta, ainda, um consenso sobre seu conceito, de modo que ela tem se solidificado na prática, sem ter gerado um entendimento unificado a respeito do que representa. Portanto, pode-se dizer que é uma temática que tem se ampliado à revelia de um consenso acadêmico (PINHO, 2009).

---

5 Para fins deste estudo, entende-se o terceiro setor como um espaço marcado por uma diversidade de atores e formas de organização, de participação e experimentação de novas formas de pensar e agir sobre a realidade social, rompendo com a dicotomia entre público e privado, na qual o público era sinônimo de estatal e o privado de empresarial, ocasionando o surgimento de uma esfera pública não estatal e de iniciativas privadas com sentido público (CARDOSO, 2005).

A bibliografia sobre o tema não fornece informações precisas sobre sua origem. No entanto, Tenório (2009, p. 58) apresenta alguns elementos que fornecem pistas sobre o entendimento de como se fez evidenciar socialmente o termo, assim afirmando:

> A preocupação com o entendimento do tema tem início em 1992 quando no *Seminário Iberoamericano de Desarrollo de Profesores en Gerencia Social*, apresentei o trabalho "Gestión social: una experiencia de enseñanza e investigación", práticas que desde 1989 vinha desenvolvendo com a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro [...] Convém observar que o conceito de gestão social com o qual manejava até este seminário de Santa Cruz de la Sierra, era um conceito restrito a questões relacionadas ao que posteriormente convencionou-se chamar de terceiro setor. Portanto, muito mais voltado à extensão universitária do que o significado pretendido atualmente, de uma gestão concertada entre os diversos atores da sociedade. O seminário na Bolívia despertou outras perspectivas a partir dos debates que ali ocorreram. Em 1993 foi publicado o livro *Pobreza: un tema impostergable. Nuevas respuestas a nivel mundial* compilado por Bernardo Kliksberg. Provavelmente tendo sido este o primeiro texto na América Latina que procurava tratar de forma sistematizada o tema gestão social.

Cavalcanti e Nogueira (2006 apud PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014, p. 231) identificaram quatro grupos de autores que tratam o tema:

> 1. corrente derivada da teoria crítica frankfurtena, na qual se destacam os trabalhos de Fernando Guilherme Tenório, da EBAPE/FGV e de Genauto Carvalho de França Filho, da Universidade Federal da Bahia (UFBA);
>
> 2. aquela baseada na noção de gestão do desenvolvimento social conduzido por interorganizações, desenvolvida pela Prof.ª Tânia Maria Diederichs Fischer, coordenadora do Centro Interdisciplinar

de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS), da Universidade Federal da Bahia (UFBA);

3. abordagem centrada nos conceitos de administração pública societal, de Ana Paula Paes de Paula (UFMG);

4. abordagem puquiana, que recebe esse nome tendo em vista a origem e/ou local de atuação de seus autores – a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) –, na qual se destacam os textos de Ladislau Dowbor e os livros Gestão social: uma questão em debate (RICO; RAICHELLIS, 1999) e Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrindo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor.

Entre essas correntes, é possível identificar algumas convergências, como os conceitos de racionalidade substantiva como uma possibilidade de romper com a preponderância do econômico sobre o social, a análise dos movimentos sociais e das formas concretas de participação. Por outro lado, Peres Junior e Pereira (2014) identificam duas vertentes de discussão: uma voltada para a gestão pública societal e outra que analisa a ação gerencial dialógica como elemento diferencial nos sistemas sociais públicos, privados e do terceiro setor.

Este estudo se detém em duas tendências do entendimento acerca do termo, que transitam entre a vinculação da categoria às práticas autônomas dos indivíduos no cotidiano social, entre eles, organizações do terceiro setor e cidadãos comuns, e aquela relacionada a um determinado modelo administrativo para as instâncias públicas e privadas.

Dowbor (1999, p. 36-40) credita à gestão social a transformação da sociedade, na qual "a atividade econômica é um meio, o bem-estar social é o fim ". Deste modo, indica a necessidade da definição e construção dos paradigmas organizacionais da gestão social, a partir do reestabelecimento da "relação entre o político, o econômico, e o social, a desenvolver pesquisas cruzando as diversas disciplinas, a escutar de forma sistêmica os autores estatais, empresariais e comunitários". O

autor propõe a necessidade de se construir pontes entre o discurso econômico técnico, preocupado com taxas de juros, produto interno bruto (PIB), juros, câmbio, que ele denomina de cinismo pragmático, e o idealismo ingênuo, centrado nas tragédias humanas (DOWBOR, 2013). As cisões entre o social e o econômico não podem ser simplificadas, tampouco a primazia do econômico sobre o social:

> Um estudo do IPEA comprova esta visão, ao analisar a "causalidade econômica" gerada pelas políticas sociais. Assim o aumento de 1% do PIB em investimentos na educação, gera um impacto de 1,85% como multiplicador do PIB, e de 1,67% na renda das famílias. O Programa Bolsa Familia gera um multiplicador do PIB de 1,44%, e um multiplicador de 2,25% de renda das famílias. O pagamento de juros sobre a dívida pública, em contrapartida, gera um impacto negativo, de 0,71% para o PIB (DOWBOR, 2013, p. 6).

Portanto, a área social é parte integrante do desenvolvimento, e o equilíbrio entre as dimensões produtivas e sociais é fundamental para o sucesso econômico de qualquer pais. A gestão social ocupa esse espaço de articulação de construir uma lógica de gestão capaz de viabilizar essas pontes.

Para Carvalho (1999, p. 19), trata-se da gestão das ações sociais públicas. "A gestão do social é, em realidade, a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos. A política social, os programas sociais, os projetos são canais e respostas a essas necessidades e demandas." Para ela, a gestão social tem a missão, para com a sociedade e os cidadãos, de garantir, mediante as políticas e programas públicos, acesso pleno aos bens, serviços e riquezas societárias, necessitando ser estratégica e consequente.

Contudo, Carvalho (2015) alerta que as políticas sociais devem orientar-se por uma perspectiva de autonomia e emancipação. A autora faz uma crítica às políticas distributivas, que inseriram a população

em uma lógica de consumo, deixando em um segundo plano a busca pela igualdade de acesso.

> A cidadania de todos, como conquista civilizatória, mantém-se na pauta das lutas políticas; é que as desigualdades sociais não desapareceram e continuam a ser a expressão mais concreta da permanente tensão e presença do grau de destituição de direitos existentes no pais (CARVALHO, 2015, p. 42).

A transferência de recursos em detrimento a um Estado de Bem-Estar Social, não estaria orientado pela lógica da gestão social.

Como se percebe na visão da autora, a gestão social está vinculada estritamente à gestão das políticas públicas visando à resolução de problemas sociais, aplicando-se no âmbito da estrutura estatal com uma lógica pensada a partir dos princípios da gestão social.

Singer (1999) faz uma abordagem similar à de Carvalho (1999), quando coloca que a gestão social engloba uma grande diversidade de atividades que intervêm em áreas da vida social em que a ação individual autointeressada não é suficiente para assegurar a satisfação das necessidades essenciais da população. Essas áreas são bastante variadas, indo desde o abandono de uma criança e de idosos por parte dos familiares, passando pela falta de abrigo para indigentes e enfermos físicos ou mentais, até o afastamento temporário ou permanente da produção social de pessoas aptas ao trabalho e necessitadas de renda. Ou seja, a complementaridade da ação estatal, aonde essa ação autointeressada não consegue chegar, cumpre o papel de assegurar um mínimo de serviço a fim de garantir a condição de cidadão.

De forma crítica, Tenório (2008b) afirma que o termo gestão social tem se relacionado mais com a gestão de políticas sociais, de organizações do terceiro setor, de combate à pobreza e até ambiental, do que com o debate sobre uma gestão democrática, participativa, seja na elaboração de políticas públicas, seja em atividade de caráter

produtivo. "O conceito de gestão social é entendido como o processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (TENÓRIO, 2008a, p. 158)".

O conceito de gestão social proposto por Tenório (2008a, 2008b) tem sua base fundamentada em quatros pares de palavras-categorias: Estado-sociedade, capital-trabalho, gestão estratégica e gestão social, assim como de cidadania deliberativa, uma categoria intermediadora da relação desses termos. O autor propõe uma inversão nos dois primeiros pares de palavras, Estado-sociedade e capital-trabalho, para sociedade-Estado e trabalho-capital, e tal proposição se dá em decorrência da importância de se destacar que a sociedade e o trabalho devem ser os principais personagens dessa relação.

Ampliando a discussão a partir desses pares de palavras e usando a mesma justificativa das classificações anteriores, acrescentou-se outro (sociedade-capital), que se refere ao diálogo que a sociedade civil organizada ou terceiro setor estabelece com o segundo setor (capital), assim como com o primeiro setor (Estado), dessa forma, a sociedade civil deve ser a protagonista da relação sociedade-capital (TENÓRIO, 2008b).

Quanto ao par gestão estratégica e gestão social, fica claro o antagonismo entre eles. Segundo Tenório (2008b), enquanto o primeiro atua orientado pelo mercado, sendo, portanto, um processo de gestão que zela pela competição, em que o concorrente deve ser excluído e o lucro é sua razão de existir, o segundo deve se pautar pela solidariedade, primando pela concordância, em que o outro deve ser incluído e a solidariedade deve ser o seu motivo. Enquanto na gestão estratégica prevalece o monólogo (o individual), na gestão social se destaca o diálogo (o coletivo).

Dessa forma, a definição de gestão social está amparada na compreensão da inversão desses pares de palavras complementadas com o conceito de cidadania deliberativa, que intermedia a relação entre elas, e

significa que a legitimidade das decisões deve ter origem em espaços de debate orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa da autonomia e do bem comum (TENÓRIO, 2008a).

Portanto, Tenório (2008a, p. 148) define o termo gestão social como "o processo gerencial decisório deliberativo que procura atender às necessidades de uma dada sociedade, região, território ou sistema social específico, quer vinculado à produção de bens quer à prestação de serviços".

França Filho (2008, p. 29) propõe um conceito de gestão social que contempla a dimensão de processo ou meio (como opera a gestão), assim como a finalidade (quais os objetivos da gestão).

> É assim que pensamos ser necessário considerar dois níveis de análise ou de percepção da gestão social: de um lado, aquele que a identifica a uma problemática de sociedade (nível societário), de outro, aquele que a associa a uma modalidade específica de gestão (nível organizacional).

Enquanto problemática da sociedade, para França Filho (2008), a ideia de gestão social está ligada à gestão das demandas e necessidades do social. Destarte, o termo gestão social acaba por confundir-se com a ideia de gestão pública, tendo em vista que as demandas sociais sempre foram atribuídas ao Estado moderno por meio das políticas públicas, mais diretamente às políticas sociais.

O termo gestão social vem propor que "para além do Estado, a gestão das demandas e necessidade da sociedade pode se dar via sociedade (FRANÇA FILHO, 2008, p. 30)", por meio das mais diversificadas engrenagens de auto-organização.

A concepção do autor funda-se na possibilidade de transferência das responsabilidades da esfera público-estatal para a de atuação da "sociedade civil" sobre as necessidades individuais, que normalmente seriam atribuídas à função protetora do Estado.

Como se pode observar, enquanto a primeira dimensão proposta pelo autor da noção de gestão social sugere uma abrangência macro, por meio da sociedade ou comunidades territoriais, já a segunda dimensão propõe um enfoque micro ou meso. Portanto, a gestão social pode ser pensada, também, para uma realidade organizacional. Assim, ela diz respeito a um modo de gestão organizacional que, do ponto de vista da sua racionalidade, busca sujeitar as lógicas instrumentais por outras lógicas mais sociais (FRANÇA FILHO, 2008).

Por fim, França Filho (2008, p. 32) acrescenta que a gestão social:

> Corresponde então ao modo de gestão próprio as organizações atuando num circuito que não é originalmente aquele do mercado e do Estado, muito embora estas organizações entretenham, em grande parte dos casos, relações com instituições privadas e públicas, através de variadas formas de parcerias para consecução de projetos [...] As organizações atuando neste âmbito, que são sobretudo associações, não perseguem objetivos econômicos. O econômico aparece apenas como um meio para a realização dos fins sociais, que podem definir-se também em termo culturais (de promoção, resgate ou afirmação identitária etc.), políticos (no plano de uma luta por direitos etc.) ou ecológicos (em termos de preservação e educação ambiental etc.), a depender do campo de atuação da organização.

A Figura 1 confere a possibilidade de visualizar melhor o conceito de gestão social apresentado por França Filho (2008):
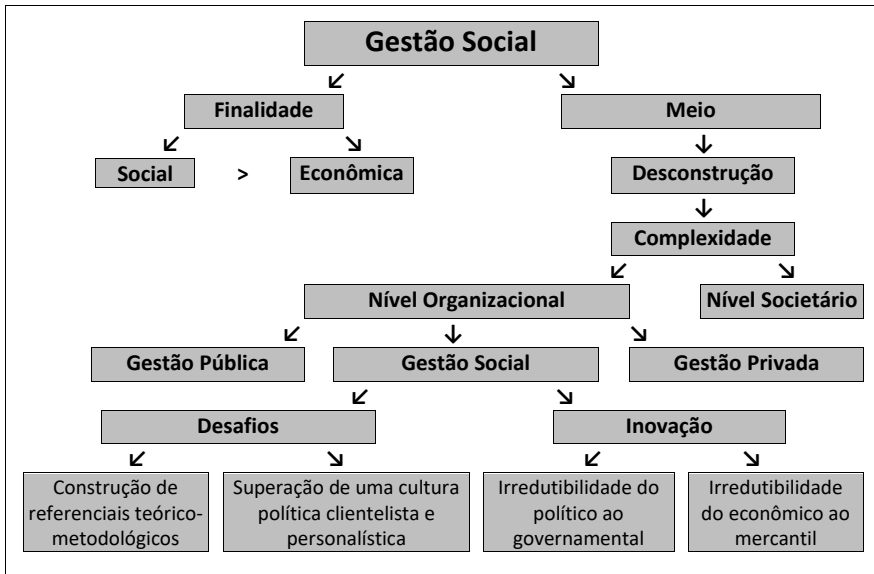
Figura 1 – Resumo do conceito de gestão social proposto por França Filho (2008)

Fonte: França Filho (2008).

Para Gondim, Fischer e Melo (2006), a gestão social está pautada na preocupação para com o bem da coletividade, permitindo afirmar que há uma evolução da gestão tradicional e tecnocrática, especialmente em decorrência da racionalidade que lhes serve de base, esta que não se limita mais ao interesse econômico, mas passa a contemplar interesses sociais e do bem comum.

Ainda de acordo com os autores, é possível entender a gestão social como sendo um ato relacional que tem a capacidade de dirigir e regular processos mediante o envolvimento amplo dos atores na tomada de decisão (agir comunicativo), tendo como resultado parcerias intra e interorganizacionais, reconhecendo a importância das estruturas descentralizadas e participativas, tendo como orientação o equilíbrio entre a racionalidade instrumental (com relação a fins) e a racionalidade substantiva (com relação a valores), para atingir uma noção de bem coletivamente planejado, exequível e sustentável em médio e longo prazo.

3 CRÍTICAS E DESAFIOS DA GESTÃO SOCIAL

Pinho (2009) apresenta uma das críticas mais contundentes à construção do conceito de gestão social e às possibilidades de cidadania deliberativa. Segundo ele, a nomenclatura gestão social não parece apropriada para o que se propõe a fazer ou se está fazendo. Sugere, assim, que seria mais conveniente o uso do termo gestão emancipadora. "O termo social é muito convencional, indefinido e carregado de ambiguidades e pode ser aproveitado oportunisticamente. É o caso que o conceito não corresponde à prática ou o que efetivamente pretende ser o conceito (PINHO, 2009, p. 29)."

Pinho (2009) também tece críticas ao conceito de gestão social formulado por Fernando Tenório. Para aquele, seria mais adequado denominar o modelo de gestão proposto por este de gestão solidária e não social, sugerindo que o social é um termo sem força, indefinido, amplo, ambíguo e anódino, para englobar a força e pretensão da proposta formulada por Tenório.

A cultura patrimonialista brasileira seria um dos impedimentos do desenvolvimento das práticas de gestão social. Esta é a constatação de Pinho e Santos (2015), ao analisarem publicações sobre estudos empíricos de gestão social. De acordo com os autores, nenhum desses estudos apresenta evidências da existência desse tipo de prática.

> Isso posto, entendemos que a construção teórica da Gestão Social acaba tendo um caráter prescritivo, um dever ser, com forte carga utópica, um desejo do que deve ser ou deveria ser a sociedade brasileira (o que é, por si só, muito legítimo). Cabe ponderar ainda que as experiências identificadas, longe de transpirar características deliberativas, referem-se a programas e projetos circunscritos na esfera local (ainda que tenham caráter e dimensão regional ou nacional), que não manipulam variáveis estruturais e, assim, estão longe de abalar a ordem capitalista, bem como a estrutura patrimonialista existente (PINHO; SANTOS, 2015, p. 276).

Para França Filho (2008), são dois os grandes desafios que se colocam para a gestão social. De um lado, transpor a cultura política tradicional que envolve o mundo das organizações sociais e empreender parcerias efetivas entre sociedade civil e poderes públicos que valorizem o potencial dos grupos envolvidos, para além de uma mera atitude de instrumentalização da ação. Do outro, a necessidade latente de construção de um arcabouço metodológico que contemple os requisitos básicos de uma gestão voltada para o social, em que não sejam desprezados todos os conhecimentos formulados pela Ciência Administrativa, mas a adoção de uma abordagem crítica que possibilite avaliar o que pode ser incorporado do mundo privado e o que necessita ser, de fato, construído, observando-se o reconhecimento da especificidade, em termos de racionalidade, do universo social.

De acordo com Gondim, Fischer e Melo (2006), os maiores desafios da gestão social recaem sobre a realização de um projeto social que ainda não é controlado absolutamente por seus atores sociais, e que ainda não tem repertório e bagagem necessárias para avaliar o que redundará em êxito e o que reunirá maiores chances de fracasso. Argumentam que um dos requisitos fundamentais para atender aos desafios que são colocados à gestão social passa pela qualificação dos profissionais que atuam nas organizações envolvidas no processo, principalmente seus gestores, que, além das capacidades elementares de gestão, devem possuir competências específicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo teve como objetivo apresentar as diferentes concepções e entendimentos acerca do termo gestão social, a partir da visão de diversos autores, sendo possível visualizar que os caminhos e abordagens, apesar de apontarem entendimentos diversos acerca do tema, têm na gestão social uma proposta de paradigma para os processos

administrativos gerenciais orientados pela racionalidade substantiva. Enquanto a administração tradicional é orientada, essencialmente, por um propósito econômico, a gestão social segue outro caminho, buscando atender aos anseios e necessidades dos cidadãos ou, até mesmo, um protagonismo destes nos processos decisórios, seja na sociedade ou nas organizações.

Portanto, corroboramos com França Filho (2008), no entendimento de que a gestão social deve ser compreendida em dois níveis de análise: um que a aproxime da problemática de sociedade (nível societário) e outro que a associe a uma modalidade específica de gestão (nível organizacional), fazendo com que a ela perpasse pela sociedade civil e pelas organizações. Enquanto problemática da sociedade, a ideia de França Filho (2008) é idêntica à de Carvalho (1999), que associa o termo à gestão das demandas e necessidades do social.

Acredita-se, ainda, na necessidade de a gestão social ser permeada pelo processo gerencial dialógico, em que a autoridade decisória é compartilhada por todos os participantes da ação, conforme assevera Tenório (2008a, 2008b), tendo como orientação o equilíbrio entre a racionalidade instrumental (com relação a fins) e a racionalidade substantiva (com relação a valores), para alcançar uma ideia de bem coletivamente planejado, exequível e sustentável em médio e longo prazo, como proposto por Gondim, Fischer e Melo (2006).

Dessa forma, a gestão social não deve se limitar a uma preocupação relacionada tão somente ao Estado e ao terceiro setor, mas servir de referência para o mundo empresarial, proporcionando a essas organizações uma perspectiva gerencial menos predatória, ocasionando uma melhor interação delas com e sociedade.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, R. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, E. B. et al. **Terceiro setor:** desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 25-33p.

CARVALHO, M. C. B. Gestão social: alguns apontamentos para o debate. In: RICO, E. M.; RAICHELIS, R. (Org.). **Gestão social**: uma questão em debate. São Paulo: EDUC; IEE, 1999. 19-30p.

______. **Gestão social e trabalho social:** desafios e percursos metodológicos. São Paulo: Cortez, 2015.

DOWBOR, L. A gestão social em busca de paradigmas. In: RICO, E. M.; RAICHELIS, R. (Org.). **Gestão social**: uma questão em debate. São Paulo: EDUC; IEE, 1999. 31-42p.

______. Políticas sociais e transformação da sociedade. **Blog do Professor Ladislaw Dowbor,** São Paulo, 8 abr. 2013. Disponível em: <http://dowbor.org/2013/05/gestao-social-e-transformacao-da-sociedade.html/#_ftn1>. Acesso em: 18 jun. 2016.

FRANÇA FILHO, G. C. Definindo a gestão social. In: SILVA JÚNIOR, J. T. et al. (Orgs.). **Gestão social**: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. v. 1, p. 26-37.

FUCHS, A. M. S. L. Gestão social e política socioeducativa no Brasil: "uma questão em debate". In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Salvador. **Anais...** Salvador: Conlab, 2011. 1-19p.

GONDIM, S. M. G.; FISCHER, T.; MELO, V. P. Formação em Gestão Social: um olhar crítico sobre uma experiência de pós-graduação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006. 1-15p.

PERES JUNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R. Abordagens teóricas da gestão social: uma análise de citações exploratória. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 221-236, jun. 2014.

PINHO, J. A. G. Gestão social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira. In: RIGO, A. S.; SILVA JR, J. T.; SCHOMMER, P. C.; CANÇADO, A. C. (Orgs.). **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento**: ações, articulações e agenda. Recife: Univasf, 2009. v. 1, 25-56p.

PINHO, J. A. G.; SANTOS, M. E. P. Gestão social: uma análise crítica de experiências brasileiras. **Revista do Serviço Público**, v. 66, n. 2, p. 257-279, 2015.

SINGER, P. Alternativas da gestão social diante da crise do trabalho. In: RICO, E. M.; RAICHELIS, R. (Org.). **Gestão Social:** uma questão em debate. São Paulo: EDUC; IEE, 1999. 55-67p.

TENÓRIO, F. G. A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs). In: SILVA JÚNIOR, J. T. et al. (Orgs.). **Gestão social**: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008a. v.1, 147-163p.

______. Gestão social: uma réplica. In: RIGO, A. S.; SILVA JR, J. T.; SCHOMMER, P. C.; CANÇADO, A. C. (Orgs.). **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento**: ações, articulações e agenda. Recife: Univasf, 2009. v. 1, 57-62p.

______. **Gestão social:** metodologia, casos e práticas. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

______. (Re)visitando o conceito de gestão social. In: SILVA JÚNIOR, J. T. et al. (Orgs.). **Gestão social**: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008b. v. 1, 39-59p.

Parte 2

Gestão social x agricultura familiar

CAPÍTULO 3

GESTÃO SOCIAL E AGRICULTURA FAMILIAR

Sarah Laurentina Tomaz Solano
Elisabete Stradiotto Siqueira

1 GESTÃO SOCIAL

A gestão social é um tema considerado recente, contudo, tem ganhado maior visibilidade tanto no meio acadêmico como fora dele. Segundo França Filho (2008, p. 26), sua recorrente menção tem levado a uma banalização do conceito, de forma que "tudo que não é gestão tradicional passa a ser visto como gestão social". Nesse contexto, o termo é compreendido como autoexplicativo, ou seja, uma gestão voltada para o social, desta forma, na opinião do autor, se faz necessária maior precisão conceitual. O autor afirma, ainda, que essa maior visibilidade do tema tem indicado uma evolução nas discussões e debates sobre as configurações das relações entre Estado e sociedade.

As primeiras menções sobre gestão social são a partir das publicações do professor Tenório, que desde 1990 está à frente do Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs), ligado à Escola Brasileira de Administração Pública (Ebape) e de empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (CANÇADO, 2011). Segundo Tenório (2010), o termo gestão social teve seu surgimento durante o *Seminario Iberoamericano de Desarrollo de Profesores en Gerencia Social*, que teve como sede Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, em 1992, havendo o tema sido abordado com seu foco voltado para as políticas públicas sociais e às questões inerentes ao terceiro setor:

> O tema gestão social tem sido objeto de estudo e prática muito mais associado a gestão de políticas públicas sociais, de organizações do terceiro setor, de combate à pobreza e até ambiental, do que a discussão e possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer naquelas relações de caráter produtivo (TENÓRIO, 2008, p. 39).

Tenório (2008), ao apresentar a construção do conceito de gestão social, realiza uma análise dos pares de palavras *Estado-sociedade* e *capital-trabalho*, e propõe a inversão da ordem das palavras na forma *sociedade-Estado* e *trabalho-capital*, colocando em foco a relevância da sociedade e do trabalho como protagonistas dessa relação.

No caminho da construção do conceito de gestão social, Tenório (2008) traz à luz, ainda, o par *gestão estratégica* e *gestão social*, enfatizando que o primeiro tem sua atuação determinada pelo mercado, primando pela competição, motivado pelo lucro, predominando o monólogo. Em contrário, a gestão social surge tendo sua atuação determinada pela solidariedade, sendo um processo de gestão que prima pela concordância, tendo como motivações a inclusão e a solidariedade, predominando o diálogo, o coletivo.

A lógica da gestão social se apoia no conceito de *cidadania deliberativa*, desenvolvido pelo teórico Jürgen Habermas, que, em linhas gerais, diz que as decisões políticas necessitam ser legitimadas mediante processos de discussão, baseados em princípios de inclusão, pluralismo, autonomia e bem comum (TENÓRIO, 2008).

Tenório (1998) afirma, ainda, que a ideia de cidadania deliberativa prega que os indivíduos não podem enxergar a política como um espaço de reivindicação de interesses privados perante o Estado, mas compreendê-lo como um espaço em que portadores de direitos livres e iguais compreendem sua dependência mútua buscando a construção de demandas coletivas, o que lhes conferem força em suas reivindicações, visando o bem comum em primeiro lugar.

Sob essa ótica, Cançado (2011, p. 688) afirma que a esfera pública "seria o espaço de intermediação entre Estado, sociedade e mercado, bem como a cidadania deliberativa seria o processo participativo de deliberação baseado essencialmente no entendimento (e não no convencimento ou negociação entre as partes". Corroborando, Tenório (2008, p. 109) aponta que "o âmago da cidadania deliberativa consiste precisamente numa rede de debates e de negociações, a qual deve possibilitar a solução racional de questões pragmáticas, éticas e morais".

Subirats (2007), referindo-se ao trabalho de Tenório, menciona o espaço público como um cenário em que a democracia deliberativa se propaga trazendo à tona suas potencialidades, colocando como protagonista o cidadão. Nesse contexto, a gestão social demonstra seu grande potencial de emancipação social.

Conforme afirma Cançado (2011), a percepção da gestão social associada à gestão das políticas públicas, apesar de muito presente nas discussões sobre o tema, apresenta indícios de insuficiência do termo, diante de seu potencial teórico e analítico, visto que ainda é um conceito em construção.

Nesse contexto, Gomes et al. (2008, p. 59) apontam que pensar a gestão social deve ir além do campo da gestão de políticas públicas, mas sim "estabelecer as articulações entre as ações de intervenção e de transformação do campo social", ultrapassando os limites da ideia público-governamental, a exemplo de ações de responsabilidade social e do terceiro setor.

França Filho (2008) realiza uma análise da gestão social sobre dois aspectos: a gestão social enquanto uma problemática da sociedade e a gestão social como uma modalidade de gestão. Em seu primeiro aspecto, a gestão social diz respeito, efetivamente, à gestão das demandas e necessidades da sociedade, sendo, por vezes, nessa forma de compreensão, confundida com a ideia de gestão pública, visto que o atendimento das necessidades da sociedade, até então, sempre foi visto

como papel do Estado, mediante políticas públicas, especialmente políticas sociais. Entretanto, o autor convida a refletir sobre o fato de que essa seria uma atribuição do Estado, e isso não significa exclusividade para tanto, conforme explica:

> De fato, é sempre instrutivo lembrar que, historicamente, parte dos princípios e valores levados a cabo pelo ideal de um estado-providência, especialmente a ideia de solidariedade redistributiva, representam heranças de movimentos e formas anteriores de auto-organização da sociedade. O termo gestão social vem sugerir desse modo que, para além do Estado, a gestão das demandas e necessidades do social pode se dar via a própria sociedade, através de suas mais diversas formas e mecanismos de auto-organização, especialmente o fenômeno associativo (FRANÇA FILHO, 2008, p. 30).

Em seu segundo aspecto, França Filho (2008) distingue a gestão pública da gestão privada e da gestão social, com intuito de permitir maior compreensão dos três conceitos. Segundo o autor, a gestão privada corresponde àquela praticada no espaço denominado mercado, tendo como principal finalidade atingir aos objetivos econômicos traçados segundo parâmetros clássicos focados em uma relação custo-benefício.

Seguindo ainda o raciocínio de França Filho (2008), o conceito de gestão pública corresponde ao modelo de gestão praticado no seio das instituições públicas de Estado em várias instâncias, estando ela condicionada à cultura política predominante. Diferencia-se da gestão privada, principalmente, em relação à natureza de seus objetivos, porém elas se assemelham quanto ao modo de se operacionalizarem, baseado em uma lógica de poder que segue parâmetros de uma racionalidade instrumental e técnica.

Concluindo, França Filho (2008) apresenta o conceito de gestão social como sendo o modelo de gestão próprio das organizações que atuam em um espaço que não é o do mercado nem mesmo o do Estado,

embora essas organizações se relacionem, em grande parte dos casos, com instituições privadas e públicas de variadas formas. Seus objetivos não são econômicos, sendo, sobretudo, associações, em que o econômico é visto somente como um meio para consecução dos fins sociais, culturais ou ecológicos propostos. A especificidade da gestão social está exatamente nessa inversão quanto às prioridades estabelecidas.

Tenório (1998, p. 22) traz, de forma imperativa, o necessário para que a gestão social seja uma realidade:

> Que os governos institucionalizem modos de elaboração de políticas públicas que não se refiram ao cidadão como "alvo", "meta", "cliente" de suas ações ou, quando muito, avaliador de resultados, mas sim como participante ativo no processo de elaboração dessas políticas. Este processo deve ocorrer desde a identificação do problema, o planejamento de sua solução e o acompanhamento da execução até a avaliação do impacto social efetivamente alcançado.

A partir dessa afirmativa, pode-se compreender que, para que a gestão social se efetive no meio político e social, há que se permitir maior participação dos cidadãos em todo o processo de elaboração de políticas públicas, desde a identificação do problema até a avaliação do impacto obtido, de forma que se atenda ao máximo às demandas coletivas.

Serva (1997), abordando a parceria do Estado com esses atores sociais, afirma que um desafio a ser vencido nesse caminho pelo efetivo exercício de uma gestão social está no que diz respeito às formas de representação política. É necessário reconhecer que o social não é constituído de receptores passivos e dependentes, mas sim de sujeitos providos de autonomia. Reconhecer a autonomia desses novos atores sociais levaria, incontestavelmente, a uma nova forma na elaboração de políticas públicas.

Nesse contexto, a agricultura familiar tem se mostrado um setor do rural brasileiro que tem, ao longo do tempo, lutado por mais espaço de

representação política e oportunidades de participação na elaboração das políticas públicas que a contempla.

Conforme afirma Carneiro (1997), a agricultura familiar vem sendo, há décadas, colocada em segundo plano pelo Estado, tendo de competir com as grandes propriedades por condições e recursos, estas beneficiadas por políticas públicas voltadas para o desenvolvimento tecnológico, quase sempre, inadequado aos modos da agricultura familiar atuantes em pequenas propriedades, que possuem uma lógica de gestão e demandas diferenciadas daquelas propriedades voltadas exclusivamente para atender ao mercado.

Muito embora a agricultura familiar seja responsável, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por mais de 70% da produção de alimentos do país, o rural brasileiro assiste a uma dualidade em que os grandes e pequenos produtores disputam por espaço nas políticas públicas que nem sempre reconhecem a especificidade da agricultura familiar quanto ao seu relacionamento com o mercado (BRASIL, 2009). São as particularidades das formas de inserção da agricultura familiar na sociedade e no mercado que a tornam um potencial campo de desenvolvimento dos princípios da gestão social.

2 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar está inserida em universo agrário complexo composto por diversas estratégias, variáveis econômicas, bem como interesses distintos. Diante disso, torna-se uma tarefa difícil definir a agricultura familiar de forma puramente econômica ou social, tendo em vista a variedade de cenários onde ela está inserida.

O IBGE, em seu último censo agropecuário realizado em 2006, utilizou como premissa para caracterização da agricultura familiar a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que define o agricultor familiar como aquele que utiliza como principal força de trabalho a mão de obra de

sua família, obtendo sua renda principal predominantemente a partir de suas atividades agrícolas, dirigindo seu próprio empreendimento juntamente com seus familiares (BRASIL, 2009).

Porém, mesmo diante de conceitos fechados, como o utilizado em pesquisas como o Censo Agropecuário, ainda não há um conceito definitivo e consensual sobre o que é, de fato, a agricultura familiar, mas sim uma espécie de generalização de que o agricultor familiar é aquele sujeito que, juntamente com sua família, tem no trabalho da terra seu principal sustento, "abarca uma diversidade de formas de fazer agricultura que se diferencia segundo tipos diferentes de famílias, o contexto social, a interação com os diferentes ecossistemas, sua origem histórica, entre outras" (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p. 991).

Nesse contexto, a organização social e econômica, suas formas de produção e relações mercantis, estão intimamente ligadas aos laços existentes na família, influenciando sua forma de gestão de recursos, seus valores e sua identidade perante a sociedade. A família é o principal fator produtivo e de coesão social, posicionando-se diante do mercado destinando seus excedentes aos consumidores localizados nas proximidades, mas não deixando de lado o autoconsumo e autoprovisionamento, que lhe permitem vender, trocar ou consumir, característica que lhe conferem certa autonomia social e econômica na sociedade capitalista em que estão inseridos (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

A origem da agricultura familiar é vista de formas diferentes na literatura disponível. Segundo Altafin (2003), existem pelo menos duas linhas de pensamento sobre sua origem. Uma dessas vertentes compreende a agricultura familiar não como um fenômeno derivado da herança camponesa, mas como uma nova categoria, uma nova agricultura, desenvolvida mediante as transformações das sociedades capitalistas.

Essa concepção sugere uma ruptura entre o agricultor camponês e o agricultor moderno, pois considera que este não seria uma adaptação

do sujeito camponês, mas sim um novo sujeito no cenário agrário. Conforme Abramovay (2012, p. 33), "uma agricultura altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, não pode ser, nem de longe, caracterizada como camponesa".

A outra linha de pensamento concebe a agricultura familiar não como algo novo, mas como uma evolução do modelo camponês, incorporando diversas características e mantendo estreita relação com o campesinato. Segundo Wanderley (2003), ao longo do tempo, o camponês tradicional, que tem em sua atividade um modo de vida, se vê em uma situação em que o exercício da sua atividade exige muito mais conhecimentos técnicos e que o saber passado através das gerações não é mais suficiente, tendo a modernização da agricultura, mediante o desenvolvimento das sociedades capitalistas, o transformado em um agricultor por profissão.

O campesinato, segundo Abramovay (2012, p. 82), pode ser identificado mediante algumas características universais: "unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e a família, o uso intensivo de trabalho e a natureza patriarcal da organização social".

Já Cardoso (1987 apud ALTAFIN, 2003, p. 7) apresenta quatro aspectos clássicos do conceito de agricultor camponês:

> A primeira é um acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto. A seguir o trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional. Uma terceira característica seria a autossubsistência combinada com a vinculação ao mercado, eventual ou permanente, onde o objetivo está na realização de trocas por produtos utilizados no consumo da família. Por último, um certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros.

No contexto apresentado, entende-se o modelo camponês como caracterizado pela produção familiar, detentora dos meios de produção, com objetivo de produzir tanto para o próprio consumo como para o mercado. O modelo de produção camponês permite ao agricultor escolher entre o autoconsumo e a disposição da produção para o mercado, sendo esse comportamento visto como uma espécie de parcialidade do campesinato em relação ao mercado.

Abramovay (2012) aborda esse comportamento parcial não como um isolamento social, mas como uma capacidade de estruturar a vida mediante vínculos personalizados. Essa integração parcial ao mercado permite ao camponês uma flexibilidade, visto que parte de sua subsistência vem da própria produção, podendo a ele integrar-se ou retirar-se do mercado sem comprometer sua reprodução social.

Nessa linha de pensamento, Abramovay (2012) aponta estudiosos da questão agrária, como Kautsky, que previa uma extinção do modelo de produção familiar devido a uma incompatibilidade com o avanço técnico na agricultura, tendo suas teorias sido abolidas pela insistente sobrevivência do agricultor familiar até hoje. Neste sentido, Abramovay (2012, p. 69) reforça:

> O campesinato não é simplesmente uma forma ocasional transitória, fadada ao desaparecimento, mas, ao contrário, mais que um setor social, trata-se de um sistema econômico, sobre cuja existência é possível encontrar as leis da reprodução e do desenvolvimento.

Wanderley (2003) reforça a necessidade de se considerar a capacidade de resistência e de adaptação apresentada pelos agricultores familiares diante dos novos contextos econômicos e sociais, observando que a presença da agricultura familiar na sociedade capitalista moderna não se deve apenas ao simples processo de reprodução do campesinato.

Um processo de mudanças profundas na agricultura afeta a forma de produzir, porém, observa-se que esse processo de modernização e

integração ao mercado não aboliu o modelo familiar, tradicionalmente camponês. A lógica familiar permanece orientanda à tomada de decisão desse agricultor, em proporções distintas, mantendo-o, de certa forma, ainda camponês, uma vez que a família permanece sendo o objetivo principal na definição de estratégias de produção e reprodução (WANDERLEY, 2003). Sobre esse surgimento da agricultura familiar contemporânea, Abramovay (2012, p. 142) afirma:

> O ambiente no qual e desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obriga-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento.

Para Wanderley (2003), essa dificuldade em se definir o conceito do que seria, de fato, a agricultura familiar estaria ligada ao perfil que se difundiu mediante a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), levando uns a concluírem que o agricultor familiar seria aquele que se encaixa nos requisitos do programa, enquanto outros acreditam ser aquela camada de agricultores que são capazes de se adaptarem às exigências do mercado, ao contrário dos "pequenos produtores", seriam os agricultores chamados "consolidados".

Segundo Schneider e Niederle (2008), até a década de 1990, a própria referência à agricultura familiar era praticamente nula, uma vez que o termo normalmente empregado a esse segmento de trabalhador era o de "pequeno produtor" ou "produtor de subsistência". Sua realidade veio à tona por meio dos movimentos sindicais que, em sua luta por melhores condições de acesso a crédito, política de preços e regulamentação institucional, trouxe uma identidade a esse agricultor familiar.

O surgimento do termo "agricultura familiar", nos movimentos sindicais da década de 1990, veio com o intuito de condensar as diversas categorias sociais, como assentados, arrendatários, entre outros, antes apenas identificados como "trabalhadores rurais" ou apenas como "pequenos produtores" (SCHNEIDER, 2006).

Segundo Altafin (2003), estudos realizados no âmbito do convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), celebrado em 1996, conduziram à criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), bem como legitimaram o conceito de atual de agricultura familiar:

> A partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Diante do exposto, pode-se observar a que a agricultura familiar se apresenta como um grupo heterogêneo, compreendendo desde agricultores familiares integrados ao mercado, dispondo de modernizações em seu processo produtivo, até trabalhadores rurais assalariados. Conforme sintetiza Altafin (2003): "a disseminação do termo agricultura familiar na década de 1990, assim como ocorreu com o camponês, nos anos 60, possibilitou a unificação de diversas situações, colocadas sob um mesmo guarda-chuva conceitual".

Essa legitimação conceitual da agricultura familiar permitiu o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para esse segmento, a exemplo do Pronaf.

Mesmo diante de diversas previsões que acreditavam no fim da agricultura familiar, esse segmento tem resistido e lutado incessantemente, ao lado de movimentos sociais e organizações de representação, por uma mudança na forma como vem sendo concebida e na atenção a ela direcionada pela sociedade e pelas políticas públicas (ASSIS, 2005).

Segundo Assis (2005), essa luta pela conquista de maior representação se dá num movimento que envolve dois caminhos: o da representação direta, mediante movimentos sociais que apresentam as demandas do segmento e as negociam junto aos governantes; e o caminho da participação na gestão social, que tem obtido destaque a partir de críticas aos planos desenvolvidos de forma centralizada pelo governo.

Uma das formas de reivindicação utilizada atualmente pela agricultura familiar é a criação de organizações representativas. Tais organizações buscam institucionalizar as demandas particulares do segmento para que se tornem públicas e, portanto, merecedoras de atenção por parte dos governantes. Esse movimento se dá pelo processo conhecido como tradução, que consiste na adaptação dos interesses do grupo representado, dando forma à causa (ASSIS, 2005).

No Brasil, as principais demandas da agricultura familiar têm passado por processos de tradução mediante o movimento sindical, representado pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Por meio dessas organizações, a agricultura familiar teve diversas demandas traduzidas e convertidas em conquistas, a exemplo do salário mínimo no campo, aposentadoria para o trabalhador rural, licença maternidade, entre outras (ASSIS, 2005).

3 GESTÃO SOCIAL COMO FOMENTADORA DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é um segmento do cenário rural que possui uma complexidade peculiar, que envolve fatores como: sua composição estruturada com base nos laços familiares, sua relação com o mercado, seus objetivos fundamentais, cultura e forma e racionalidade de gestão. Conforme aponta Abramovay (2012), na agricultura familiar, o trabalho e a terra são mais que meios de produção, representam mais do que uma atividade com fins lucrativos, para essas pessoas a produção agropecuária representa a sobrevivência de sua família e sua garantia de reprodução.

Essas características inerentes ao modelo de produção familiar fazem com que a forma de se relacionar com o mercado seja diferenciada. Abramovay (2012) menciona que o modelo de produção familiar possui comportamento parcial em relação ao mercado, podendo integrar-se ou retirar-se dele conforme as circunstâncias estejam favoráveis ou não para a família. Essas e outras características fazem com que a agricultura familiar mereça uma atenção particular quando do desenvolvimento das políticas públicas, não podendo ser enquadrada de forma generalizada nas políticas públicas direcionadas ao rural.

Quanto às peculiaridades da agricultura familiar, Assis (2005, p. 7) menciona que:

> [...] a sua pouca inserção ou integração aos mercados e ao agronegócio, as fortes relações de parentesco e compadrio existentes entre as famílias – agrupadas em comunidades –, a grande identidade com o território a que pertencem e o conhecimento e respeito em relação ao meio ambiente em que vivem, fonte de seu sustento

[...] baseiam a ideia da necessidade de mais participação dessas pessoas no desenvolvimento das políticas públicas que as beneficiam, mediante as organizações sociais. Suas demandas – que são particulares

a cada território/região – podem ser apresentadas de forma a direcionar com mais clareza as políticas públicas em construção. Dessa forma, os princípios da gestão social que dizem respeito à democracia deliberativa (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011) se constituem como uma necessidade para que a agricultura familiar possa garantir sua existência.

Embora diversos autores, a exemplo de Lênin, tenham realizado previsões sobre o fim da agricultura familiar, que, como é sabido, não se concretizaram, essas ideias acerca do fim desse segmento trouxeram consequências sobre esses agricultores. Antes fadados ao desaparecimento, julgados por ignorantes e incapazes, viram-se excluídos do processo de transformação pelo qual passava a agricultura brasileira nos últimos quarenta anos, sendo considerados incapazes de participar da construção do próprio destino (ASSIS, 2005).

Esse cenário excludente para com a agricultura familiar começou a se transformar com o surgimento dos movimentos sindicais e organizações de representação. De modo geral, segundo Schneider, Mattei e Cazella (2004), até o início da década de 1990, não existia qualquer política pública com abrangência nacional que fosse voltada para atender às demandas da agricultura familiar, lembrando-se, ainda, que, nesse período, o segmento enfrentava grandes dificuldades, em virtude da crise da segunda metade dos anos de 1980, ficando debilitado diante da nova conjuntura econômica e social caracterizada pelo movimento de abertura comercial e desregulamentação dos mercados.

Foi na década de 1990 que ocorreram os principais fatores propulsores das mudanças dos rumos do desenvolvimento rural. Movimentos sindicais rurais ligados à Contag e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) passaram a se organizar e direcionar suas lutas com o propósito de reivindicar apoio, por parte dos governantes, aos agricultores familiares, segmento que estava sendo diretamente afetado pelo processo de abertura comercial pelo qual o país passava. Em 1995, essas reivindicações passaram a ser

conhecidas por "Grito da Terra" (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004). Ao assumir essa postura diante dos governantes, os agricultores familiares, representados de forma institucional, exerceram comportamentos inerentes à gestão social, tais como o de cidadania deliberativa e de participação, apropriando-se do direito de construção democrática de seu próprio destino, conforme detalha Tenório (2008, p. 49):

> Sua concretização [destino] passa pela organização coletiva dos participantes, possibilitando desde a abertura de espaços de discussão dentro e fora dos limites da comunidade até a definição de prioridades, a elaboração de estratégias de ação e o estabelecimento de canais de diálogo com o poder público.

Esse processo de institucionalização pelo qual a agricultura familiar passou, ao reivindicar seus direitos mediante os movimentos sindicais e de representação, permitiram ao segmento uma visibilidade e abertura de espaço para discussão e consecução dos objetivos almejados, porém, esses movimentos precisam, após institucionalizados, sustentar esse poder social, legitimarem-se de forma a permanecerem capazes de negociar os interesses da classe. Percebe-se, portanto, que a luta pelo reconhecimento das demandas da agricultura familiar é incessante, que esse processo de legitimação é, aparentemente, sem fim (ASSIS, 2005).

Apesar de já se perceber uma abertura, por parte do Estado, em relação a algumas políticas públicas, ainda se observa que ele ainda detém um grande controle sobre as decisões a serem tomadas. Ainda há um longo caminho a ser percorrido até que se tenham políticas públicas projetadas para atender às reais demandas da agricultura familiar, construídas coletivamente e respeitando suas características peculiares (ASSIS, 2005).

Contudo, há dificuldades em trilhar o caminho para que esse espaço de discussão se encontre aberto à participação popular de forma plena. Conforme afirma Tenório (2008), há uma grande dificuldade em

sustentar os elevados níveis de participação da sociedade na formulação das políticas públicas de forma contínua e sistemática. A presença dos movimentos sociais na formulação das diretrizes tende a se encontrar mais presente em períodos limitados. O autor sugere que, para que se tenha um pleno exercício da gestão social, faz-se necessário encontrar mecanismos que permitam a institucionalização dos processos participativos, legitimando o processo de gestão social.

Ao longo dos anos, observa-se que o desenvolvimento de políticas públicas se realizou a partir de objetivos que buscavam orientar a economia e promover o desenvolvimento. Tais planos foram desenvolvidos, geralmente, com a mínima participação das pessoas, concebendo as diversas regiões do país de forma homogênea e não considerando suas particularidades culturais, ambientais, sociais e produtivas, sendo desenvolvidas defendendo interesses de classes dominantes. No caso das políticas voltadas ao desenvolvimento rural, tais planos trouxeram graves consequências, que vieram, em muitos casos, a agravar as diferenças sociais existente (ASSIS, 2005).

As políticas públicas direcionadas à agricultura familiar que se conhecem hoje, a exemplo do Pronaf, foram desenvolvidas a partir da organização dos agricultores familiares em movimentos sociais, que, a partir de um processo de gestão social, pôde auxiliar na formulação de políticas públicas que puderam conceber de forma mais adequada as peculiaridades de segmento, há tanto esquecido (ASSIS, 2005).

Essas características do sistema de desenvolvimento de políticas públicas predominante no país seguem a ideia da gestão estratégica, movida pela racionalidade instrumental, baseada em cálculos, resultados, desempenhos, tendo como principal foco o êxito econômico e sendo desprendida da ética (SERVA, 1997).

Esse modelo de planejamento e aplicação das políticas públicas, por um lado, promoveu desenvolvimento econômico em algumas regiões, por outro, se tornou ineficiente, devido à inadequação ao contexto da

região, à não aceitação e participação da população local ou mesmo pela extensa e burocrática estrutura (ASSIS, 2005).

A gestão social se apresenta, nesse contexto, como uma saída para a agricultura familiar na busca pela emancipação e autonomia social. Segundo Tenório (2008), o contraponto entre a gestão estratégica/instrumental e a gestão social está baseado no conceito de racionalidade substantiva, que, segundo Guerreiro Ramos (apud SERVA, 1997), se baseia em elementos como a ética, autorrealização, entendimento, autonomia e valores emancipatórios.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ALTAFIN, I. G. **Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar:** uma apreciação sobre a trajetória brasileira. 2003. 255 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

ASSIS, T. R. P. **Agricultura familiar e gestão social:** ONGs, poder público e participação na construção do desenvolvimento rural. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2005.

BRASIL. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006:** agricultura familiar: primeiros resultados: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social.** 2011. 246 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2011.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR,** Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2011.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 8, p. 70-82, 1997.

FRANÇA FILHO, G. C. Definindo gestão social. In: SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. **Gestão social:** práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. 26-37p.

GOMES, G. S. et al. Residência social & EaD: alternativas multireferenciais nos estágios de graduação na UNITINS. In: CANÇADO, A. C. et al. **Os desafios da formação em Gestão Social.** Palmas: Provisão, 2008. 55-69p.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Orgs.). **Desenvolvimento rural:** tendências e debates contemporâneos. Ijuí, RS: Unijuí, 2006. 1-24p.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural.** Porto Alegre: UFRGS, 2004. 21-50p.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade de formas familiares na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Eds.) **Savanas:** desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF, Embrapa Cerrados, 2008. 989-1014p.

SERVA, M. O Estado e as ONGs: uma parceria complexa. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 41-54, nov./dez., 1997.

SUBIRATS, J. Cidadania e espaço público: a perspectiva da gestão social. (Posfácio). In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Unijuí, 2007. 632p.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998.

______. Gestão social: uma réplica. In: RIGO, A. S.; SILVA JR, J. T.; SCHOMMER, P. C.; CANÇADO, A. C. (Orgs.). **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento:** ações, articulações e agenda. Recife: Univasf, 2010. v. 1. 57-62p.

______. (Re)visitando o conceito de gestão social. In: SILVA JR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. **Gestão social:** práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. v. 1. 39-59p.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-62, 2003.

CAPÍTULO 4

COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DESAFIO DA GESTÃO SOCIAL NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Jéssica Samára Soares de Lima
Ionara Jane de Araujo
Emanoel Márcio Nunes
Francisco Clébson Rodrigues de Lima
Andreya Raquel de Medeiros França

1 INTRODUÇÃO

O Semiárido nordestino soma uma área que abrange 982.563,3 km², sendo constituído de 1.133 municípios e uma população de 20.858.264 habitantes (BRASIL, 2011). A maior parte do seu território é coberto pela Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro, que possui riqueza em espécies existentes somente nessa região, com variedade de paisagens, espécies animal e vegetal, nativas e adaptadas, com potencial e que garantem a sobrevivência dos agricultores da região. Uma das mais fortes características do Semiárido brasileiro é o déficit hídrico, em que as chuvas são irregulares no tempo e no espaço e a evaporação é três vezes maior que a precipitação, além da baixa umidade do ar e elevadas temperaturas em grande parte do ano.

Diante dessa realidade, a população está condicionada a viver, principalmente, de atividades agropecuárias, com bases frágeis usando tecnologias tradicionais e crescente número de pequenos estabelecimentos que, isolados, acabam se tornando mais vulneráveis à luta pela sobrevivência. De acordo com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

(Sudene), os principais desafios que o Semiárido tem a enfrentar são: ambiental, escassez de água, econômico, institucional, educacional, sociocultural e político. Entretanto, como essa população pode amenizar os problemas que são característicos do ambiente onde vivem?

Assim, a discussão desenvolvida neste capítulo fundamenta-se na ideia de que o desenvolvimento a ser promovido pelas cooperativas nas comunidades estaria relacionado ao cumprimento do sétimo princípio cooperativo, em que a preocupação com o desenvolvimento local está explícita: interesse pela comunidade, esclarecendo que os membros das cooperativas devem aprovar políticas especiais com o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades, e que seu sucesso depende da liberdade de ações e das decisões que as pessoas têm de exercer no seu papel como agente de mudança econômica, social e política.

O território Sertão do Apodi – RN, é fértil no surgimento de organizações sociais, e se destaca pela intensa mobilização da sociedade civil, com Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) e organizações não governamentais (ONGs). Originou-se apoiado por agentes externos, dentre os quais padres holandeses e franceses, onde realizaram um trabalho nas comunidades rurais. Fomentaram o ambiente que culminou com o afloramento da ação coletiva e, consequentemente, com o surgimento das organizações dos agricultores familiares, como associações e cooperativas agropecuárias.

A partir da mobilização na base e do descontentamento de alguns com a falta de assistência das entidades de governo, principalmente no tocante a itens básicos, como saúde, educação, assistência técnica para produção e comercialização, começaram a surgir organizações sociais coletivas com a finalidade de suprir tais demandas, dentre elas, as cooperativas que foram constituídas a partir da necessidade da realização da comercialização da produção da agricultura familiar.

A organização social tem como principal característica uma gestão compartilhada, para tanto:

> A autogestão é um horizonte a ser buscado permanentemente. Para chegar até lá é importante redefinir indicadores para identificar avanços e dificuldades rumo a essa organização que, mais do que uma gestão democrática, é um modelo em que os trabalhadores têm o poder de decisão (MAZZEU, 2009, p. 31).

Em relação à gestão, as cooperativas da agricultura familiar adotam, em seus princípios, um modelo participativo, em que toda e qualquer operação é contraída com a anuência de todos, tendo como principal espaço de discussão e deliberação dos assuntos a assembleia geral, com práticas de divisão de sobras ou perdas no final do exercício. Por esse conjunto de práticas, as organizações sociais são campo propício ao modelo de gestão social, porque possibilitam a discussão e oportunizam às camadas da base serem partes integrantes na gestão dos empreendimentos que participam.

Neste sentido, o objetivo deste estudo consiste em analisar a forma como se dá a contribuição das cooperativas agropecuárias situadas no território Sertão do Apodi – RN para o desenvolvimento rural. Para isso, a avaliação se dará no marco do que estabelece o sétimo princípio cooperativo (interesse pela comunidade), relacionando-o principalmente com a gestão social dessas organizações.

Este estudo tem como delimitação espacial o território da cidadania Sertão do Apodi, do estado do Rio Grande do Norte, estando sua delimitação dentro do Programa Territórios da Cidadania (PTC)[6], criado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). O território Sertão do Apodi

---

6 O Programa Territórios da Cidadania, do governo federal, vem sendo implementado desde 2008 e busca agrupar municípios com maior fragilidade

– RN conta com uma população de cinco cooperativas agropecuárias da agricultura familiar, objetos de estudo deste trabalho.

Nesse sentido, analisaram-se as cinco cooperativas agropecuárias da agricultura familiar. A pesquisa de campo baseou-se no levantamento de informações a partir de formulários semiestruturados, mediante o resgate dos aspectos históricos da existência das cooperativas e a visão/percepção de suas lideranças e sócios fundadores, podendo-se oferecer uma maior flexibilidade ao pesquisador e ao pesquisado, possibilitando um contato com a realidade dos atores.

2 COOPERATIVISMO, GESTÃO SOCIAL E AGRICULTURA FAMILIAR

No final do século XVI, nasceu, na Inglaterra, o cooperativismo, no início da Revolução Industrial. Na época, os trabalhadores das manufaturas eram qualificados e possuíam associações de ofício que controlavam o exercício profissional. Com a introdução das máquinas, estes trabalhadores começaram a sofrer a competição de fábricas, que empregavam pessoas não qualificadas, geralmente egressas do campo. Como consequência, os produtos industriais eram mais baratos do que os artesanais, de modo que, em pouco tempo, os trabalhadores manufatureiros ficavam sem trabalho (SINGER, 1999).

Assim, marcado pela crise industrial e movido pela mobilização dos trabalhadores das indústrias de tecido, o cooperativismo começou pelos trabalhadores, por acreditarem na possibilidade de existir outra relação de trabalho sem ser a do patrão e empregados.

O surgimento do movimento cooperativista se deu em 1844, tendo como marco histórico a fundação, por um pequeno número de trabalhadores industriais de Rochdale, na Inglaterra, da Sociedade dos

econômica e social, de forma a coordenar ações que possam combater a pobreza extrema e contribuir no esforço de erradicação da miséria no país.

Pioneiros Equitativos de Rochdale. Tratava-se de uma cooperativa de consumo de operários da indústria têxtil, a qual se expandiu rapidamente com a abertura de um moinho, em 1850, e de uma tecelagem e fiação, em 1854, passando a se caracterizar, também, como cooperativa de produção (BARRETO; PAULA, 2009).

O pioneirismo da cooperativa de Rochdale e seu desenvolvimento ampliou-se e inspirou diversas experiências semelhantes. A formalização das regras de funcionamento fez com que as novas cooperativas criadas fossem bem semelhantes a esse modelo inicial, o que possibilitou a constituição posterior de um movimento: o cooperativismo.

Ao se criar um movimento em âmbito mundial, foi necessário encontrar uma identidade para esse movimento (o cooperativista), e as regras da cooperativa de Rochdale foram com ele (o movimento) retomadas. Essa escolha se deu porque a grande maioria das cooperativas funcionava nesse formato ou semelhante a ele. Dessa forma, a primeira elaboração dos princípios cooperativistas inspirou-se na experiência de Rochdale (CANÇADO; GONTIJO, 2009).

A cooperativa de Rochadale, concretizada em um armazém de consumo, foi localizada na Toad Lane (travessa dos Sapos) e tinha 28 operários à sua frente, cuja principal motivação para se unirem foi a luta pela vida e a busca pela melhoria do estado de miséria e penúria em que se encontravam os tecelões e suas famílias (FERREIRA, 2010).

> Tinham, grosso modo, como principais metas políticas e econômicas: construção de uma sociedade baseada na solidariedade; eliminação da figura do patrão; construção de novas práticas de trabalho, respaldadas em valores de democracia, de participação, solidariedade e equidade etc, que foram estruturando a base para a consolidação das diretrizes do cooperativismo atual. Essas práticas de uma nova cultura pautada nos princípios do cooperativismo, contrapunham-se à cultura hegemônica centrada na competitividade, na produtividade e na hierarquia (FERREIRA, 2010, p. 92).

Uma das marcas da experiência de Rochdale foi a definição dos princípios norteadores do desenvolvimento da cooperativa e que, logo, disseminaram-se para representar o cooperativismo no mundo com a adesão livre, o controle democrático, o retorno dos excedentes em proporção às operações, a taxa limitada de juros ao capital social, a neutralidade política e religiosa, a educação cooperativista e a integração cooperativista (BARRETO; PAULA, 2009).

Os princípios norteadores são uma série de alinhamentos gerais para reger a cooperativa. Segundo Singer (1999), adotaram-se oito princípios, que provavelmente decorriam da experiência das duas ou três décadas anteriores de cooperativismo. Em resumo estes princípios eram os seguintes:

> 1º) a Sociedade seria governada democraticamente, cada sócio dispondo de um voto;
> 2º) a Sociedade seria aberta a quem dela quisesse participar, desde que integrasse uma quota de capital mínima e igual para todos;
> 3º) qualquer dinheiro a mais investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juros, mas não daria ao seu possuidor qualquer direito adicional de decisão;
> 4º) tudo o que sobrasse da receita, deduzidas todas as despesas, inclusive juros, seria distribuído entre os sócios em proporção às compras que fizessem da cooperativa;
> 5º) todas as vendas seriam à vista;
> 6º) os produtos vendidos seriam sempre puros e de boa qualidade;
> 7º) a Sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo; e
> 8º) a Sociedade seria neutra política e religiosamente (SINGER, 1999, p. 23).

Com a aplicação desses princípios, a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale cresceu enormemente, alcançando dezenas de sócios. Representando um importante mercado consumidor, os pioneiros fundaram diversas cooperativas de produção: fábrica de sapatos e tamancos, fábrica de fiação e tecelagem, cooperativa de habitação e sociedade de beneficência, que prestava assistência à saúde. O exemplo dela radiou pela Inglaterra e, mais tarde, por outros países. Outras cooperativas foram fundadas à base daqueles princípios. Hoje, a cooperativa de Rochdale é considerada a mãe de todas as cooperativas (SINGER, 1999).

Na Espanha, a *Corporación Mondragón* é o caso exemplar de uma cooperativa, que, apesar de:

> [...] adotar algumas estratégias empresariais, não tem se distanciado dos princípios rochdalianos. Configurada em quatro grandes áreas (Finanças, Conhecimento, Industrial e Distribuição), congrega mais de 30 mil trabalhadores trabalhando nas suas 109 fábricas (equipamentos, bens de consumo, construção, bens industriais e serviços empresariais), uma cadeia de supermercado, um banco (a Caixa Laboral Popular) e uma universidade tecnológica (a Escola Politécnica Profissional) (FERREIRA, 2010, p. 93).

Uma das causas do seu sucesso deve-se ao modelo de gestão centrado nos princípios cooperativistas, nas pessoas em cooperação, no projeto compartilhado, na organização participativa, na excelência e nos resultados socioempresariais, além do sistema de rede de apoio entre as cooperativas que fazem parte do complexo Mondragón.

No caso da América Latina, o cooperativismo, dito moderno, surgiu no final do século XIX e início do século XX em Honduras, Brasil, Uruguai, México e Argentina, influenciado pela emigração europeia, pela Igreja Católica e pelos governos nacionais, sendo, em alguns momentos, confundido com o movimento sindical (FERREIRA, 2010).

As cooperativas latino-americanas passaram a integrar-se mais no comércio internacional dentro da dinâmica econômica mundial, tanto no que se refere à adoção de estratégias de inserção política e econômica como em termos de adoção de novas tecnologias (agrícolas e industriais), bem como na adoção das mesmas características do cooperativismo gerado na Inglaterra.

3 COOPERATIVISMO NO BRASIL

O desenvolvimento cooperativista, no Brasil, ocorreu seguindo as mesmas características do cooperativismo gerado na Inglaterra, ou seja, de adequação ao modo de produção capitalista. Depois de experiências esparsas de cooperação realizadas desde o início da ocupação do país no século XVI, foi a partir de 1930 que o cooperativismo iniciou seu crescimento nos moldes apresentados atualmente. No entanto, assim como ocorreu em outros países, as cooperativas foram criadas não por iniciativa e necessidade de seus beneficiários, mas sim de cima para baixo, para favorecer o desenvolvimento do modo capitalista de produção (SOUZA, 2009).

O cooperativismo brasileiro não seguiu como um movimento uniforme, conforme proposições iniciais do nascimento desse movimento, com distinções no espaço geográfico através das regiões e do tempo a partir dos modelos de desenvolvimento adotados no Brasil.

Numa experiência no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1911, com a decadência da produção de vinho, o Estado brasileiro firmou convênio com os italianos para coordenarem a organização de cooperativas na região (SOUZA, 2009).

> O Estado, através do Ministério da Agricultura e Comércio, firma convênio com o expoente cooperativista italiano Giuseppe Di Stéfano釘Paternó para coordenar a organização de cooperativas em regiões de imigração italiana, entre camponeses produtores de

> vinho. Já no ano de sua chegada, Paternó criou, no Rio Grande do Sul, colônias Italianas nos municípios de Caxias do Sul, Garibaldi, Bento Gonçalves, Guaporé, Antônio Prado e Veranópolis. Entre setembro de 1911 a dezembro de 1912, como consequência de sua orientação, foram organizadas ainda a Cooperativa Agrícola de Vila Nova e mais oito cooperativas agrícolas em regiões de colonização italiana, todas ligadas à produção de vinho (SOUZA, 2009, p. 67).

Tais cooperativas tinham como principal objetivo, na teoria, a obtenção de melhores preços para a uva e o vinho, que nesse período estavam fixados de forma oligopólica pelos comerciantes, que acabavam retendo a maior parte dos ganhos. Esses produtores procuravam a comercialização de sua própria produção, eliminando, portanto, a figura do intermediário/atravessador e sua apropriação do excedente produzido pelas colônias agrícolas. Nos primórdios, o surgimento dessas cooperativas ocasionou a queda no preço do vinho, já que seus próprios produtores, nesse caso, eram, também, os comerciantes. Contudo, essa condição não durou muito tempo. A reação por parte dos grandes comerciantes locais, que pressionaram a Associação dos Produtores de Vinho e o próprio Estado para que tomassem alguma medida contra o crescimento das cooperativas, foi imediata (SOUZA, 2009).

Na realidade, existiu a reação dos comerciantes, que visava à destruição das cooperativas para manterem o controle da compra do vinho dos camponeses, de forma que fixavam os preços pagos pela uva e pelo vinho produzido artesanalmente. Os comerciantes se sentiam incomodados com a criação e progresso da cooperativa. Assim, ocorreu a ação do Estado nesse caso, que, inicialmente incentivou a criação de cooperativas para resolver um problema de superprodução e, logo em seguida, participou na sua desarticulação em favor de grandes comerciantes (SOUZA, 2009).

A ação do Estado no caso acima sugere refletir sobre dois pontos de análise: primeiro, o Estado como propositor, incentivador da criação

da cooperativa; no segundo momento, como desarticulador da própria ação, em favorecimento aos grandes produtores. Esse é um reflexo da realidade brasileira.

Em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, criou-se a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2016), entidade nacional de representação das cooperativas, responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista, em todas as instâncias políticas e institucionais, a preservação e o aprimoramento desse sistema e o incentivo e a orientação das sociedades cooperativas. Em seguida, houve a publicação da Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências, estando, também, as cooperativas amparadas pela Constituição Federal de 1988. A Lei nº 5.764/1971 estabelece, no seu art. 4º, as características das cooperativas, concretizando e garantindo direitos sociais:

> Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:
>
> I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
>
> II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
>
> III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
>
> IV - incessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - *quorum* para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços (BRASIL, 1971).

Com a publicação da Lei nº 5.764/1971 e a criação da OCB, houve um grande desenvolvimento do ramo de cooperativas por todo o território nacional.

No entanto, a aprovação da lei demonstrou que as cooperativas rurais privilegiam grandes proprietários em detrimento dos pequenos. O cooperativismo pode ser usado para favorecer grandes produtores agroexportadores, minimizando o processo de descapitalização e auxiliando na sobrevivência deles, no entanto, sem alterar a desigualdade social (SCOPINHO, 2007).

Ao apontar que esse tipo de cooperativismo, doutrinário, tem dupla finalidade: econômica – porque é rentável para os empresários – e política – porque é saída honrosa para os que não possuem capacidade competitiva individual, Rios (1989, p. 51) retrata e distingue que a "doutrina cooperativa – falsa teoria que se impõe à prática, não reflete

e nem se adapta à realidade – de teoria cooperativa – deriva de vivência e observação sistemática da prática, que a enriquece e transforma".

Ressalta-se que, nas últimas décadas, um novo paradigma, em contraposição ao cooperativismo tradicional, vem sendo estabelecido. Vêm-se desenvolvendo sistemas de representação paralelos à OCB, sendo os principais: o Sistema de Economia Solidária (Ecosol), criado pela Agencia de Desenvolvimento Solidário (ADS) da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e o Sistema Cooperativo dos Assentados (SCA), do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), constituindo-se o estopim para um processo de transformação mais generalizado nas cooperativas (SOUZA, 2009).

As cooperativas solidárias, nas quais a agricultura familiar está inserida, apresentam algumas características diferentes das cooperativas ditas tradicionais ou até com algumas tradições/práticas. Mas há de se reconhecer que as cooperativas se voltaram quase sempre ao predomínio do capital e acabaram por pender em direção às empresas com características comerciais, pouco se importando com os interesses de seus cooperados e das estruturas desiguais, sendo o único ou quase único interesse manterem-se no mercado, com exceção de algumas com tradição cultural coletivista.

No entanto, existem cooperativas da agricultura familiar que buscam resposta ao modelo econômico então implantado, que buscam promover a mobilização e a formação de lideranças para gerar trabalho e renda e possibilitar transformação da realidade social excludente.

4 AGRICULTURA FAMILIAR, COOPERATIVISMO E GESTÃO SOCIAL: UM ELO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Nos últimos anos, o meio rural vem sendo abordado como uma área relevante para o desenvolvimento do país, uma vez que gera emprego e renda para as famílias que sobrevivem de atividades produtivas

nesse contexto, e representa uma parcela significante da produção agrícola do país. Sua capacidade técnica e de resposta ao mercado está fora de questionamento, pois a sua maior caracterização vem a ser o trabalho no estabelecimento, apoiando-se efetivamente na família (ABRAMOVAY, 1998).

No Brasil, embora a agricultura familiar tenha longa tradição, remetendo ao período colonial, por anos padeceu de apoio governamental e de políticas em vários aspectos: falta de assistência técnica, estrutura de produção e beneficiamento, crédito etc. Isso gerou inúmeras dificuldades para o seu desenvolvimento. Nos últimos anos, têm-se intensificado os debates que abrangem a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento do país, com temas ligados ao desenvolvimento territorial, geração de emprego, renda, entre outros.

Uma vez que, anteriormente à década de 1990, a agricultura familiar no Brasil era um segmento não reconhecido como um setor produtivo, os termos rotineiramente utilizados para qualificar esse segmento eram os seguintes: *pequeno produtor*, *produtor de subsistência* ou *de baixa renda* (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008). No entanto, essa realidade, com o decorrer dos anos, vem sofrendo modificações, a agricultura familiar passou a fortalecer as possibilidades de potencializar as oportunidades, como sua inserção nos mercados (institucional, feiras livres, entre outros), decorrente das vantagens de uma organização coletiva.

Ressalta-se a maneira decisiva da sociedade civil, que readquiriu e redefiniu suas lutas, tornando-se transformadora social, com iniciativas decisivas para o homem do campo, na perspectiva da constituição de um novo cenário, lembrado como um período fértil e estimulante para as discussões, estudos, livros e pesquisas que contribuíram para o reconhecimento da agricultura familiar.

Vários são os termos utilizados para classificar a categoria agricultores familiares ou camponeses. Denomina-se agricultor todos que vivem no meio rural e trabalham junto com a família (SCHNEIDER;

NIEDERLE, 2008). Assim, envolve práticas diferenciadas, em contraponto ao modelo patronal, com uma forma de produção distinta que tem como características a integração da mão de obra de indivíduos que compõem uma família e as unidades de produção que se organizam com base em relações familiares.

Encontram-se, no Brasil, os processos de auto-organização via experiências autogestionárias, fundamentadas em empreendimentos econômicos solidários (cooperativas, associações, empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão). Autogestionárias, pois existe um percentual significativo de cooperativas de um dono. O diferencial das cooperativas vinculadas à perspectiva da economia solidária e não configuradas como empresas capitalistas é o modo de sua administração. As primeiras possuem sua administração pautada na autogestão, enquanto as segundas praticam a heterogestão (SINGER, 2002).

Diante das manifestações oriundas do campo da gestão social, encontram-se os processos de auto-organização via experiências autogestionárias, fundamentadas em empreendimentos econômicos solidários (cooperativas, associações, empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão). Nesse ambiente, a ação para a agricultura familiar, moldes de cooperação e gestão sempre foram exercidos verticalmente por lideranças políticas locais e regionais, ou seja, o cooperativismo era utilizado para a manipulação, em vez de gerar oportunidades de inserção por meio da produção econômica e da transformação social.

O termo gestão social ganhou espaço na literatura e nas práticas do dia a dia, mesmo padecendo da ausência de um consenso sobre seu conceito, no entanto, sob a conceituação de Pinho (2009, p. 26) "a gestão social tem se afirmado na prática mesmo sem ter se gerado um consenso sobre o que representa. Poderíamos dizer que tem se desenvolvido ao arrepio, à revelia de um consenso acadêmico". No intuito de se analisar a gestão social objetivando o delineamento de um conceito, uma

alternativa viável é fazer-se uma reflexão tomando como base outros modelos de gestões existentes. É pertinente os seguintes elementos:

> Podemos começar pensando em gestão social frente a outros tipos de gestão. Assim, quanto à gestão acadêmica parece não haver dúvidas que se refere à Universidade, às unidades acadêmicas. Ao se pensar em gestão financeira também parece não despertar dúvidas, se referindo ao trato de finanças, seja pública ou privada. No mesmo caminho segue a gestão ambiental, entendendo-se a gestão do meio ambiente, sem controvérsias. Do mesmo modo, ao se pensar em gestão de recursos humanos, o mesmo se dá, estamos falando e tratando da gestão de pessoas, de trabalhadores, funcionários de uma empresa ou instituição, governamental ou não. Porém, quando se fala em gestão social, parece descer alguma escuridão e não se tem certeza ou concordância, gera muita ambiguidade, sobre o que está falando e tratando. Talvez o correto seria falar "gestão do social", da mesma maneira que falamos "gestão de recursos humanos", mas, talvez por razões de comunicação soe melhor falar em "gestão social" (PINHO, 2009, p. 26).

Assim, a gestão social ou de outro modelo é o ato de gerir, conduzir, direcionar, mostrar o caminho a ser seguido para a obtenção de êxito. O conjunto de esforços empreendidos para a consecução de qualquer objetivo é precedido de uma ação que foi anteriormente pensada, aprimorada e posta em prática. Para que tudo isso tenha acontecido e essa soma de ações tenha surtido efeito, foi necessária a gestão que se fez presente desde a concepção da ideia até a efetivação de seus resultados. A literatura pátria discorre sobre diversos tipos de gestões, trazendo elementos e características que evidenciam as particularidades de cada uma.

No presente capítulo será explorada a gestão social que se notabiliza por apresentar um formato que prima pela participação dos sujeitos sociais nela integrados, promovendo a valorização desses atores no

processo de gerenciamento das ações mediante o incentivo à participação. Nas palavras de Pinho (2009, p. 34), "a gestão social vai estar apoiada na priorização da sociedade e do trabalho frente ao capital e ao Estado aliada ao conceito de cidadania deliberativa".

O modelo de gestão social trabalha com conceitos e ações que fomentam a responsabilidade social dentro dos empreendimentos de modo que aconteça um inter-relacionamento entre empreendimento, colaboradores e comunidade de modo geral, promovendo integração e sustentabilidade. De tal maneira, cabe ressaltar a importância dos movimentos sociais:

> Os movimentos sociais são como uma árvore. A organização é a raiz. Não adianta ter uma árvore muito grande se a raiz não estiver forte porque o vento derruba. Investir na organização social não é construir prédio, fábrica de castanha, de mel, casa de farinha ou barracão para recicláveis. É fomentar a criação de canais democráticos de participação de base, é dar possibilidade de organização para quem nunca teve oportunidade [...] é importante criar instâncias de debates e deliberações (GOMES, 2009, p. 95).

A ação de educação promovida junto a essas comunidades no Semiárido nordestino tem sido uma semente plantada que culminou com a constituição de organizações sociais do tipo: grupos de jovens rurais, associações de agricultores familiares e cooperativas de produção e comercialização da agricultura familiar. No interior desses empreendimentos, todos têm oportunidade de expressão, a gestão é feita pelos próprios membros, existindo, desse modo, uma horizontalidade.

Assim, "a única forma de gestão social que permite a convivência pacifica, a realização do potencial humano, a possibilidade de viver de forma próspera, produtiva e feliz, é sob o predomínio dos processos democráticos" (BOAVENTURA, 2009, p. 116).

Em relação à gestão, esse tipo de empreendimento adota um modelo participativo, em que toda e qualquer operação é contraída com a anuência de todos, tendo como principal espaço de discussão e deliberação dos assuntos a assembleia geral, com práticas de divisão de sobras ou perdas no final do exercício. Por esse conjunto de práticas, as organizações sociais coletivas são campo propício ao modelo de gestão social, porque possibilitam a discussão e oportunizam às camadas da base serem partes integrantes na gestão dos empreendimentos que participam.

Assim, releva-se a importância da participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais nas ações voltadas para a promoção do desenvolvimento, seja em escala nacional, seja regional ou local (BANDEIRA, 1999).

Ao longo dos anos, a realidade brasileira tem-se destacado com intensas discussões sobre estratégias de desenvolvimento que visam reduzir as desigualdades e gerar condições dignas ao homem do campo, sendo essas discussões originadas nos últimos 50 anos:

> [...] dois foram os momentos durante os quais a noção de "desenvolvimento" se alçou a um campo de singularidade histórica, introduzindo-se como uma daquelas ideias-força que atraem generalizado interesse, intensamente discutidas, orientando programas governamentais, instigando sofisticados debates intelectuais e, em especial, motivando grupos sociais interessados nos benefícios das mudanças [...] (NAVARRO, 2001, p. 1).

Desde então, o tema do "desenvolvimento" adentrou nas discussões, ocorrendo uma forte intensificação com ações do Estado, o que afastou os pesquisadores e estudiosos sobre o assunto, por considerá-lo excessivamente político e normativo (SCHNEIDER, 2010). Entretanto, a partir de 1990, ocorreu uma mudança de enfoque e de entendimento,

ressurgindo o debate sobre o desenvolvimento, que passou a ganhar espaço no Brasil.

> [...] especificamente com relação ao desenvolvimento rural, muitas são as motivações para este ressurgimento. No Brasil, tem sido possível identificar algumas das razões que explicaram o surgimento de crescentes esforços sócio-político de revalorização da "sociedade rural" e suas atividades produtivas, de seu modo de vida e suas características socioculturais, de suas organizações e propostas societárias [...]. (NAVARRO, 2001, p. 3).

A retomada das discussões esteve fortemente ligada pelas transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram no âmbito do Estado e, não menos importante, estão os atores da sociedade civil. Assim, veio a lume o desdobramento de políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, crédito para agricultura familiar, estímulo a ações afirmativas para mulheres, dentre outras ações (SCHNEIDER, 2010).

A explicação do significado do desenvolvimento, por sua vez, se revestiu de um conjunto de expressões, o que, segundo Navarro (2001, p. 3), vem "sendo atualmente utilizadas de forma intercambiável". Navarro (2001, p. 3-4) distingue as expressões desenvolvimento agrícola, agrário e rural da seguinte forma:

> [...] desenvolvimento agrícola (ou agropecuário), estaria se referindo exclusivamente às condições da produção agrícola e/ou agropecuária, suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um período de tempo dado. [...] desenvolvimento agrário, tal expressão refere-se a interpretação acerca do "mundo rural" em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas à estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo. [...] desenvolvimento rural, neste caso, diferencia-se das anteriores por uma característica

> específica: aqui, trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um ambiente rural [...].

Tornam-se importantes esses esclarecimentos, enfatizando-se as diferenças entre as expressões que, em muitas vezes, é usado de maneira imprópria, não legitimando o seu significado. Conforme revela o contexto do debate, no desenvolvimento rural, destaca-se a melhoria do bem-estar das populações rurais. Assim,

> [...] o desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões (KAGEYAMA, 2004, p. 383-384).

Desse modo, torna-se cogente buscar estratégias adequadas à realidade local, considerando as potencialidades e limitações de cada região, ou seja, o conjunto de iniciativas que deverão ser diferenciadas levando-se em conta as especificidades e as vantagens essenciais de cada região, assim como as famílias (organizações) buscam constituir, de fato, representações em políticas voltadas para a realidade do homem do campo e sua região. Como cita Bianchini (2001, p. 106): "promover o desenvolvimento rural que permita a melhoria das condições de vida e de trabalho dos homens e mulheres que vivem no meio rural, tanto nos aspectos econômicos como também no social, cultural e ambiental".

Para o desenvolvimento rural, sabe-se de sua importância social, pela geração de emprego e ocupação para as famílias do campo. Dessa forma, é fundamental que também se tenha uma ideia de sua importância econômica. E é justamente nessa direção que caminha a agricultura familiar, pois ela está inserida nas discussões a respeito do desenvolvimento rural.

5 DESAFIOS DA GESTÃO SOCIAL NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: UMA ANÁLISE DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO SERTÃO DO APODI – RN

Existem cooperativas para vários fins e atividades, distribuídas em distintos ramos. Segundo a OCB (2016), são 13 os ramos de cooperativas: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer.

No território Sertão do Apodi – RN, destacam-se em maior número as cooperativas agropecuárias, de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertencem ao cooperado. Caracterizam-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização, além da assistência técnica, educacional e social. É um ramo cooperativo com forte expressão numérica.

Este estudo contempla apenas as cooperativas agropecuárias da agricultura familiar no Território Sertão do Apodi – RN. Para que os objetivos das cooperativas sejam alcançados, é essencial uma boa gestão, a fim de orientar os planejamentos das organizações, sejam eles estratégicos, de alocação e geração de recursos, econômicos e sociais. Nesse sentido, apresenta-se a característica da gestão administrativa das cooperativas no território estudado, conforme o Gráfico 1. Nota-se que 80% das cooperativas têm adotado sua gestão realizada pela diretoria, composta por sócios fundadores e filhos dos sócios, que geralmente são das bases produtivas, e pelas associações comunitárias, que geram participação efetiva dos cooperados e maneiras de sucessão da diretoria. Outro fator relevante está na consequência de um bom trabalho de gestão social, de participação e educação cooperativista que os cooperados receberam no processo de constituição da cooperativa.
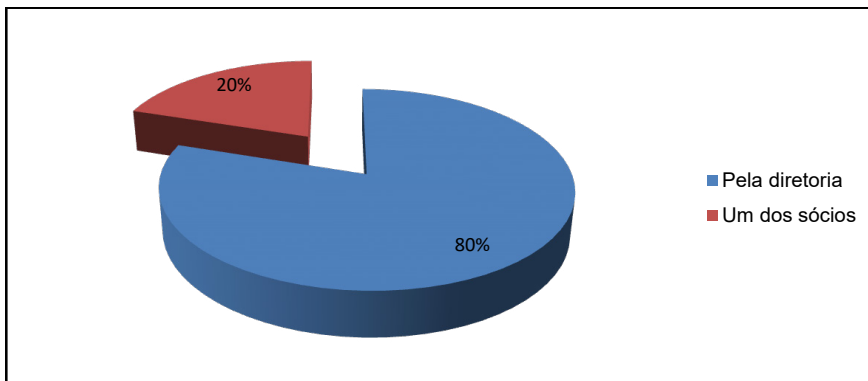
Gráfico 1 – Caracterização da gestão administrativa das cooperativas do Território Sertão do Apodi – RN

Fonte: pesquisa de campo (2016).

Em contraponto, 20% condiciona a gestão da cooperativa em um sócio, em que decisões de apenas um sócio se antepõe, dilatando a participação e as opções estratégicas preferidas dos cooperados, ou seja, gera uma baixa participação e envolvimento do cooperado na cooperativa.

O Gráfico 2 apresenta os problemas administrativos das cooperativas, demonstrando que há uma heterogeneidade nos problemas administrativos das cooperativas, mostrando que elas estão em níveis diferentes, uma vez que praticamente todas têm um apontamento, com exceção da questão legislativa, que, mesmo assim, ainda se diferencia quanto ao serviço, uma buscando o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e outro o Serviço de Inspeção Federal (SIF). Entretanto, de modo geral, os problemas são econômicos e de legislação.
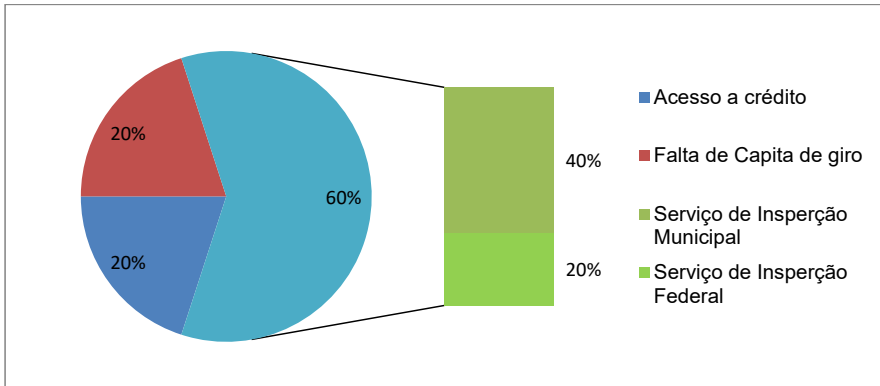
Gráfico 2 – Principais problemas administrativos apontados pelas cooperativas do território Sertão do Apodi – RN
Fonte: pesquisa de campo (2016).

As cooperativas da agricultura familiar têm encontrado barreiras para sua existência, principalmente devido à legislação fitossanitária, a qual não atende às agroindústrias da agricultura familiar, em sua grande maioria, não estando adequada a esse setor de produção, e sim às grandes empresas legalizadas, que consomem o mercado exigente, ficando as cooperativas, com suas bases produtivas frágeis, sem condições de competir. As dificuldades de se adequar as instalações da agroindústria às normas sanitárias dificultam o acesso à comercialização da produção e a legalização das agroindústrias familiares. A falta de legalização das agroindústrias das cooperativas da agricultura familiar inviabiliza a comercialização da produção.

Os problemas relacionados à falta de legalização das agroindústrias implicam diretamente, no campo econômico, a comercialização das cooperativas. No entanto, quanto à mudança na vida dos sócios, percebeu-se que cada cooperativa tem uma percepção diferente, mesmo assim, parte delas fomenta a participação e exerce a gestão social dos cooperados, sendo que apenas uma não percebeu mudanças nos cooperados, pois ela se encontra em processo de construção, possuindo

apenas um ano de existência e os trabalhos ainda se encontram a passos lentos.

Essas transformações são um fator preponderante, que pode começar com a fidelização do cooperado, atraindo-o a participar continuamente da cooperativa, contribuindo tanto na questão econômica quanto social. No Quadro 1, percebe-se que a cooperativa tem buscado a questão econômica, na comercialização e agregação de valor dos produtos dos cooperados, além da social e educacional, entendendo que possui responsabilidade de sucessão dos membros da diretoria e só por meio da educação pode capacitar seus cooperados.

COOPERATIVAS	PERCEPÇÃO NA MUDANÇA DE VIDA
A	Acesso a programas governamentais.
B	Capacidade, conhecimento do cooperativismo solidário.
C	Econômico, social e educacional.
D	Nível de escolaridade.
E	Não houve mudanças.

Quadro 1 – Mudanças na vida dos sócios após entrarem na cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2016).

Assim, a cooperativa utiliza de estratégias para a permanência dos sócios. O Gráfico 3 revela que isso se dá por meio de reuniões, que envolvem as assembleias e as reuniões mensais das associações das quais os sócios são cooperados.
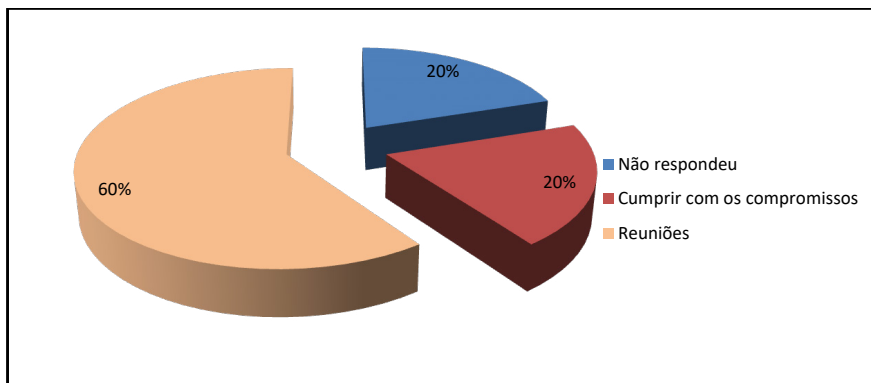
Gráfico 3 – Estratégias para permanência dos sócios na cooperativa
Fonte: pesquisa de campo (2016).

As cooperativas, em sua maioria, buscam manter suas agendas de reuniões, a fim de deixar os cooperados informados, mantendo-os sempre próximos à organização. Outra forma apresentada pelas cooperativas do território, como uma forma de manterem os cooperados, é o cumprimento dos compromissos, um deles é em relação à agregação de valor e à comercialização da produção, em que a cooperativa tem uma atuação importante, seja realizando o beneficiamento ou comercializando a produção de forma *in natura* em grande volume, repassando, no ato de recebimento da produção, o valor de mercado e, após a comercialização, retirando os custos administrativos, acordado de forma prévia na assembleia geral. Se o resultado for positivo, repassam-se aos cooperados as sobras no final do exercício. Com essas práticas, acontece a solidificação dos laços com os cooperados, o cooperado repassa sua produção e a cooperativa repõe o dinheiro, também disponibilizando da transparência, fidelizando, assim, o sócio.

Um ponto relevante no trabalho das cooperativas é sua relação com outras instituições. Por meio de seu quadro social, deve interferir na dimensão comunitária do desenvolvimento, participando de outras instâncias que contribuem com o desenvolvimento local. A partir dessa

integração, a cooperativa pode promover o bem-estar econômico e social dos cooperados e orientá-los para uma participação comunitária, melhorando, assim, a qualidade de vida da população, orientando os cooperados a uma participação comunitária, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida da população (Gráfico 4).
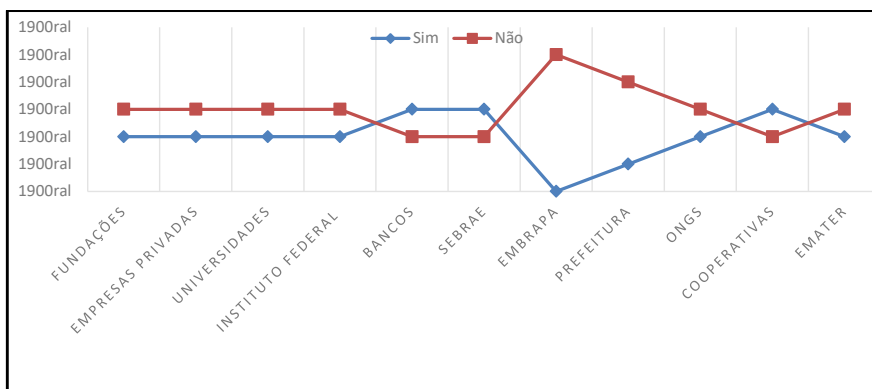
Gráfico 4 – Relação das cooperativas do território Sertão do Apodi com outras instituições

Fonte: pesquisa de campo (2016).

Na pesquisa realizada nas cinco cooperativas do território Sertão do Apodi – RN, restou evidente que não existe qualquer tipo de relação dessas cooperativas com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), essa constatação denota um prejuízo às cooperativas, sendo a Embrapa uma empresa que nasceu para promover a inovação tecnológica voltada para a agropecuária brasileira, e as cooperativas aqui estudas desenvolvem atividades de fomento à produção e comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar. É inconcebível uma ausência de diálogo entre esses entes, em que pese a existência de diálogos entre autarquias de governo e entes representantes da sociedade, mas ainda existem algumas dificuldades, principalmente no tocante à realização de parcerias e consonâncias de recortes e agendas. Não sendo difícil identificar órgãos trabalhando em

prol da mesma causa com programações e abordagens diferentes, o que dificulta o trabalho, pois as cooperativas que estão lidando diretamente com o homem do campo deixam de repassar as inovações tecnológicas advindas das pesquisas realizadas pela empresa e, consequentemente, a pesquisa não tem aplicabilidade, pelos menos para a agricultura familiar, tornando-se, dessa maneira, um conhecimento que não ultrapassa os muros da empresa.

O Gráfico 5 analisou se essas cooperativas executam e desenvolvem algum tipo de projeto social com a comunidade onde se encontram inseridas.
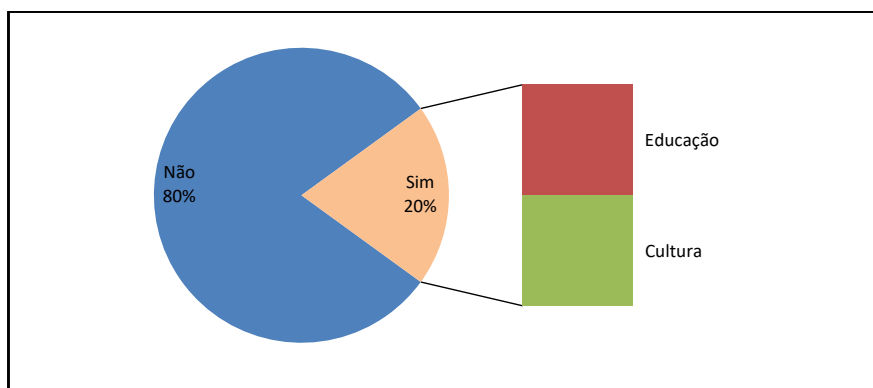
Gráfico 5 – A cooperativa desenvolve algum projeto social
Fonte: pesquisa de campo (2016).

No tocante ao envolvimento na realização ou participação em projetos de cunho social, restou comprovado que 80% delas não realizam qualquer projeto dessa natureza, o que evidencia o acentuado descumprimento de uma das funções de uma cooperativa, que é trabalhar o social e a autogestão. No entanto, apenas uma cooperativa, que representa 20% do total, desenvolve projetos sociais de educação e cultura, como se apresenta no Gráfico 5.

A cooperativa C desenvolve alguns projetos sociais, a partir do apoio de parceiros. A Estação Digital Espaço Virtual tem contribuído

para o desenvolvimento sustentável, mediante ações como capacitações em informática básica, oportunizando o acesso à *Internet*, digitação de trabalhos, serviços eletrônicos e apoio na gestão de vários projetos. O Modelo de Inclusão Digital para Empreendimentos Produtivos (Midep) é um projeto de inclusão digital da Fundação Banco do Brasil e funciona em três espaços: o primeiro é a estação digital; o segundo é a sala multiuso, com *data show*, filmadora e câmara digital, que funciona no auditório da Associação de Córrego para apresentações culturais, filmes, documentários e trabalhos realizados pelos educandos da estação, estudantes em geral e sócios; e, por último, o espaço administrativo, com apoio à gestão, uso de planilhas para controle de estoque, entre outros, e funciona na fábrica de beneficiamento de castanha. Os eixos norteadores do Midep são: a integração estratégica das ações, a capacitação como instrumento de otimização do processo de gestão e as iniciativas de produções socioculturais como meio de sensibilizar a juventude local para o comprometimento com os empreendimentos.

Dentro das atividades da estação, conta-se o Projeto Cinema para Todos, que trabalha o cinema na comunidade expondo a importância da apropriação dos conhecimentos da arte, da política, do meio social e da cultura. Os filmes interagem na sociedade de forma direta, além de incentivarem no desenvolvimento de criatividades e na ampliação dos conhecimentos nas diversas áreas. Os filmes exibidos no projeto são escolhidos tendo como base as temáticas trabalhadas pela associação em conjunto com parceiros da região.

A cooperativa C também tem atuação como apoiadora e parceira em uma turma de 21 educandos, que são sócios, esposas e filhos de sócios ligados ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) na modalidade Campo – Saberes da Terra, o qual tem a missão de oportunizar o retorno, às salas de aula, de jovens de 18 a 29 anos de idade que já frequentaram a escola e tiveram que abandoná-la por

motivos diversos. Eles têm a oportunidade de retomar seus estudos e melhorar seu nível educacional.

Outro exemplo de parceria da cooperativa C se dá mediante o Programa Mulheres Mil, do governo federal. No município de Apodi – RN, o programa é de responsabilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), e conta com três cursos: Qualificação Profissional em Produção de Derivados Apícolas, em Corte e Costura: vestuários masculino e feminino e Processamentos de Frutos.

A cooperativa C possui o departamento da educação, a ideia surgiu a partir da necessidade da constituição de um espaço que objetivasse oportunizar educação cooperativista e como instrumento que pensasse na alfabetização dos cooperados, tendo em vista muitos deles não terem tido oportunidade de frequentar escolas em sua juventude.

Por isso, o departamento manteve-se atento às possibilidades que foram surgindo, a exemplo do ProJovem Campo – Saberes da Terra, do Projeto Conquista, do Programa Mulheres Mil, do Plano Setorial de Qualificação Profissional (PlanSeQ) Ecosol. Cada iniciativa dessa deixou resultados junto a esse público, proporcionando, dessa forma, a educação cooperativista e trazendo conhecimento para os jovens e adultos das comunidades que compõem a cooperativa C.

A partir das experiências mencionadas acima, a cooperativa C idealizou ampliar seu horizonte de atuação, e o resultado foi a parceria com a Escola Agrícola de Jundiaí (EAJ) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que culminou com a vinda dos cursos oferecidos pela Rede e-Tec Brasil, quando a cooperativa C ainda estava no campo das ideias e articulações, mas o departamento da educação já existia, pois, diante da impossibilidade do firmamento de parceria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande (Fetarn) com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi para oportunizar a filhos(as) de agricultores cursarem o curso

técnico em Agropecuária na Escola Agrícola de Jundiaí, a cooperativa C celebrou essa parceria e possibilitou a cinco filhos de agricultores familiares de Apodi tornarem-se técnicos em agropecuária.

Os frutos dessa parceria são visíveis, hoje existem profissionais na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), no Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte (Idiarn) e no Banco do Nordeste, além de tutores nos cursos oferecidos atualmente pela Rede e-Tec na comunidade de Córrego. Atualmente, formaram-se duas turmas de técnicos em cooperativismo, totalizando 33 técnicos, e encontram-se em andamento duas turmas de curso técnico em Cooperativismo, duas de técnico em Comércio Exterior, uma de técnico em Informática e uma de técnico em Agroindústria, totalizando 215 cursistas.

Quando questionados a respeito da educação cooperativista (Gráfico 6), o resultado é de mais de 50% como tendo trabalhos na área, sendo esse um valor ainda não satisfatório, entretanto, as cooperativas do território estão no caminho para tanto, o que mostra sua relação com a comunidade.
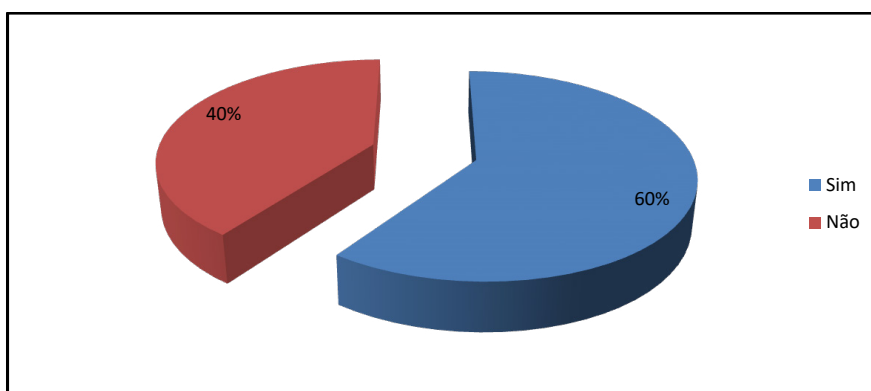
Gráfico 6 – A cooperativa tem os trabalhos relacionados à educação cooperativista

Fonte: pesquisa de campo (2016).

Isso se deu em decorrência do surgimento do cooperativismo agropecuário da agricultura familiar no território Sertão do Apodi – RN, que se iniciou de maneiras distintas, tendo suas origens no movimento sindical do campo e no trabalho social da Igreja Católica, apoiados por agentes externos, dentre os quais, padres holandeses e franceses e instituições que realizaram um trabalho nas comunidades rurais e fomentaram o ambiente que culminou com o afloramento da ação coletiva e, consequentemente, com o surgimento das organizações dos agricultores familiares, como associações e cooperativas agropecuárias, onde instituições da Igreja Católica e ONGs que prestavam assessoria às associações que culminaram em cooperativa capacitaram os "futuros cooperados" em Cooperativismo, apresentando-lhes os princípios norteadores.

A viabilização da gestão social pode ser mediante um trabalho de educação cooperativista. Postula-se que a educação cooperativa pode ser uma alternativa de solução que permita às cooperativas superar o desafio de serem competitivas, sendo paralelamente protagonistas do desenvolvimento. Um bom trabalho de educação cooperativa reflete no conhecimento da organização pelos cooperados (AMODEO, 2006).

A gestão social é o ato de gerir, conduzir, direcionar, mostrar o caminho a ser seguido para a obtenção de êxito. O conjunto de esforços empreendidos para a consecução de qualquer objetivo é precedido de uma ação que foi anteriormente pensada, aprimorada e colocada em prática. Para que tudo isso tenha acontecido e essa soma de ações tenha surtido efeito, foi necessária a gestão, que se fez presente desde a concepção da ideia até a efetivação de seus resultados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território Sertão do Apodi – RN, além de ser um dos territórios mais férteis no surgimento de organizações sociais, se destaca pela

intensa mobilização da sociedade civil, e possui um razoável número de cooperativas que contribuem economicamente para seus associados, em comparação aos demais territórios. Percebe-se que os fatores que influenciaram as práticas do cooperativismo no território Sertão do Apodi – RN foram: a Igreja Católica, igrejas evangélicas e outras cooperativas, com o incentivo de programas.

Nas reflexões deste estudo, percebeu-se que o cooperativismo consiste numa atividade fundamental nos municípios das sedes da cooperativa. Porém, as dificuldades de competição, associadas às dificuldades de crédito e falta de legalização das unidades de beneficiamento prejudicam o desenvolvimento das cooperativas agropecuárias da agricultura familiar do território Sertão do Apodi – RN.

A ação das cooperativas dos agricultores familiares tem-se tornando um dos mais importantes instrumentos para desencadear o processo de dinamização econômica. Cooperativas que trazem consigo uma nova concepção e características de gestão vêm sendo empreendidas por agricultores familiares. No entanto, o baixo nível de respostas a uma pesquisa sobre gestão social, participação e educação cooperativa é, em si mesmo, um indicador de uma tendência reflexiva. A participação social do cooperado é vista como um indicador que influencia positivamente a vida econômica da cooperativa, embora manifestam problemas na forma de viabilizar essa participação. Diante dessas circunstâncias, percebe-se, nas cooperativas, o desafio de se articular suas atividades sociais.

Existe uma fraca participação das cooperativas articulando os seus trabalhos com outras instituições coletivas. Embora este capítulo não seja representativo para o universo das organizações cooperativas de um modo geral, vale afirmar que a atuação dessas junto a outras instituições seria uma forma de viabilizar uma efetiva gestão participativa e, ainda, contribuir nas decisões locais e no desenvolvimento do município. Confirmar a importância, no entanto, demandaria um estudo

em longo prazo e mais minucioso sobre o foco dessas instituições nas relações sociais.

Pode-se concluir, também, que a atuação das cooperativas no desenvolvimento rural – mencionada no sétimo princípio – não tem sido priorizada, e que um trabalho de educação cooperativista junto ao quadro social seria uma forma de se conseguirem cooperados comprometidos com sua organização. Como já mencionado no decorrer deste estudo, investir na capacitação e treinamento do quadro social seria, também, uma forma de promover os valores cooperativos na comunidade, pois existem cooperativas que se denominam da agricultura familiar, no entanto, caracterizam-se como cooperativas de um único "dono", talvez pela não educação cooperativista, mas deve-se ressaltar sua importância como instrumento para a construção e fortalecimento do cooperativismo de base familiar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada,** v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.

AMODEO, N. B. P. Contribuição da educação cooperativa nos processos de desenvolvimento rural. In: PRESNO AMODEO, N. B.; ALIMONDA, H. (Orgs.) **Ruralidades:** capacitação e desenvolvimento. Viçosa: UFV, 2006. 151-176p.

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional.** Brasília: Ipea, 1999. (Texto para Discussão, 630).

BARRETO, R. O.; PAULA, A. P. P. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **Cadernos EBAPE.BR,** Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, artigo 2, jun. 2009.

BIANCHINI, V. Estratégias para o desenvolvimento rural. In: NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DE DESENVOLVIMENTO. **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem o Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília: MDA/CNDRS/Nead, 2001. 71-108p. (Textos para Discussão, 2).

BOAVENTURA, B. Cidadania ativa e organizada é condição da sustentabilidade. In: MELLO, C.; STREIT, J.; ROVAI, R. (Orgs.) **Geração de trabalho e renda, gestão democrática e sustentabilidade nos empreendimentos econômicos e solidários**. São Paulo: Publisher Brasil, Fundação Banco do Brasil, 2009. 114-121p.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 16 dez. 1971.

______. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2011.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2011/>**.** Acesso em: 20 abr. de 2015.

CANÇADO, A. C.; GONTIJO, M. C. H. Princípios cooperativistas: origem, evolução e influências na legislação brasileira. In: CANÇADO, A. C.; CANÇADO, A. C. M. G (Orgs.). **Incubação de cooperativas populares:** metodologia dos indicadores de desempenho. 2. ed. Palmas: Futura, 2009. 100-120p.

FERREIRA, N. M. C. **Cooperativismo sob a** ótica **da economia solidária e popular:** algumas evidências no meio rural potiguar. 2010. 304 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

GOMES, J. Não existe milagre. In: MELLO, C.; STREIT, J.; ROVAI, R. (Orgs.) **Geração de trabalho e renda, gestão democrática e sustentabilidade nos empreendimentos econômicos e solidários**. São Paulo: Publisher Brasil, Fundação Banco do Brasil, 2009. 94-95p.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Caderno de Ciência e Tecnologia,** Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez., 2004.

MAZZEU, F. União para avançar. In: MELLO, C.; STREIT, J.; ROVAI, R. (Orgs.) **Geração de trabalho e renda, gestão democrática e sustentabilidade nos empreendimentos**

econômicos e solidários. São Paulo: Publisher Brasil, Fundação Banco do Brasil, 2009. 29-31p.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 1-15, set./dez., 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **OCB e ramos.** Disponível em: <http://www.
ocb.org.br>. Acesso em: 27 ago. 2016.

PINHO, J. A. G. Gestão social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira. In: RIGO, A. S. et al. (Orgs.). **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento:** ações, articulações e agenda. Recife: Univasf, 2009. v. 1. 25-56p.

RIOS, G. S. L. **Cooperativas agrícolas no Nordeste brasileiro e mudança social.** 1976. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, 1976.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Econômica Política,** v. 30, n. 3 (119), p. 511-531, jul./set, 2010.

SCHNEIDER, S; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FELEIRO, F. G. (Org.). **Savanas:** desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF; Brasília, DF: Embrapa Informações Tecnológicas, 2008. cap. 32, 989-1014p.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade,** v. 19, edição especial 1, p. 84-94, 2007.

SINGER, P. Cooperativismo e sindicatos no Brasil. In: CUT BRASIL. **Sindicalismo e economia solidária:** reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999. 23-28p.

______. **Introdução** à **economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, M. M. O. O movimento cooperativista no Brasil: uma reflexão sobre formação, desenvolvimento e perspectivas. **Caminhos de Geografia,** Uberlândia, v. 10, n. 30, p. 65-78, jun. 2009.

CAPÍTULO 5

POLÍTICAS PÚBLICAS E PROCESSOS DE COMERCIALIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO EM UM ASSENTAMENTO NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ – RN

Karla Kallyana Filgueira Félix
Rosa Adeyse Silva
Francisca Lígia Viana de Queiroz
Ana Beatriz Bernardes Oliveira
Rinaldo Medeiros Alves de Oliveira

1 INTRODUÇÃO

O clima das regiões semiáridas do Brasil e do mundo tem sido palco de pesquisas que buscam alternativas para se conviver com as particularidades deste hábitat. Segundo Silva (2006), essa região é caracterizada por clima árido, solos pobres em matérias orgânicas e baixo índice de chuvas, resultando na aridez sazonal.

Mendes (1997) afirma que o Semiárido nordestino é uma região muito vasta, pobre e populosa, que foi devastada devido à luta secular que o homem enfrenta com a natureza na tentativa de sobrevivência, quando não consegue vencer essa batalha. Muitos nordestinos, na busca por melhores condições de vida, migram para os grandes centros urbanos, onde encontrarão dificuldades para conseguir um trabalho, devido à falta de qualificação exigida.

Apesar das dificuldades, se se comparar o Semiárido brasileiro com a maioria das regiões semelhantes a ele no mundo, encontrar-se-á aqui uma vantagem, pois seu índice de chuva anual varia entre

268 e 800 mm, enquanto algumas regiões fora do território nacional apresentam uma média anual na ordem de 80 a 250 mm. Assim, apesar de essa região possuir um clima “[...] muito quente e sazonalmente seco, que projeta derivadas radicais para o mundo das águas, o mundo orgânico das caatingas e o mundo socioeconômico do viventes dos sertões” (AB’SÁBER, 2003, p. 85), ela possui uma paisagem própria e possibilidade de uma convivência harmoniosa entre sua população e o meio ambiente.

Para que ocorra tal processo de convivência, a sociedade se torna responsável pelo processo de desenvolvimento e uso de tecnologias alternativas que possam beneficiar tanto as pessoas quanto as empresas, visto que ambas fazem parte do ciclo estabelecido para que se obtenha uma convivência harmoniosa com o meio ambiente. Assim, espera-se que possam trabalhar em conjunto para que se obtenha um manejo ambientalmente correto, mas, por outro lado, este deve ser feito com sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Portanto, práticas produtivas sustentáveis se tornam importantíssimas para que possa se desenvolver uma agricultura local preocupada não só com a produtividade, mas, também, com o manejo correto do solo, da água e de todos os recursos naturais presentes.

Para que essas práticas sustentáveis possam acontecer, é necessário que hajam, também, políticas públicas que fortaleçam e deem base para que a agricultura familiar possa se desenvolver, fornecendo meios para que os pequenos agricultores possam sobreviver na área agrícola e, ao mesmo tempo, possibilitem o processo da comercialização da produção, como, por exemplo, as políticas que dão acesso ao crédito, seja ele em forma de dinheiro ou por meio de equipamentos ou materiais utilizados na produção.

Dessa forma, as políticas que fortalecem a agricultura familiar necessitam de uma maior organização durante o processo produtivo e a comercialização dos produtos. Um dos aspectos importantíssimos

dessa questão é o incentivo dado ao associativismo e ao cooperativismo, como forma de posicionamento dos agricultores perante o mercado.

Nesse contexto, questiona-se em que medida o incentivo dado ao agricultor pelas políticas públicas de acesso ao crédito garantem sua sobrevivência na terra, de forma ambiental e socialmente sustentável.

Dessa forma, o objetivo deste capítulo é investigar quais políticas públicas são mais presentes nos assentamentos e até que ponto elas auxiliam no processo de produção e comercialização da agricultura familiar, no sentido de que, ao se organizarem em grupo, os agricultores ganham uma representatividade no mercado perante os grandes produtores.

O delineamento da pesquisa foi teórico-empírico, ela se classifica como descritiva, com método qualitativo e se realizou em um assentamento localizado no município de Mossoró – RN.

Realizaram-se entrevistas com 4 famílias, no assentamento com 40 famílias, ao total. Os critérios estabelecidos para a seleção dos sujeitos da pesquisa foram com base nas famílias produtoras. Utilizaram-se roteiros de entrevistas semiestruturadas, que levantaram questões sobre quais políticas públicas direcionadas à produção os assentados tiveram acesso e sobre qual a forma de organização e planejamento do processo produtivo.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO

A agricultura familiar vem sendo acompanhada, nas últimas décadas, por organizações não governamentais (ONGs) nacionais e internacionais que estão atuando para auxiliar projetos relacionados à produção agrícola sustentável, como as hortas orgânicas, no intuito de fornecer subsídios para o desenvolvimento da agricultura familiar, gerando

emprego e renda e contribuindo para a preservação do meio ambiente (BENITEZ; GOLINSKI, 2007).

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), desde 1994, compreenderam o potencial da agricultura familiar pela importância para a família, indicando que a administração da propriedade rural deveria ser realizada por elas, assim como a produção (FAO; INCRA, 1994). O processo sucessório ocorreria em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes da propriedade.

Dessa forma, esse modelo de produção prioriza o trabalho da família e melhorias no processo produtivo, a partir da assistência técnica e linhas de créditos para fomentar a atividade. Diante das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, o poder público tem criado incentivos, a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para desenvolver a agricultura familiar no país como uma alternativa de desenvolvimento para as famílias que residem no meio rural, a partir da geração de emprego e renda.

Ainda de acordo com os estudos realizados por FAO e Incra (1994), o modelo da agricultura familiar representava, à época, cerca de 80% dos estabelecimentos rurais brasileiros, o que já revelava o crescimento da atividade. Para Abramovay (1998), ela deve ser interpretada como uma forma viável de desenvolvimento, propiciando melhores condições de vida, desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza. Assim, poderá ser utilizada como fator social capaz de transformar o pensamento dos que observam o meio rural com desvalorização socioeconômica.

As Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável indicaram que:

> Em paralelo ao modelo acima citado, observa-se o surgimento de uma nova proposta de desenvolvimento rural com enfoque nas diferentes dimensões da sustentabilidade (econômica, social, política, cultural, ambiental e territorial). De acordo com os princípios e práticas dessa proposta, o rural tem um papel central na

> construção de um novo projeto de sociedade, sendo visto como um espaço que deve diversificar e multiplicar a pluralidade, tanto dos sistemas de produção (não os uniformizando) quanto das atividades rurais não-agrícolas; viabilizar novas estratégias de conservação ambiental compatíveis com a produção sustentável; promover e estimular dinâmicas de inclusão social e promoção da igualdade; e gerar alternativas tecnológicas que favoreçam a disseminação da autonomia relativa de produtores(as) familiares (BRASIL, 2006, p. 12).

3 SUSTENTABILIDADE

Na conjuntura atual, em que se busca o ambientalmente correto, o termo sustentabilidade está mais presente na vida das pessoas.

Segundo Jacobi (1999, p. 180), "a noção de sustentabilidade implica uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental, e a necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte". Dessa forma, para que aconteça a sustentabilidade, é necessário que o econômico, o social e o ambiental estejam interligados e trabalhem em conjunto.

Para Azevedo (2002), a aplicação do conceito de sustentabilidade para a agricultura implica pensar na criação de modelos mais sustentáveis que os já existentes. O autor retrata a grande dificuldade da tarefa, devido aos múltiplos aspectos da definição do termo, afirmando a necessidade de introduzir dois novos conceitos: o de sustentabilidade estrutural, relacionada ao controle dos agricultores ou agentes do trabalho agrícola sobre os recursos fundamentais à sua produção; e o de sustentabilidade conjuntural, que diz respeito ao uso dos recursos existentes e a relação destes com os sistemas de produção e o ambiente de modo geral.

Assim, percebe-se que a sustentabilidade na agricultura requer um equilíbrio na relação entre os recursos naturais e os próprios agricultores, bem como de todo o processo de produção.

No entanto, não se trata apenas da criação de novas tecnologias, pois estas necessitam ser adequadas ao local e agem somente em curto prazo. Fica clara a necessidade de se adequar o agricultor ao meio ambiente, tornando-o coautor para a vida no Semiárido. Ele precisa estar ciente das vantagens (melhor condição de vida em tempos de estiagem ou normais; acesso a alimentos e água; diminuição no índice de mortalidade, seja de animais ou de pessoas) e desvantagens (do ponto de vista visual, os produtos são menos atrativos, por apresentarem tamanho inferior aos que utilizam agrotóxico; os preços são um pouco mais elevados) de se utilizar de práticas ambientalmente sustentáveis.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS

O fortalecimento da agricultura familiar requer políticas públicas que considerem as demandas locais e que forneçam insumos e orientações necessárias para que o pequeno agricultor possa desenvolver-se e atuar no mercado, de forma que o desenvolvimento sustentável seja a base de todo o processo (SILVA, 2006).

Dessa forma, as políticas públicas servem de base e fortalecimento para que a agricultura familiar possa se desenvolver, por isso a sua importância. Elas fornecem meios para que os pequenos agricultores sobrevivam na sua área agrícola, bem como lhes permitem um posicionamento no mercado diante dos grandes produtores, por meio da comercialização dos seus produtos. Assim, é um dos aspectos importantíssimos o incentivo às economias solidárias, com base no associativismo e cooperativismo.

Essas formas de organização de economia solidária são importantíssimas, pois auxiliam no processo de organização e planejamento da

produção, assim como diminuem os efeitos dos intermediários comerciais e financeiros, já que, juntos, os pequenos agricultores ganham uma representatividade maior e conseguem barganhar preços melhores para seus produtos.

Em um levantamento realizado entre os anos de 2005 a 2007, pela Secretaria Nacional de Informações de Economia Solidária (Sies), do Ministério do Trabalho e Emprego, 817 empreendimentos econômicos solidários (EES) se encontram no estado do Rio Grande do Norte. Do total de EES da região Nordeste, verifica-se que 64,78% possuem formas de organização de associação e 6,16% são cooperativas (BRASIL, 2016).

Tais formas de organização possibilitam uma convivência mais harmoniosa para a realidade dos moradores dessa região, pois o trabalho em conjunto lhes dá a possibilidade de criar vendas e compras dos insumos em conjunto, o que pode acarretar um melhor preço no custo final de seu produto, além da colaboração tecnológica, em que cada membro do grupo tem a possibilidade de compartilhar seu conhecimento. Outro fator também bastante difundido para esse tipo de organização são as estratégias de *marketing* utilizadas, que podem facilitar a inserção dos seus produtos no mercado.

Segundo Asa, Rocha e Costa (2003, 2004, 2005 apud SILVA, 2006, p. 241) há diversas formas de cooperação e associação: (a) fundos de pastos: uma prática bastante comum nos solos do Semiárido brasileiro, caracteriza-se pela utilização da terra por determinados integrantes de uma família, onde são criados animais de pequeno e grande porte soltos; (b) bancos e casas de sementes comunitárias: é um modelo de gestão associativa, onde as famílias estocam certa quantidade de sementes, podendo pedir emprestadas, sendo restituídos em quantidade superior após a colheita; (c) feiras de agricultura familiar e agroecologia: são "feirinhas" com produtos advindos da agricultura familiar, que, além de auxiliarem na renda das famílias estabelecem uma aproximação entre consumidores e produtores; (d) redes e cooperativas de beneficiamento

e comercialização: são espaços onde os agricultores comercializam produtos agroecológicos, artesanato, produtos de higiene pessoal, entre outros, possibilitando e disseminando o incentivo ao uso dos produtos produzidos pela agricultura familiar, além da valorização criada pela identificação das marcas desses produtos agroecológicos e regionais. Ainda segundo Silva (2006, p. 241):

> Um levantamento realizado em 2005, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, identificou em 542 dos municípios do Semi-árido (61% do total de municípios) a existência de 3.869 de Empreendimento Econômicos Solidários (EES), que correspondem a 59% do total pesquisado nas nove Unidades da Federação do Nordeste. Os EES são organizações econômicas coletivas que assumem as seguintes tipologias: associações de produtores e produtoras (73%), grupos produtivos informais (22%) e cooperativas populares (5%). Nesses EES participam 244 mil pessoas, sem 59% de homens e 41% de mulheres.

Segundo dados levantados pelo Sies, de 2005 a 2007, os EES ganharam força a partir da década de 1990, quando se verifica um aumento de 3.251 EES criados em relação à década anterior. Ainda segundo o estudo, verifica-se que as atividades relacionadas à agricultura atingiram a primeira posição entre as 20 listadas como as que mais aparecem nos empreendimentos, e o feijão, o milho e a farinha de mandioca representam o primeiro, segundo e terceiro lugar, respectivamente, dos produtos/serviços mais produzidos.

Apesar de a área de produção receber uma maior concentração, percebe-se que apenas 5,17% dos produtos ou serviços são direcionados para o autoconsumo dos sócios, enquanto que 52,51% são destinados somente à venda e 34,79% é vendido, trocado ou consumido pelos sócios.

No entanto, o cooperativismo e associativismo desenvolvidos pelos EES enfrentam algumas dificuldades no que diz respeito ao acesso ao crédito. Diante disso, algumas organizações públicas e privadas têm sido

incentivadas à criação de um sistema solidário que supra essa deficiência ocasionada pela falta de acesso ao crédito na região semiárida, que são segundo Asa, Rocha e Costa (2003, 2004, 2005 apud SILVA 2006, p. 244): (a) fundos rotativos solidários, realizados, em sua maioria, por ONGs e organizações de cooperação internacional, é uma forma de gestão de recursos provenientes de devoluções de empréstimos especiais concedidos às pessoas ou organizações comunitárias; (b) cooperativas de crédito, as quais, em sua maioria, atuam com recursos do Pronaf e têm a finalidade de facilitar o crédito para os pequenos produtores.

Fica nítida a necessidade do acesso a tecnologias apropriadas para melhoria da produção, assim como processos educativos e participativos que possibilitem ao pequeno agricultor desenvolver-se cada vez mais, no sentido de estar sempre buscando por inovações tecnológicas de fácil acesso e custo acessível que agreguem valor aos produtos, como, por exemplo: as polpas de frutas, as compotas, o beneficiamento de fibras, entre outras.

Dessa forma, incentivar a valorização dos produtos locais, enfatizando suas características próprias e sua territorialidade, é uma das maneiras de se conviver harmoniosamente com o Semiárido.

5 REALIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE UM ASSENTAMENTO RURAL EM MOSSORÓ – RN

No assentamento, os moradores possuem uma associação, à qual todos os quatro entrevistados responderam estarem associados, como também já receberam créditos de cooperativas de crédito, em especial os do Pronaf, como o Pronaf A e o Pronaf C, além dos créditos destinados para reforma das casas, o crédito para o fomento e o crédito direto, condizendo com o que é defendido por Asa, Rocha e Costa (2003, 2004, 2005 apud SILVA 2006, p. 244). No entanto, os entrevistados responderam que nunca receberam créditos rotativos solidários.

Quando questionados sobre como as políticas públicas favoreciam o processo de comercialização da produção, um dos entrevistados respondeu que: "Ah, a gente vende os produtos da gente, ajuda em tudo! É um dinheiro que está entrando pra gente, e que a gente tá melhorando". Um segundo entrevistado evidenciou que estar associado facilita para que os moradores consigam benefícios para a comunidade.

Questionados sobre quais seriam as principais dificuldades encontradas no processo de comercialização da produção, os assentados relataram a distância, a falta de uma casa de mel, nesse caso específico, para a produção do mel presente na comunidade. E a dependência do cadastro no Compra Direta, pois, segundo um dos entrevistados, quando eles não realizam esse cadastro, não têm como vender a produção. No entanto, segundo o mesmo entrevistado, o cadastro depende do próprio assentado, podendo ser comprovado em suas palavras: "quando faz o cadastro no Compra Direta, vende lá, mas, quando não, a produção é só pra consumo mesmo... a gente é que faz o cadastro". Na mesma linha, os assentados foram solicitados para que apontassem possíveis soluções para os problemas por eles apontados. Os entrevistados responderam que a criação de uma casa do mel, a locomoção dos clientes ao assentamento e o conhecimento direcionado especificadamente para técnicas de vendas poderiam auxiliar no processo de comercialização da produção do assentamento.

Ao serem questionados como a participação da associação facilitaria a comercialização da produção, um dos entrevistados respondeu que estar associado não faz muita diferença, pois a associação não auxiliava no processo de comercialização. Os demais entrevistados discordaram da opinião do entrevistado anterior, respondendo que a associação ajudava no sentido de trazer informações para a comunidade e que, se não fosse pela associação, seria mais complicado conseguir os benefícios para o assentamento, como pode ser comprovado nas palavras

de um dos entrevistados: “Tudo que nós já temos, se não fosse pela associação, seria mais difícil de conseguir”.

Os entrevistados foram questionados sobre as formas de associações que participavam ou já tinham participado. Dois dos entrevistados respondem já terem participado das redes e cooperativas de beneficiamento e comercialização. As outras formas de associação, como fundos de pastos, bancos e casas de sementes comunitárias e as feiras de agricultura familiar e agroecologia, receberam um voto cada. E um dos entrevistados respondeu fazer parte do grupo que cria abelha para a produção do mel. Dessa forma, percebe-se que, na comunidade, há aproximação do que é apresentado por Asa, Rocha e Costa (2003, 2004, 2005 apud SILVA, 2006, p. 241).

Outra questão aborda foi sobre o conhecimento do significado da palavra sustentabilidade. Apenas um dos entrevistados soube responder, mesmo que de forma incompleta, e os outros três disseram que não tinham conhecimento sobre o assunto, como pode ser comprovado nas palavras de um dos entrevistados: “acho que é quando você tem meios de obter sua sobrevivência e a da sua família em um determinado local”. Outro entrevistado respondeu a mesma pergunta da seguinte forma: “Não sei dizer muito bem o que é, não”.

Assim, percebe-se que, no assentamento, há presença de associações, onde os moradores se reúnem para que, juntos, consigam melhores condições para a produção e comercialização de seus produtos, e que o crédito advindo, em especial, por entidades governamentais já chegou à comunidade, sendo este servido de base para que eles consigam realizar todo o processo produtivo, além de viabilizar condições mais sustentáveis para todos na comunidade. Ficou evidenciado, também, que, apesar de os moradores não terem conhecimento do significado da palavra sustentabilidade, eles utilizam-se de práticas sustentáveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada no assentamento teve como objetivo investigar quais políticas públicas são mais presentes nos assentamentos e até que ponto elas auxiliam no processo de produção e comercialização da agricultura familiar, no sentido de que, organizando-se em grupo, os pequenos agricultores ganham uma representatividade no mercado perante os grandes produtores.

Dessa forma, foi possível perceber que os agricultores participam de alguma forma de associação, sendo unânime a associação da comunidade, e que acreditam ser importante estar associado, pois, entre outros benefícios citados, a associação busca melhorias para o assentamento.

Os relatos evidenciaram que os agricultores já receberam algum tipo de crédito advindo especialmente de cooperativas de crédito, sendo unânimes as respostas no crédito do Pronaf, e que esse crédito auxilia em todo o processo produtivo e na comercialização da agricultura familiar.

Quanto às dificuldades na comercialização dos produtos, ficou evidenciado que os agricultores necessitam de auxílio na capacitação, em especial, cursos de técnicas de vendas, além da dificuldade da distância do assentamento para a cidade e de locomoção dos assentados para os polos de vendas, sendo apresentada como solução a possibilidade de trazer os clientes até o assentamento.

Por fim, deve-se observar as limitações da pesquisa, pois as entrevistas foram realizadas apenas com uma parcela dos assentados, o que não caracteriza um total acesso às políticas públicas Diante dessa realidade, é possível visualizar que, embora não tenham consciência do que seja sustentabilidade e como poderiam maximizar os recursos adquiridos por meio das políticas públicas, os assentados têm alguma iniciativa quanto ao trabalho em grupo e conhecem, mesmo que de forma amena, os benefícios de se trabalhar em grupo e de participar de uma associação. Assim, para próximos estudos, poderia ser trabalhada a questão da consciência sobre a sustentabilidade na região, bem

como o impacto que o turismo rural poderia trazer para a economia do assentamento.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. **Os domínios da natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2003.

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia,** v. 15, n. 1, p. 132-152, jan./abr. 1998.

AZEVEDO, R. A. B. A Sustentabilidade da agricultura e os conceitos de sustentabilidade estrutural e conjuntural. **Rev. Agr. Trop**., Cuiabá. v. 6, n. 1, p. 9-42, 2002.

BENITEZ, R. M.; GOLINSKI I. A agricultura orgânica como estratégia alternativa em busca da sustentabilidade: uma análise estatística da organização atual. **Revista de Administração e Inovação**, v. 4, n. 2, p. 117-132, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável.** Brasília: MDA/Condraf, 2006. (Série Documentos, 6).

______. Ministério do Trabalho e Emprego. **Sistema Nacional de Economia Solidária.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>. Acesso em: 25 maio 2016.

JACOBI, P. Meio ambiente e sustentabilidade. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. ed. especial. São Paulo: Cepam, 1999. p. 175-183.

MENDES, B. V. **Biodiversidade e desenvolvimento sustentável do Semi-árido**. Fortaleza: Semace, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, março, 1994. (Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036).

SILVA, R. M. A. **Entre o combate a seca e a convivência com o Semi**-árido**:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. 298 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) –Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

CAPÍTULO 6

PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL: A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DE UM ASSENTAMENTO NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ – RN

Karla Kallyana Filgueira Félix
Ana Beatriz Bernardes Oliveira
Francisca Lígia Viana de Queiroz
Elisabete Stradiotto Siqueira

1 INTRODUÇÃO

Na conjuntura atual, onde se busca o ambientalmente correto, o termo sustentabilidade está cada dia mais presente na vida das pessoas. Segundo Jacobi (1999), a noção de sustentabilidade está intrinsicamente relacionada à qualidade de vida, à justiça social, ao equilíbrio ambiental e ao desenvolvimento com capacidade de suporte.

Para Azevedo (2002), na agricultura, a aplicação desse conceito implica utilizar modelos mais sustentáveis que os existentes. O autor retrata a grande dificuldade da tarefa, tendo em vista os múltiplos aspectos da definição do termo, afirmando a necessidade de introduzir dois novos conceitos: o de sustentabilidade estrutural, relacionada ao controle que os agricultores ou agentes do trabalho agrícola devem ter em relação aos recursos fundamentais utilizados em sua produção; e o de sustentabilidade conjuntural, que diz respeito ao uso dos recursos existentes e a relação destes com os sistemas de produção e o meio ambiente em geral.

Assim, percebe-se que a sustentabilidade na agricultura requer um equilíbrio na relação entre os recursos naturais existentes, os agricultores, o meio ambiente e os processos produtivos.

Para Mazzini, Martin e Fernandes (2007), os assentamentos rurais possuem um papel relevante na formação dos municípios que estão implantados, atingindo diretamente a economia da região. Dessa forma, percebe-se que as práticas ligadas à agricultura e à pecuária desenvolvida nesses ambientes são importantíssimas para as pessoas que residem no campo ou nas cidades.

A prática da apicultura nos assentamentos localizados no município de Mossoró – RN tem sido uma importante fonte de trabalho e renda para os moradores que residem naquela localidade. Assim, tendo em vista a importância da apicultura para os habitantes desses assentamentos, o presente estudo tem como objetivo analisar os conceitos e as práticas adotadas em relação à produção de mel no assentamento, bem como analisar qual a percepção dos produtores acerca do descarte dos resíduos sólidos gerados pela produção.

O delineamento da pesquisa foi teórico-empírico. Assim, realizou-se a pesquisa por meio de pesquisa de campo, no contexto da produção sustentável e da conscientização acerca do descarte correto do lixo produzido pela produção.

A pesquisa se qualifica como descritiva, com método qualitativo, e foi realizada em um assentamento rural localizado no município de Mossoró – RN, constituído por 40 famílias, da quais apenas 11 são produtoras de mel. Realizaram-se 7 entrevistas semiestruturadas com os produtores de mel, que levantaram questões a respeito da produção do mel e conscientização do descarte dos resíduos sólidos originados da produção. Determinou-se o número de entrevistados por acessibilidade deles.

A pesquisa de campo desenvolvida buscou obter informações sobre as famílias produtoras de mel e a destinação de resíduos sólidos gerados em sua produção. Os critérios estabelecidos para a seleção dos sujeitos foram: aqueles que habitavam no assentamento e que produziam mel.

2 SUSTENTABILIDADE

Nos últimos 50 anos, a preocupação com o meio ambiente e com a qualidade de vida tem sido tema central em conferências, livros e eventos relacionados a negociações políticas, sociais e econômicas.

A busca do ser humano pela qualidade de vida tem alterado comportamentos e culturas em todas as sociedades, fazendo com que clubes, academias, praças e parques estejam sempre lotados por pessoas que buscam cada vez mais a longevidade.

Na década de 1960, o livro Primavera Silenciosa, de Rafael Carlson, foi um dos marcos ocorridos em uma sociedade que buscava por transformações sociais mais significativas. Na década de 1970, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada na cidade de Estocolmo no ano de 1972, e, posteriormente, a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), em 1975. Esses dois marcos ganharam caráter institucional e permitiram o deslocamento do problema ambiental, que até então se encontrava num âmbito local ou nacional, para o âmbito internacional (SANTOS, 2005).

A década de 1980 foi considerada como a década da institucionalização e regulamentação ambiental, quando os movimentos ambientalistas ganharam força, elevando o grau da consciência mundial a respeito dos problemas ambientais. Foi nessa mesma década que ocorreu a "segunda onda verde", motivada pelos movimentos associativos e a consciência planetária pelos fenômenos ecológicos globais, como as chuvas ácidas e mudanças climáticas, entre outros. Mas foi a partir da segunda metade da década de 1980 que o tema sustentabilidade teve um grande *boom*, fazendo parte do tema central de mais de 17 conferências mundiais (SANTOS 2005).

Segundo Santos (2005), a referência mais difundida acerca da sustentabilidade é a definição encontrada no Relatório de Brundtland, segundo o qual desenvolvimento sustentável significa atender às necessidades do presente permitindo que as gerações futuras tenham a mesma

chance, ou seja, não comprometendo a capacidade das gerações futuras em atender às suas próprias necessidades.

Na década de 1990, o movimento ganhou forças advindas especialmente do governo, dos movimentos ambientalistas, dos consultores e das instituições acadêmicas. Apesar disso, em 2002, constatou-se que, na prática, poucas nações fizeram seu dever de casa, evidenciando-se que poucas metas foram atingidas (SANTOS, 2005).

Dessa forma, percebe-se que o tema sustentabilidade vem buscando espaço no cenário mundial há algum tempo e que, apesar da consciência das nações e dos tratados firmados, pouco se fez para reverter esse quadro.

3 PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Com o advento da Revolução Industrial, a agricultura passou a fazer parte do cenário moderno, em que o uso de pesticidas e agrotóxicos surgiu como solução definitiva para o combate às pragas, a seleção das melhores sementes, a utilização de fertilizantes químicos, a mecanização dos processos produtivos e a irrigação na área de plantio. Tais elementos proporcionaram ao campo um ganho cada vez mais direcionado à produtividade, o que privilegiou o modelo de negócio destinado ao lucro em detrimento dos aspectos ambientais e sociais (PAULI, 1998).

Segundo Costa e Oliveira (2009), essa nova abordagem ocasionou a degradação do meio ambiente e se intensificou no século XX, permitindo que novos aspectos ligados à sustentabilidade fossem ponderados, saindo um pouco da esfera do econômico.

Sob essa nova ótica, Sachs (2007) divide a sustentabilidade sob dois eixos: sustentabilidades parciais e o conjunto de sustentabilidade integral, em que o alcance da segunda depende do trabalho desenvolvido pela primeira. Assim, são formados por uma série de dimensões que formam a multidimensionalidade da sustentabilidade, que são:

(a) social, que consiste na distribuição da renda justa e na igualdade no acesso aos serviços e aos recursos sociais; (b) cultural, que diz respeito à autoconfiança nas relações com o mundo a partir do respeito e equilíbrio nas tradições e inovações; (c) ecológica, relacionada à conservação da natureza, fazendo com que haja o incentivo no uso de recursos renováveis e a restrição ao uso dos recursos não renováveis; (d) ambiental, que se relaciona ao respeito que o ser humano deve ter em relação à capacidade da natureza de se renovar e ampliar os seus recursos naturais; (e) territorial, com a preservação das configurações urbanas e rurais, permitindo a melhoria do ambiente urbano sem interferir e degradar o meio rural, além de permitir que sejam implantadas estratégias de desenvolvimento ambiental para áreas consideradas frágeis; (f) econômica, com a capacidade de proporcionar a segurança alimentar para todos, além da modernização das ferramentas de produção e o acesso à economia internacional; (g) político nacional, que diz respeito à democracia e à capacidade do Estado em trabalhar em conjunto com o país; e (h) político internacional, com a eficácia no sistema de prevenção a guerras da Organização das Nações Unidas, além da prudência na gestão do meio ambiente e do controle financeiro internacional dos negócios.

Dessa forma, percebe-se que essa divisão amplia o objeto de estudo da sustentabilidade, permitindo que sejam considerados outros papéis além do econômico. A partir dessa nova perspectiva é que surgiram os sistemas de produção orgânicos, apresentados como um modelo alternativo que tem como pilar a agricultura familiar desenvolvida nas pequenas propriedades e que direcionam a qualidade do produto, sem deixar para trás a sustentabilidade ambiental e social (COSTA; OLIVEIRA, 2009).

Segundo Serafim (2006), os sistemas de produção orgânicos surgiram desde a década de 1920, com o intuito de que a produção dos alimentos fosse cada vez mais isenta de agrotóxico e adubos químicos,

além de que se pudesse trabalhar melhor os recursos naturais e a propriedade agrícola. Entretanto, o início da agricultura sustentável só se deu na década de 1990.

Para Ehlers (1996), há uma série definições a respeito da agricultura sustentável que tem como destaque a agricultura orgânica, em que todas apresentam como pontos incomuns: causar o mínimo possível de impactos ao meio ambiente; manutenção, em longo prazo, dos recursos naturais e da produtividade agrícola; proporcionar retorno adequado aos produtores/agricultores; utilização do mínimo possível de insumos químicos; atender às necessidades de alimento, renda, social das famílias e das comunidades.

Assim, percebe-se que a produção sustentável está diretamente relacionada à agricultura sustentável, em especial à produção de insumos orgânicos, por estes atenderem não somente ao viés econômico, mas também ao social e ao ambiental.

4 RESÍDUOS SÓLIDOS

Os resíduos sólidos são provenientes das ações humanas, ocasionados pelo descarte de materiais que são considerados sem serventia, como afirmam Rêgo, Barreto e Killinger (2002). Com o aumento da população e o aumento na necessidade de consumo, consequentemente, o volume dos resíduos sólidos tem crescido, havendo uma preocupação quanto à sua gestão, como complementam Jalili e Noori (2008 apud ABDULI; SEMIEFARD; ZADE, 2008), quando afirmam que, caso não haja uma gestão adequada para esse problema, o futuro da humanidade está comprometido.

O lixo que é coletado no Brasil teve um grande aumento nas últimas décadas, ocasionado especialmente pelo processo de industrialização, que tem se intensificado cada vez mais, e o consumo exacerbado da população.

Gouveia (2012) afirma que cada indivíduo gera, no Brasil, cerca 1 kg de lixo por dia, sendo que apenas 180 a 250 toneladas são coletadas.

Gouveia (2012) ainda afirma que o estilo de vida da população e os novos modos de produção têm sido alterados, devido à crescente onda tecnológica, acompanhada do desenvolvimento econômico e da urbanização. O consumo, por sua vez, é uma atividade inerente ao ser humano, que começa desde o seu nascimento e o acompanha ao longo de sua formação. E é por meio do consumo que é possível satisfazer às necessidades e aos desejos. Entretanto, em conjunto com a produção e o consumo, vem a geração dos resíduos, restos, lixos ou rejeitos. Ou seja, tudo aquilo que não é considerado mais útil ou de interesse para o consumido, passa a ser descartado.

Esse problema da produção de resíduos traz outras dificuldades enfrentadas nos dias atuais, que é o descarte desses materiais. Jacobi e Besen (2011) afirmam que os maiores desafios da sociedade moderna é saber qual o destino final dado aos resíduos, em especial os domiciliares, que têm aumentado diante do crescimento da produção, do gerenciamento inadequado e da falta de áreas adequadas para sua disposição final.

Mas esse descarte não é problema apenas dos grandes centros urbanos, ele é ainda maior no meio rural, como afirmam Santos e Oliveira (2009), ao relatarem que a falta de um sistema de descarte adequado para os resíduos pode ocasionar diversos problemas para as comunidades rurais, como contaminação da água, dos solos e até dos alimentos.

Pinto (1998) afirma que o crescimento dos centros urbanos ocasionou a introdução definitiva da temática dos resíduos sólidos na agenda de administradores, técnicos e legisladores, e que, com isso, muitos municípios hoje são exemplos de esforços para a definição de políticas e estruturas de apoio ao problema.

É responsabilidade do setor público garantir a coleta dos resíduos, incluindo-se as zonas rurais, mas também é dever do cidadão que

habita essas zonas contribuir para o destino correto desses resíduos, já que ele é afetado diretamente pelos danos causados devido ao seu descarte inadequado.

5 GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DA PRODUÇÃO

Para Mesquita Júnior (2007), a gestão integrada dos resíduos sólidos é a maneira de conceber, implementar e administrar o manejo dos resíduos sólidos urbanos, possibilitando a participação dos diversos setores da sociedade, tendo como base o desenvolvimento sustentável.

Acrescentando a esse pensamento, França e Ruaro (2009) salientam que a gestão integrada dos resíduos deve proporcionar às cidades, às periferias e ao meio rural o descarte correto dos seus resíduos, de acordo com a realidade local e sendo esse trabalho desenvolvido de forma comunitária. Os autores ainda afirmam que "o tratamento, reutilização, reciclagem e reintegração desses elementos ao solo constituem tarefa primordial para a manutenção da estabilidade e da qualidade do ambiente urbano e rural" (FRANÇA; RUARO, 2009, p. 2192).

Baseada em pesquisas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), Massukado (2009) afirma que a gestão integrada dos resíduos sólidos no Brasil já é adotada em várias cidades de forma diversa, no entanto, de forma não promissora. A autora ainda salienta que o enfoque concedido à questão dos resíduos sólidos no Brasil é, na maioria das vezes, sob o ponto de vista da coleta e do transporte, sendo destinados a lugares afastados dos centros urbanos e longe da visão da população. Conclui-se, dessa forma, que o meio rural enfrenta duas situações problemáticas: uma de não possuir o auxílio para a gestão integrada; e a outra, de ser transformada em depósito para o descarte do lixo advindo das cidades.

A Lei nº 12.305/2010 trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que institui, no artigo 30, a responsabilidade compartilhada dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, do cidadão e dos titulares de serviços de manejo (BRASIL, 2010). Nesse contexto, o manejo adequado dos resíduos sólidos é responsabilidade de todos, sejam fabricantes, comerciantes, distribuidores e compradores.

6 COLETA SELETIVA

De acordo com o Programa de Ações para a Sustentabilidade Socioambiental (PASS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2011), a coleta seletiva consiste no recolhimento dos materiais que podem ser reutilizados e/ou reciclados, além de funcionar como um processo de educação da população, na medida em que esta consegue ter a percepção da importância da coleta seletiva para o combate ao desperdício dos recursos naturais e os problemas ocasionados pelo descarte inadequado dos resíduos.

O processo de coleta passa por quatro estágios, que são: retirada do caminhão que transporta os resíduos da garagem; trajeto para o recolhimento; encaminhamento desses resíduos para o local adequado; e, por último, o retorno do veículo para a garagem. Cunha e Caixeta Filho (2002) classificam a coleta seletiva em dois tipos: o sistema especial de coleta, que recolhe somente os resíduos contaminados; e o sistema de coleta de resíduos não contaminados.

Segundo Alencar (2005), uma das primeiras cidades a adotar o sistema de coleta seletiva foi Curitiba, no estado do Paraná. Scarlato e Pontin (1992 apud ALENCAR, 2005) relatam que o Japão é o país que tem o maior exemplo de riqueza no descarte de lixo eletrônico, onde se pode encontrar até aparelhos eletrônicos em bom estado de conservação, podendo-se inferir que o modelo do sistema de coleta japonês deve servir de exemplo para outros países.

Segundo Monteiro et al. (2001 apud SIMONETTO; BORENTEIN, 2006), o processo de coleta de resíduos é contínuo e deve ser ampliado gradativamente, podendo ser feito em três estágios: o primeiro seria a realização de campanhas que conscientizem e convençam a população sobre a importância da coleta seletiva para toda a sociedade e para a natureza, informando, ainda, como os resíduos devem ser tratados; o segundo diz respeito a um plano que sistematize quais os equipamentos utilizados, o veículo, as áreas que irão abranger a coleta e qual a periodicidade que ela vai acontecer; e, por último, a instalação da unidade que vai tratar o material coletado.

Segundo Carvalho (2008), o indicador de coleta seletiva de lixo mostra que apenas 2% do lixo produzido no país é coletado seletivamente e que apenas 6% das residências são atendidas pela coleta seletiva, em cerca de somente 8,2% dos municípios brasileiros. A situação é semelhante no meio rural, onde apenas 13% dos domicílios são atendidos pela coleta seletiva, segundo Pedroso (2010), a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essas circunstâncias são ocasionadas pela dificuldade de haver a coleta seletiva em decorrência do seu alto custo, o que acarreta o descarte desses resíduos de forma inadequada, em que, por falta de opção, os muitos moradores se veem obrigados a dar um destino errado para seus resíduos, que, na maioria das vezes, são queimados e/ou enterrados.

7 A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

De acordo com os dados coletados em campo, constatou-se que os assentados já ouviram falar e possuem alguma noção sobre o termo sustentabilidade, apesar de ainda utilizarem práticas que degradam o meio ambiente, como é o caso das queimadas.

Assim, quando perguntados sobre o que entendiam sobre o termo sustentabilidade, quatro dos sete entrevistados disseram ter uma noção

e entender o significado da palavra, enquanto três responderam que não sabiam ou nunca tinham ouvido falar, como pode ser comprovado nas palavras de um dos entrevistados:

> No meu ponto de vista, sustentabilidade é uma atividade que ela se sustente. Com aquela atividade você não dependa de outras fontes para sobreviver, você tem que sobreviver com a atividade que você está praticando, sem degradar o ambiente e permitindo que os filhos de nossos filhos possam fazer a mesma coisa.

Assim, aproxima-se do que defende Santos (2005), ao fazer referência à definição encontrada no Relatório de Brundtland, segundo o qual desenvolvimento sustentável significa atender às necessidades do presente, permitindo que as gerações futuras tenham a mesma chance, ou seja, não comprometendo a capacidade das gerações futuras em atender às suas próprias necessidades.

8 A QUESTÃO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Com os dados coletados, percebeu-se que todos os produtores de mel possuíam uma produção orgânica e que, no geral, todos consideravam esse tipo de produção superior aos demais, como pode ser comprovado nas palavras de um dos entrevistados:

> Eu vejo a atividade orgânica como o futuro da alimentação. Hoje eu vejo que os problemas de saúde que as pessoas têm, eu culpo a alimentação. Porque se as pessoas se alimentassem melhor não teria as doenças que tem hoje, porque a gente ainda ingere muito agrotóxico na alimentação. Antes as pessoas não adoeciam, porque não existia essa questão dos agrotóxicos, hoje tudo que você come, a fruta quanto mais bonita, mais agrotóxico tem nela. Então, eu vejo que a saída é a produção orgânica.

Essa fala aproxima-se do que defende Serafim (2006), quando relata que os sistemas de produção orgânicos surgiram no intuito de que a produção dos alimentos fosse cada vez mais isenta de agrotóxicos e adubos químicos, além de trabalhar melhor os recursos naturais e a propriedade agrícola, se possível. Ehlers (1996) relata que há uma série definições a respeito da agricultura sustentável que têm como destaque a agricultura orgânica, todas apresentando como pontos em comum: causar o mínimo possível de impactos ao meio ambiente; manter em longo prazo os recursos naturais e da produtividade agrícola; proporcionar retorno adequado aos produtores/agricultores; utilizar o mínimo possível de insumos químicos; atender às necessidades de alimento, de renda e sociais das famílias e das comunidades.

9 A QUESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Foi possível perceber que, no assentamento, não há o apoio do serviço público a respeito da implantação do sistema de gestão dos resíduos sólidos, e que, na maioria das vezes, os assentados descartam os resíduos no meio ambiente mediante queimadas e/ou os enterram, o que, muitas vezes, acaba ocasionando problemas de saúde a pessoas que habitam essa região, como por ser confirmado nas palavras de um dos entrevistados:

> Aqui a gente não tem outra opção, o carro do lixo passa só no dia que quer, então a gente não tem paciência de esperar porque fica juntando mosca, então a gente queima tudo ou enterra. Tem muita gente que está sofrendo com as queimadas, mas a gente não tem outra opção.

Isso confirma o que defendem Santos e Oliveira (2009), ao relatarem que a falta de um sistema de descarte adequado para os resíduos

pode ocasionar diversos problemas para as comunidades rurais, como contaminação da água, dos solos e até dos alimentos.

A maioria dos assentados respondeu que são conscientes que o que fazem é errado, mas, segundo relatam, só fazem isso porque não têm apoio do poder público nem dos líderes do assentamento.

10 A QUESTÃO DA GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DA PRODUÇÃO

França e Ruaro (2009, p. 2192) afirmam que "o tratamento, reutilização, reciclagem e reintegração desses elementos ao solo constituem tarefa primordial para a manutenção da estabilidade e da qualidade do ambiente urbano e rural". No assentamento, apesar de todos os entrevistados terem respondido que já ouviram falar e que conhecem os processos de ensilagem, reciclagem e compostagem, apenas um dos sete entrevistados respondeu que praticava as duas últimas práticas, enquanto os demais não praticam qualquer delas.

Segundo a Lei nº 12.305/2010, que trata da PNRS e institui a responsabilidade solidária dos fabricantes, dos importadores, dos distribuidores, dos comerciantes, do cidadão e dos titulares de serviços de manejo (BRASIL, 2010), percebe-se que, apesar de serem diretamente atingidos pela degradação do meio ambiente e entenderem esse malefício à sua saúde e à do meio ambiente, eles não praticam atividades como reciclagem, ensilagem ou compostagem, como se verifica nas palavras de uma dos entrevistados: "Eu sei o que é, mas não faço nenhuma, não. Porque não tem como, aqui tudo é mais difícil".

11 A QUESTÃO DA COLETA SELETIVA

De acordo com o PASS da UFCG (2011), a coleta seletiva consiste no recolhimento dos materiais que podem ser reutilizados e/ou reciclados.

Constatou-se que, no assentamento, não há o processo de coleta seletiva e que, talvez, por esse motivo, os assentados acabam queimando ou enterrando o seu lixo, conforme relata um dos entrevistados: "Aqui nós não temos isso, o carro às vezes passa, mas, mesmo assim, não é o de coleta seletiva", aproximando-se, assim, do que defende Pedroso (2010) a partir de dados do IBGE, de que apenas 13% dos domicílios do meio rural são atendidos. Essas circunstâncias são ocasionadas pela dificuldade de haver a coleta seletiva em decorrência do seu alto custo.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve como objetivo analisar os conceitos e as práticas adotadas em relação à produção de mel em um assentamento no município de Mossoró – RN, bem como analisar qual a percepção dos produtores acerca do descarte dos resíduos sólidos gerados pela produção.

Foi possível constatar que, no assentamento, a maioria dos entrevistados conhecia o termo sustentabilidade e o seu significado, apesar de ainda praticarem atividades que degradam o meio ambiente, o que pode ser justificado, talvez, pela falta de um sistema de gestão de coleta seletiva eficiente e eficaz. Tendo em vista que os assentados relataram que, como a frequência com que o carro do lixo passa não é suficiente, eles acabam preferindo queimar ou enterrar o seu próprio lixo, fato que já vem causando danos à própria população, por meio de doenças.

Foi possível perceber, ainda, que os assentados apresentam uma produção sustentável, em que o lixo orgânico é totalmente aproveitado, e o inorgânico, como caixas e baldes, demora anos para ser descartados. Apesar disso, quando o inorgânico tem que ser eliminado, acaba sendo queimado ou enterrado.

Os assentados ainda se consideram conscientes em relação ao destino dado aos resíduos advindos da sua produção e, apesar de saberem das

consequências de suas ações, ainda as fazem, principalmente porque não têm alternativa de uma melhor destinação de seus resíduos inorgânicos.

Para os próximos estudos, sugere-se que seja ampliada a pesquisa para outros assentamentos localizados no município de Mossoró – RN, a fim de se fazer um estudo comparativo entre eles, e que haja um estudo mais expandido, para conhecer os motivos que levam o município de Mossoró – RN a não prestar um serviço de coleta seletiva em seus assentamentos rurais.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. M. M. Reciclagem de lixo numa escola pública do município de Salvador. **Camdobá – Revista Virtual**, v. 1, n. 2, p. 96-113, jul./dez. 2005.

AZEVEDO, R. A. B. A sustentabilidade da agricultura e os conceitos de sustentabilidade estrutural e conjuntural. **Rev. Agr. Trop.,** Cuiabá. v. 6, n. 1, p. 9-42, 2002.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 3 ago. 2010.

CARVALHO, J, M. G. Vida e lixo: a situação de fragilidade dos catadores de material reciclável em Marilia e os limites da reciclagem. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 6., 2008, Marília. **Anais...** Marília, SP: RET, 2008. p. 1-11.

COSTA, F. J.; OLIVEIRA, L. G. L. Produção e consumo sustentável: um estudo de caso. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 12., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FGV/Eaesp, 2009.

CUNHA, V.; CAIXETA FILHO, J. Gerenciamento de coleta de resíduos sólidos urbanos: estruturação e aplicação de modelo não linear de programação por metas. **Gestão e Produção**, São Carlos, v. 9, n. 2, p. 146-161, ago. 2002.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FRANÇA, R. G.; RUARO, É. C. R. Diagnóstico da disposição final dos resíduos sólidos urbanos na região da Associação do Município do Alto Irani (AMAI), Santa Catarina. **Ciência e Saúde Pública**, São Paulo, v. 6, n. 14, p. 2191-2197, 2009.

GOUVEIA, N. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. **Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 6, n. 17, p. 1503-1510, 2012.

JACOBI, P. R. Meio ambiente e sustentabilidade. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. **O município no século XXI:** cenários e perspectivas. ed. especial. São Paulo: Cepam, 1999. 175-183p.

JACOBI, P. R.; BESEN, G. R. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 135- 158, jan./abr. 2011.

MASSUKADO, L. M. **Sistema de apoio** à **decisão**: avaliação de cenários de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos domiciliares. 2009. 272 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2009.

MAZZINI, E. J. T.; MARTIN, E. S.; FERNANDES, B. M. Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema-SP: uma política de desenvolvimento regional. **Revista Formação**, v. 1, n. 14, p. 56-66, 2007.

MESQUITA JÚNIOR, J. M. **Gestão integrada de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: Ibam, 2007. (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo Aplicado a Resíduos Sólidos, 1).

PAULI, G.; **Upsizing**: como gerar mais renda, criar novos postos de trabalho e eliminar a poluição. 2. ed. Porto Alegre: Fundação Zeri Brasil/L&PM, 1998.

PEDROSO, E. F. H. **Destinação e armazenagem de resíduos sólidos em meios rurais**. 2010. 46 f. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PINTO, T. P. **Metodologia para gestão diferenciada de resíduos sólidos da construção urbana**. 1999. 198 f. Tese (Doutorado em Engenharia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. Programa de Ações para a Sustentabilidade Socioambiental. **Projeto Florestal Recicla:** coleta seletiva. Campina Grande, 2011. Disponível em: <http://www.florestalrecicla.com/2011/05/coleta-seletiva.html>. Acesso em: 30 ago. 2013.

RÊGO, R. C. F.; BARRETO, M. L.; KILLINGER, C. L. O que é lixo afinal? Como pensam mulheres residentes na periferia de um grande centro urbano. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 18, p. 1583-1592, nov./dez. 2002.

SACHS, I. **Rumo** à **ecossocioeconomia**: teoria e prática de desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, E. G.; OLIVEIRA, F. G. Resíduos sólidos no meio rural: o caso do assentamento Queimadas no município de Remígio/PB. In: CONGRESSO PARAIBANO DE GESTÃO DE LIXO, 1., 2009, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Projeto Universidades Cidadãs, 2009.

SANTOS, T. C. S. S. **As diferentes dimensões da sustentabilidade em uma organização da sociedade civil brasileira**: o caso da Gapa-Bahia. 2005. 190 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SERAFIM, C. H. M. **Análise da sustentabilidade da produção orgânica do município de Guaraciaba do Norte, Ceará**: um estudo de caso. 2006. 108 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

SIMONETTO, E. O.; BORENSTEIN, D. Gestão operacional da coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos: abordagem utilizando um sistema de apoio à decisão. **Gestão e Produção,** São Carlos, v. 13, n. 3, p. 449-461, set./dez. 2006.

CAPÍTULO 7

DESAFIOS PARA GESTÃO DA PROPRIEDADE RURAL NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DE MOSSORÓ – RN

Jakson Nunes
Rosa Adeyse Silva
Elisabete Stradiotto Siqueira
Liana Holanda Nepomuceno Nobre
Valdemar Siqueira Filho

1 INTRODUÇÃO

As mudanças estruturais ocorridas no agronegócio nos últimos anos têm evidenciado a necessidade de novas formas de gerenciamento. Os agricultores estão atuando num contexto que se estende muito além da porteira. Esse cenário exerce crescente pressão para que eles façam frente aos desafios com atitudes qualificadas, conhecimento e habilidades para serem capazes de reconhecer o potencial das ameaças ambientais e a viabilidade que está presente em cada atividade; portanto, a atividade é muito mais do que um meio de vida, é um negócio que precisa ser sustentável. A habilidade para acessar a informação adequar-se rapidamente à nova realidade e saber gerenciar eficazmente são muito mais requeridas que no passado (REEVE; BLACK, 1993).

Giles e Stansfield (1990) salientam que o gerenciamento pode ser considerado como o decidir o que quer fazer e, então, fazer. Contudo sugerem que ele envolve um conceito mais complexo: é uma atividade complexa, envolvendo a combinação de coordenação de

recursos humanos, físicos e financeiros, num meio que produz uma *commodity* ou um serviço que podem ser vendidos a um preço que pode ser pago, enquanto torna o ambiente de trabalho agradável e aceitável para os envolvidos.

Com o advento da industrialização da agricultura houve a transformação da realidade, de um grande grupo de famílias de pequenos produtores, com produtos diversificados, para poucas corporações altamente qualificadas, com operações privadas. Tais empresas ameaçam os produtores tradicionais em razão de suas vantagens, pois os mercados estabelecem os produtos e a produção (WANER, 2000).

O gerenciamento de uma grande ou pequena empresa do agronegócio e o de outros ramos de negócios não difere significativamente, visto que em todas há necessidade de se aplicar os princípios de gestão. Contudo, a lógica administrativa dos agricultores familiares é muito diferente daqueles agentes do agronegócio, pois a noção de excedente, organização do trabalho e poder se constituem bases diferenciadas, enquanto nas grandes propriedades o mercado é o definidor das estratégias administrativas no caso da pequena propriedade da agricultura familiar a família e a subsistência constituem-se em fatores importantes na delimitação da cultura organizacional desses atores.

Nesse sentido é necessário identificar as competências essenciais dos agricultores no processo de gestão de sua propriedade como forma de potencialização e socialização com outros proprietários dessa mesma natureza e também identificar os fatores que dificultam sua inserção no mercado competitivo.

O aprimoramento do processo de gestão pode contribuir com o processo de fixação do homem no campo, reduzindo as assimetrias sociais e econômicas, visto que ao tornar a propriedade rural mais atrativa minimiza a sedução dos centros urbanos.

A fixação do homem no campo tem sido um desafio para as políticas públicas visto que a cidade, além de atrativos sociais e culturais,

também apresenta a possibilidade de oportunidades mais consistentes no campo econômico. Tal processo tem provocado historicamente uma deterioração da vida na cidade e o isolamento dos proprietários de pequenas propriedades rurais.

Tal questão está integrada em uma complexa rede de relações sociais, tecnológicas, culturais e econômicas que demandam uma abordagem hologramática.

Nesse sentido compreende-se que não é possível propor formas de gestão descontextualizadas da dimensão sociocultural dessa população. Qualquer proposição nesse sentido deve ser fruto de um processo de tradução cultural entre o atual patamar da área de conhecimento da gestão e o perfil cultural dessa população, de forma que esse processo possa ser construído a partir dos conhecimentos e práticas já existentes naquele contexto cultural, para minimizar a resistência a novas propostas como também valorizar ações ali presentes.

Neste capítulo será analisada a experiência de agricultores familiares do Semiárido nordestino. Fizeram parte do estudo 48 agricultores moradores de seis assentamentos na região de Mossoró – RN.

A escolha dos assentamentos foi definida pelo critério da acessibilidade, e os sujeitos foram aqueles que naquele momento estavam desenvolvendo algum tipo de atividade produtiva em sua propriedade.

O instrumento de pesquisa foi um roteiro semiestruturado com 13 questões abordando aspectos da expectativa, motivação, estrutura da propriedade, financiamento, renda e perfil tecnológico da produção.

As questões com aspectos mais quantitativos foram tabuladas em *Excel*, e aquelas que abordavam os discursos dos sujeitos foram tratadas com análise interpretativa com apoio do software livre *VOSviewer*.

O objetivo do estudo foi identificar as características da produção e as expectativas do agricultor familiar quanto a sua propriedade.

Para fazer essa análise será realizado um breve resgate teórico do conceito de agricultura familiar e assentamentos rurais para depois apresentar a experiência dos agricultores.

2 AGRICULTURA FAMILIAR

As atividades rurais podem ser desenvolvidas de várias formas, desde a produção para a subsistência, até os grandes empreendimentos agrícolas, pecuários e agroindustriais. Sendo que as unidades familiares são caracterizadas autossuficientes quando a atividade agrícola exercida por elas envolve o processo produtivo e de consumo, entretanto com o passar do tempo em razão da divisão do trabalho e do desenvolvimento do comércio, deu-se a dissociação entre o processo produtivo e o de consumo, quando o agricultor passou a não se limitar somente a produção para o consumo e iniciou a produzir com um novo objetivo, a comercialização ao mercado consumidor (VALLE, 1987).

A agricultura é considerada "familiar" segundo a organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (FAO; INCRA, 1996), a partir de três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família, o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família, e os fatores de produção pertencentes à família (exceção, às vezes, a terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes. A agricultura familiar tem como principal objetivo o desenvolvimento rural sustentável, buscando explorar de uma forma diversificada o máximo possível de atividades economicamente viável para cada região.

Dessa forma, têm o conceito que é citado por Buainain e Souza Filho (2001), que são considerados estabelecimentos agrícolas familiares aqueles que atendam, simultaneamente, às seguintes condições: (a) direção dos trabalhos do estabelecimento exercida pelos produtores;

e (b) o trabalho familiar superior ao trabalho contratado. Os autores enfatizam ainda que não se determine agricultura familiar pelo tamanho da área da propriedade, cuja extensão máxima é determinada pela disponibilidade de mão de obra da família e as tecnologias que são utilizadas no desenvolvimento das atividades. Gasson e Errington (1993, p. 20), apresentam seis características que definem a agricultura familiar: (a) a gestão é feita pelos proprietários; (b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; (c) o trabalho é fundamentalmente familiar; (d) o capital pertence à família; (e) o patrimônio e os ativos são objeto de transferências intergeracional no interior da família; (f) os membros da família vivem na unidade produtiva. Já Neves (2006, p. 47), sintetiza o referido conceito "como a forma de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas".

A agricultura familiar no Brasil de acordo com Buainain et al. (2005, p. 14), é extremamente diversificada, incluindo tanto as famílias que exploram minifúndios e produzem apenas para seu sustento, em condições extremas de pobreza, quanto a produtores inseridos no moderno agronegócio, que conseguem gerar renda várias vezes superiores àquela que definimos a linha da pobreza. Porém além de gerar rendas a agricultura familiar precisa estabelecer estratégia para que seu produto participe de uma forma competitiva no mercado. Tal situação é um grande desafio, principalmente quando a produção é feita em pequena escala, sendo o caso da agricultura familiar, sendo que segundo Wilkinson (2004), a escala de produção pode expulsar a agricultura familiar de posições conquistadas nos modernos mercados de *commodites* nas cadeias onde já manteve forte participação e até onde já chegou a ser âncora, como na cadeia do leite.

Espírito Santo et al. (2003), apresenta os caminhos que a agricultura familiar pode tomar para agregar valor e renda em sua atividade

sendo eles: a verticalização da produção por meio da industrialização; a diferenciação de produtos por meio do desenvolvimento de produtos com qualidade superior, ou a combinação de ambos. De acordo com Campos e Valente (2007), a diferenciação de produtos pela busca de qualidade superior enfrenta dificuldades no que se refere à padronização, escalonamento, custo, e a distribuição em canais específicos como Espírito Santo, Cardoso e Medeiros (2003) apresentam. Dessa forma deve haver um reconhecimento do valor intrínseco por parte do consumidor, havendo a necessidades de certificações e a criação de novas marcas.

No processo de desenvolvimento da agricultura brasileira, há duas faces da contribuição da ciência e tecnologia, segundo Medeiros, Wilson e Lima (2002, p. 23) sendo que esta, foi fundamental para a modernização nas técnicas de produção e equipamentos utilizados neste setor, tal processo trouxe como consequência indesejável, um alto nível de exclusão social. Em um primeiro nível, essa exclusão veio por meio da substituição da mão de obra pelas máquinas, e mais recentemente com a exclusão dos produtores rurais que não conseguem acompanhar o nível da inovação e da padronização tecnológicos exigidos pelas novas formas de organização dos processos produtivos estruturados no âmbito do moderno agronegócio.

Segundo Evangelista (2000) apoiado em dados do Censo Agropecuário de 1995/6 do IBGE a participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos agropecuários do país era de 85,2%, contudo sua participação em área era de 30,5% e nos financiamentos de 25,3%. Fortalecendo os argumentos que grande parte dos financiamentos estão destinados a grande propriedade.

Por outro lado, segundo o autor ainda que em uma área restrita esse segmento contribui com 37,9% do Valor Bruto da Produção.

No contexto nordestino o autor salienta que 88,3% dos estabelecimentos rurais são familiares e detém 43,5% da área gerando 43,5% do

valor bruto da produção, contudo capturam somente 26,8% do financiamento. Percebe que o Nordeste acompanha a tendência nacional, ainda de forma mais incisiva.

Esses dados indicam a importância econômica e social da agricultura familiar e seu importante papel no desenvolvimento da região.

3 ASSENTAMENTOS RURAIS

Segundo Bergamasco e Norder (1996), a conquista da terra impõe aos assentados desafios, incertezas e expectativas da produção econômica. Porém, nem sempre este ambiente no qual os produtores se inserem é adequado às suas necessidades, e sua precariedade pode impedi-los de obter avanços produtivos. A carência de meios de trabalho pode fazer com que os assentados entrem num sistema que dê continuidade à sua pobreza.

Ainda segundo os autores, apesar de terem conquistado os assentamentos, os assentados começam a preparar soluções para novos desafios e problemas. Ganharam a terra, mas, o que fazer com ela? Quase não há assistência técnica por parte dos órgãos governamentais que deveriam dar subsídios e treinamentos para o quê e como produzir.

De acordo com Bergamasco e Norder (1996), criados para atenuar os conflitos sociais no campo, os assentamentos não são inseridos num programa estratégico de desenvolvimento socioeconômico. A marginalização adquire uma nova face que, paulatinamente vai sendo superada por meio de sua própria luta, trabalho e organização.

Segundo o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP, 1998, p. 11), para a FAO "a reforma agrária não é uma finalidade em si mesma [...] é um meio para o fortalecimento da agricultura familiar [...] coloca a agricultura familiar no centro das políticas agrárias e de desenvolvimento sustentável".

O acesso à terra se conecta, nessa perspectiva, ao direito e ao desenvolvimento. Visto pela ótica da cidadania (via sempre de dupla mão, de direitos e deveres), o acesso à terra se caracteriza pelo direito dos homens e mulheres proverem o seu próprio sustento e pela obrigação de serem produtivos, para seu grupo familiar e para a sociedade (SANTOS; ANDRADE, 1998).

Por outro lado, o público alvo dos projetos de assentamento é composto em sua maioria de bravos lutadores, que, se por um lado trazem consigo a marca da persistência e do idealismo, por outro vêm para o assentamento muitas vezes sem lenço nem documento, descapitalizados e sem condições de acesso às discussões financeiras e tecnológicas que rondam a agricultura (ITESP, 1998).

Os programas e ações estabelecidos ora se alinham num viés, ora noutro, e algumas vezes na zona intermediária entre eles no referido assentamento. Porém, em nenhum momento os órgãos governamentais se deixam confundir com o aspecto paternalista; não perdem de vista de que a prioridade do assentamento está na possibilidade de que o próprio assentado possa, a partir de sua própria produção e esforço, conquistar a sua cidadania até então perdida, ou até mesmo desconhecida (SANTOS; ANDRADE, 1998).

Por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de acordo com o Ministério Nacional de Política Fundiária (2001 apud ALBUQUERQUE; COELHO; VASCONCELOS, 2004) os assentamentos estão apoiados em uma política de crédito própria, que financia a implantação dos lotes, com recursos para a construção da moradia, da manutenção da família no primeiro ano, além de financiar o custeio da produção e disponibilizar crédito para investimento, com prazos e carências.

Com o crescimento dos assentamentos, esses prazos têm diminuído bem como os assentados tem se conscientizado de que é necessário se organizarem para melhorar as lides de produção. A qualidade de vida

nesses assentamentos, em que pese a sua precariedade, é percebida pelos assentados como tendo melhorado em relação à que usufruíam anteriormente.

O patamar anterior de qualidade de vida destes assentados era muito baixo; era o patamar em que se encontrava e em que ainda hoje se encontra a maioria dos brasileiros pobres que habitam o ambiente agrário. A própria constituição do assentamento apresenta-se como uma estratégia de inserção social por parte dessa população excluída (ALBUQUERQUE; COELHO; VASCONCELOS, 2004).

Assim, os assentados percebem que, sem recursos ou maior assistência, precisam sobreviver da terra. Mas aí se deparam com as muitas dificuldades da autossobrevivência.

Batalha, Buainain e Souza Filho (2012) reconhecem que, em termos de desenvolvimento de técnicas de gestão que contemplem as particularidades da agricultura familiar e as formas pelas quais ela pode inserir-se de forma competitiva e sustentada no agronegócio nacional, tem sido feito muito pouco. A agricultura familiar vê-se exposta a paradigmas competitivos que são globais, embora inseridas em lógicas produtivas locais, circunscritas a territórios determinados. O segmento de agricultores familiares, independente dos mercados aos quais destinam a sua produção ou dos canais de comercialização que utilizam, devem poder contar com ferramentas de apoio à decisão adequada à sua cultura 'organizacional' e limitações em termos de educação formal e condições gerais do meio no qual estão inseridos.

Há uma heterogeneidade de múltiplos fatores, que incluem desde a formação histórica e cultural, as condições ambientais até as políticas públicas; não se pode ignorar as condições de infraestrutura atual, a disponibilidade de energia, a situação das estradas vicinais, a disponibilidade de assistência técnica para equipamentos e assim por diante no momento de escolha destas formas de competição (BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2012).

Para os mesmos autores, aplicação das tecnologias de gestão no âmbito da agricultura familiar pode se dar, principalmente, em duas esferas. A primeira está relacionada às organizações associativas das quais grande parte dos agricultores familiares participa (cooperativas e associações) e a segunda está associada à própria gestão da propriedade rural.

Singer (2001) aponta uma possível solução: a solidariedade, visto como uma interação desinteressada e altruísta sendo indispensável à reprodução de qualquer sociedade. Aponta ainda que na sociedade capitalista, a interação social está cindida em dois campos distintos: o competitivo (que abrange parte das atividades econômicas, políticas, lúdicas etc.) e o solidário, que geralmente engloba as relações familiares, de vizinhança, de coleguismo no estudo, no trabalho, em esportes de equipe etc.

A regra de sociabilidade "deveria" ser a competição, tanto entre empresas quanto dentro das empresas, na economia capitalista; no entanto, esta competição entre empresas é essencial para preservar os direitos da parte mais desconcentrada, seja de compradores seja de vendedores. Porém, o uso crescente de capital fixo indivisível na produção, distribuição e comunicação torna a livre competição extremamente antieconômica (SINGER, 2001).

Se aceitarmos que os homens compartilham os significados das atividades sociais que realizam, definindo e interpretando o mundo em que vivem, de acordo com Lima (2010), pode-se afirmar que o mesmo acontece no trabalho, onde as relações sociais atuam no sentido de ampliar as formas de exploração e dominação e, consequentemente, amplia as capacidades humanas de produzir.

Singer (2001) afirma que as organizações sociais e econômicas são regidas muito mais pela solidariedade do que pela competição, donde a economia solidária compreende diferentes tipos de 'empresas', associações voluntárias com o fim de proporcionar a seus associados benefícios econômicos. Estas empresas de associações surgem como reações a carências que o sistema dominante se nega a resolver, visto

que a solidariedade substitui, em alguma medida, o capital faltante; por serem pequenas e quase sempre com pouco ou nenhum capital, elas apresentam grande propensão a vegetar por algum tempo para, em seguida, desaparecer.

É nesse espaço que, segundo Lima (2010), constitui-se e se fortalece o movimento de economia solidária, incorporando o cooperativismo como alternativa a uma sociedade mais justa e igualitária; um socialismo renovado, tendo como proposta a inclusão dos trabalhadores que estão fora do mercado, por causa da reestruturação, ou pelo processo histórico de marginalização. Assim, surgem no país várias instituições de apoio à formação de cooperativas como voltadas a populações de baixa renda, como as cooperativas de reciclagem, de limpeza, de costura, de alimentação, artesanato, buscando a inclusão social.

Ainda, de acordo com Lima (2010), a falta de capital, a dificuldade de trabalhar com produtos próprios, a ausência de confiança entre os próprios trabalhadores bem como a manutenção da dependência de órgãos de incubação, são as causas do insucesso desse empreendimento.

Outro fator apontado por Batalha, Buainain e Souza Filho (2012) nas associações de agricultura familiar se dá em decorrência de não poderem competir em escala: assim, resta para estes produtores a exploração de atividades onde a escala de produção não seja atributo essencial de competitividade, como as culturas consorciadas de hortaliças e leite, aves e hortaliças, bem como milho e hortaliças, ou apenas hortaliças. Outro fator aventado também é com relação à gestão operacional e financeira, muitas vezes, quase inexistente; outras vezes, se resumindo a planilhas contendo poucos dados representativos para fins de controle. Existem evidências de que os agricultores não conhecem as vantagens e desvantagens da escolha da forma associativa, que depende dos objetivos e do grau de capital social dos agricultores: em alguns casos o objetivo é aumentar o poder de barganha frente a fornecedores de insumos ou clientes. Em outros, também se trata de alcançar escalas

de produção que permitam o acesso a canais de distribuição nos quais os agricultores familiares isolados não poderiam participar.

As exigências da produção em escala, de acordo com Singer (2001) se impõem a elas tanto quanto às empresas capitalistas, onde primeira dessas exigências é que a empresa empregue um número suficiente de pessoas para que seja possível dividir o trabalho em tarefas distintas e especializar algumas no gerenciamento da produção, de vendas, financeiro etc. Caso não tenham estes recursos, as empresas não terão como competir nos mercados, já que estes empregam grande quantidade de capital fixo, o que fará com as mesmas continuem a se refugiar em nichos de mercado que dependem de trabalho artesanal ou semelhante.

4 EXPECTATIVAS DOS AGRICULTORES

Quando questionados sobre as expectativas e motivações para permanecerem na propriedade e investirem recursos para sua manutenção, a questão central que se destaca como esperança e ao mesmo tempo limitação é o acesso a água. A Figura 1 ilustra essa questão:
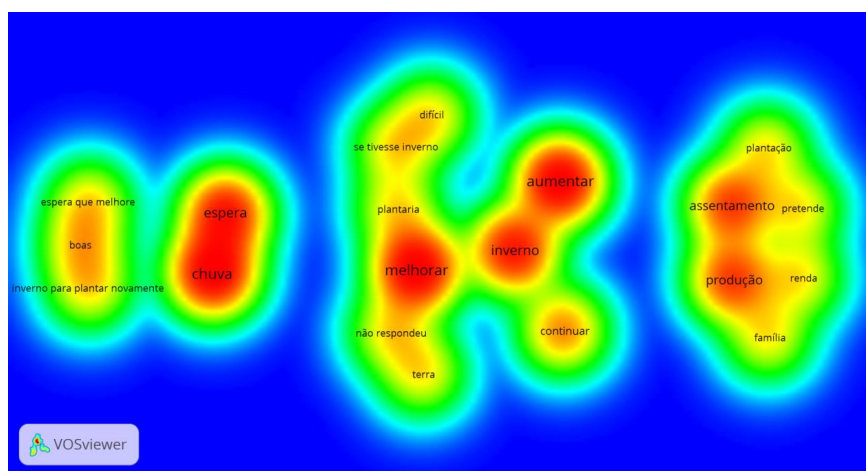
Figura 1 – Expectativa e motivações dos agricultores para permanecerem na propriedade

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se uma tendência positiva, palavras como melhorar, esperar, aumentar, estão associadas a chuva, inverno.

Desta forma, ainda que considerem sua situação precária, tem como perspectiva permanecer no local. A relação de dependência do sertanejo com relação *à*s condições climáticas é abordada por Oliveira (2010) atribuindo a essa instabilidade constante os processos migratórios.

Questionados sobre as principais fontes de informação para melhoria da produção, observa-se no Gráfico 1 que um número significativo de entrevistados (13) não tem essa preocupação. Entre os que tem as Assessorias e Associações são indicados com certa relevância.

A ausência de informação é um problema abordado por Reeve e Black (1993) que consideram que ela é fundamental para um gerenciamento eficaz. Giles e Stansfield (1990) também abordam que o gerenciamento é a capacidade de combinar recursos humanos, financeiros e técnicos e nesse sentido a informação sobre o mercado e o processo produtivo são fundamentais.
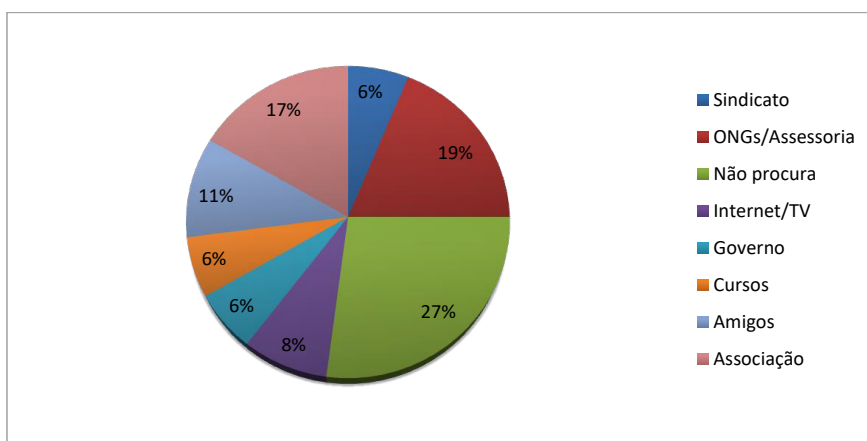
Gráfico 1 – Fonte de informação para melhorar a produção

Fonte: dados da pesquisa.

Sobre as possibilidades de continuar investindo na propriedade há uma tendência em não investir, declarada por 27 entrevistados. Aqueles

que pretendem investir estão divididos entre o consumo próprio (07) e a comercialização (10). Existem ainda os que aguardam algum tipo de financiamento (04). A questão do financiamento é bastante restrita, pois 26 declaram nunca ter recebido qualquer tipo de financiamento. Entre os que já receberam o PRONAF e o Banco do Nordeste são as principais fontes de financiamento. A mudança de foco do autoconsumo para a comercialização no contexto da agricultura familiar é corroborada por Valle (1987).

Essa perspectiva de precariedade dos assentamentos quanto *à* possibilidade de desenvolvimento de uma estrutura produtiva autônoma *é comentada* por Bergamasco e Norder (1996), quando comentam que apenas o acesso à terra não permite superar a pobreza é necessário que esta seja acompanhada de condições básicas para a produção.
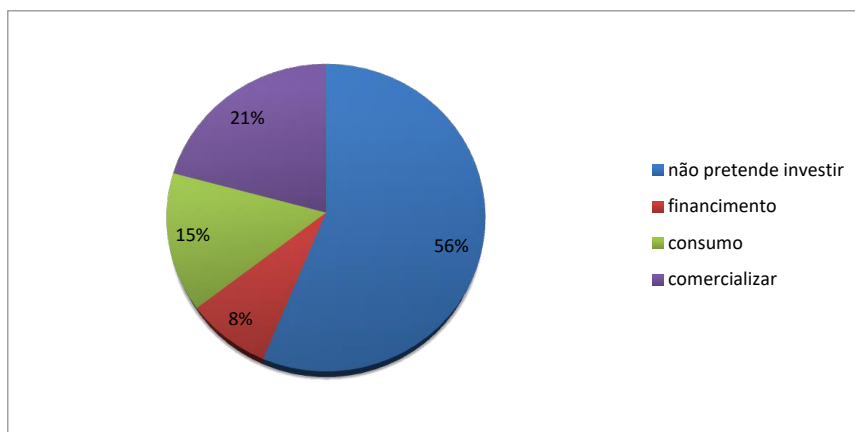
Gráfico 2 – Motivação para investir

Fonte: dados da pesquisa.

Sobre a formação dos agricultores a maior parte deles tem seus conhecimentos oriundos de fontes informais, como a família, a vivência e a convivência com o meio rural. Alguns participaram de cursos e treinamentos e consideram que sua formação é mista (06 – formal

e informal) somente 5 declaram um aprendizado formal e dois dizem não ter formação alguma.

Quanto a experiência associativa 16 entrevistados declaram não nenhuma os demais citam associações, cooperativas, reuniões, feira agroecológica e sindicatos, contudo, a participação mais evidente são as associações.

Esses dados sugerem que os aspectos informais e de associação são importantes para esses agricultores. Singer (2001) sugere que a solidariedade pode ser um meio de proporcionar econômicos. Os principais produtos cultivados nas propriedades são o milho e o feijão, poucos se dedicam *à* criação de animais, há também a produção de caju e melancia de forma secundária, Batalha, Buainain e Souza Filho (2012) também abordam a importância dos processos associativos para melhorar a capacidade de gestão dos agricultores no enfrentamento da estrutura das grandes propriedades rurais.

A ausência de chuvas associadas a outras dificuldades como precariedade de assistência técnica e financiamento tem dificultado a renda proveniente da produção, visto que 32 entrevistados declararam não ter esse tipo de renda, 3 com menos de 1 salário mínimo, outros 8 com um e 5 com 2 salários mínimos.
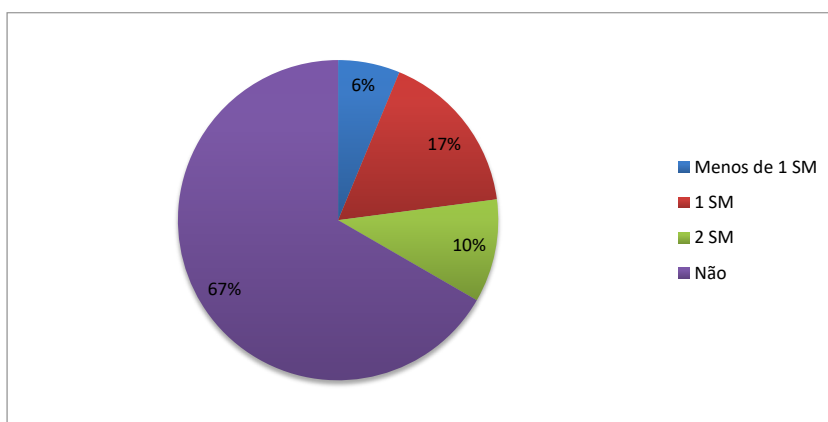
Gráfico 3 – Renda proveniente da produção agrícola

Fonte: dados da pesquisa.

Esse nível de renda é precário se considerarmos o número de pessoas na família, pois 27 dos entrevistados tem família acima de 3 pessoas. Contudo *é possível* verificar uma concentração em famílias de 02 (09 citações) e 04 pessoas (10 citações) o que demonstra que há uma redução do tamanho das famílias.
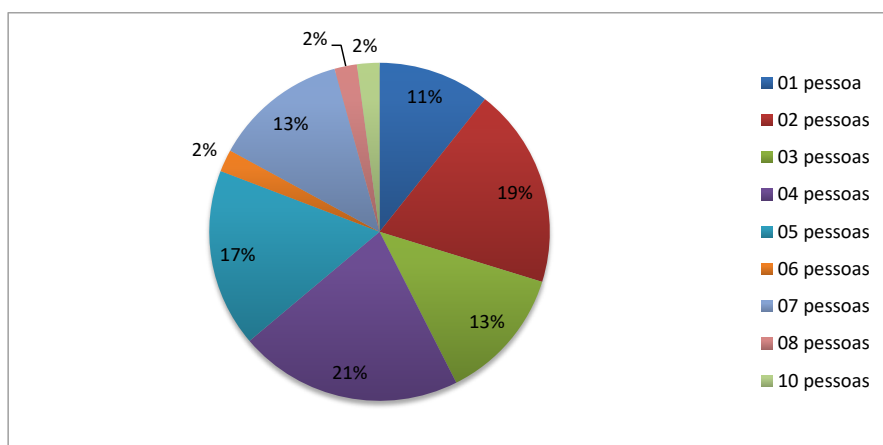
Gráfico 4 – Número de pessoas na família
Fonte: dados da pesquisa.

A estrutura da produção é prioritariamente familiar, pois dos 48 entrevistados apenas 10 contrata algum tipo de mão de obra, ainda assim a maioria desses agrega ao trabalho familiar entre 1 e 2 funcionários.

Esses dados são confirmados pelo caráter artesanal da produção visto que somente 16 entrevistados usam o trator, sendo essa a única tecnologia citada por eles.

O caráter artesanal da produção não é em si um fator que desqualifica a produção, desde que tal processo esteja relacionado com um nicho de mercado, como afirma Wilkinson (2011), pois se está relacionada com produtos de qualidade superior pode obter vantagens de comercialização. Contudo, não é o que ocorre no campo desta pesquisa, pois o processo produtivo está apenas vinculado as limitações tecnológicas e financeiras do produtor.

5 EXISTEM NOVOS CAMINHOS?

O objetivo deste estudo foi identificar as características da produção e as expectativas do agricultor familiar na região de Mossoró – RN.

Os dados indicam que as questões climáticas e a descontinuidade na assessoria técnica e de financiamento não permitem que se construa uma cultura gerencial capaz de capacitar os produtores vinculados a propriedades rurais familiares a competirem no mercado, dificultando a comercialização que demanda uma certa continuidade.

Desta forma a produção tem se caracterizado prioritariamente para o autoconsumo, não favorecendo a melhoria da renda da família e também impossibilitando investimentos que poderiam melhorar as condições tecnológicas da produção.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. J. B.; COELHO, J. A. P. M.; VASCONCELOS, T. C. As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 1, p. 81-88, 2004.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**. 2012. Disponível em: <http://ebookbrowse.com/texto-44-tecnologia-de-gestao-e-agricultura-familiar-pdf-d279377888>. Acesso em: 27 jun. 2012**.**

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. **Elementos para análise e desempenho de políticas de credito para agricultura familiar.** Campina: NEA/IE/Unicamp; São Carlos: GEPA/DEP/UFSCar, 2001.

BUAINAIN, A. M. et al. Peculiaridades regionais da agricultura familiar brasileira. In: SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. (Orgs.) **Gestão integrada da agricultura familiar.** São Carlos: EdUFSCar, 2005**.**

CAMPOS, J. I.; VALENTE, A. L. E. F. O uso de valores tradicionais, culturas e históricos como estratégia de marketing para agricultores familiares de café: o caso do Alto Paraíso de Goiás. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina, PR: Sober, 2007.

ESPIRITO SANTO, E.; CARDOSO, L. V.; MEDEIROS, J. X. Nova competição: um enfoque estratégico para competitividade da agricultura familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE

ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora, MG: Sober, 2003.

EVANGELISTA, F. R. **A agricultura familiar no Brasil e no Nordeste**. Banco do Nordeste do Brasil, 2000.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. London: CAB International, 1993.

GILES, A. K.; STANSFIELD, M. **The farmer as manager**. Wallingford: CAB. International, 1990.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Sítios e "situantes": planejamento territorial e cálculo de módulo para assentamentos rurais. São Paulo: Itesp, 1998. (Série Cadernos ITESP, 8).

LIMA, J. C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?. **Sociologias [online],** v. 12, n. 25, p. 158-198, 2010.

MEDEIROS, J. X.; WILSON, J.; LIMA, D. M. A. O desenvolvimento científico-tecnológico e a agricultura familiar. In: LIMA, D. M. A e WILKINSON, J. (Orgs.). **Inovações nas tradições da agricultura familiar.** Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. In: MARQUES, M. I. M.; FERNANDES, B. M.; SUZUKI, J. C. **Geografia agrária:** teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007. v.1. 211-270p.

OLIVEIRA, M. L. R. Apontamentos sobre comunidades rurais do sertão brasileiro. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria: DEAER/PPGExR – CCR – UFSM, Ano XVII, n. 20, jul./dez. 2010.

REEVE, I. J.; BLACK, W. A. **Australian farmers' attitudes to rural environmental issues**. New England: University of New England, 1993.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. **Soc. Estado [online],** v. 16, n. 1-2, p. 100-112, 2001.

VALLE, F. **Manual da contabilidade agrária:** a produção agrária, a administração da empresa agrária, a contabilidade agrária. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

WANER, J. **NGC case study:** new generation cooperatives and the future of agriculture: an introduction. Illinois: Illinois Institute for Rural Affairs, 2000.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, n. 21, p. 62-87, 2004.

______. Cadeias produtivas para agricultura familiar. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 1, n. 1, 2011.

CAPÍTULO 8

PRÁTICAS GESTORAS DAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Christiane fernandes dos santos
Iriane Teresa de Araújo
Zildenice Matias Guedes Maia

1 INTRODUÇÃO

As feiras agroecológicas emergiram no âmbito das discussões sobre agroecologia, comércio justo, economia solidária entre outras, apoiadas por técnicos de diferentes instituições não governamentais, e também governamentais. Entretanto, muitos são os desafios que os agricultores enfrentam até que os seus produtos sejam comercializados diretamente a quem vai consumi-los. Apreende-se, assim, que o ponto de partida **é** a compreensão de uma lógica de mercado diferenciada da convencional, que reflete, inicialmente, no modo de produzir.

Outra questão a ser evidenciada **é** a própria forma de organização desses agricultores para a tomada de decisão, apropriação do espaço físico para o acontecimento das feiras, como também a dinâmica que estabelecem entre eles para a própria venda dos produtos. Nesse sentido, nos inquieta saber se a gestão desses grupos apresenta características que a aproxima dos conceitos construídos sobre gestão social, e também como esses espaços de comercialização agroecológica e solidária tem se constituído como possibilidade de autonomia e construção social.

No presente estudo, a gestão social **é** compreendida na perspectiva abordada por Tenório e Pereira (2011), onde a tomada de decisão deverá dar-se coletivamente, não devendo existir poder de coerção

entre os sujeitos. As decisões devem ser construídas na dialogicidade, e na valorização da emancipação do grupo. Dessa maneira, surgem os seguintes questionamentos que norteiam o estudo em questão: As feiras agroecológicas têm se constituído em uma alternativa de gestão social para os agricultores e agricultoras que a integram? Como se faz a ação gestora desses empreendimentos tidos como solidários?

Logo, o objetivo desse capítulo é analisar, sob a perspectiva da gestão social, os aspectos inerentes a agroecologia, em particular as Feiras Agroecológicas. Por compreender que nesses espaços de comercialização perpassa a necessidade da ação gestora autônoma dos agricultores e agricultoras que as compõem. Desta forma, utilizamos como instrumento metodológicos uma revisão bibliográfica pautada nas contribuições de autores que discutem a temática em questão.

2 GESTÃO SOCIAL E AGROECOLOGIA

Os estudos sobre a abordagem da gestão social despontaram no Brasil por volta da década de 1990. A partir desse momento, movimentos de pesquisadores debruçaram-se para entender, como nos diferentes contextos regionais, têm surgido experiências sociais que apontam para a autonomia de atores coletivos que sobre outra perspectiva apresentam o protagonismo de experiências de desenvolvimento territorial (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011). O tema gestão social, vem assim, trazer **à** tona a importância das questões sociais para a administração, bem como para entender as iniciativas e experiências percebidas nas últimas décadas que demonstram o protagonismo de atores sociais distintos em regiões e territórios nacionais.

Contudo, Cançado, Tenório e Pereira (2011) tecem críticas ao esgotamento conceitual da Administração que em seus arcabouços teóricos podem não dar conta das novas demandas que tem surgido, assim, o campo da gestão social vai sendo tecido ao mesmo tempo em

que procura subsidiar a compreensão das experiências práticas que denotam a autonomia e participação coletiva dos sujeitos.

A perspectiva da gestão social defendida por Tenório (1998) refere-se ao protagonismo da cidadania, no sentido de pautar o olhar para as ações empreendidas agora pelas pessoas, e não somente pelo Estado enquanto implementador e gestor da política pública. Assim, a partir do autor citado propõe-se um olhar para além das iniciativas governamentais, possibilitando também, sair do escopo teórico em que durante muito tempo pautou-se a administração, a saber, a gestão estratégica.

Desse modo, gestão estratégica e gestão social são conceitos distintos. O primeiro trata-se de uma ação utilitarista que se funda no cálculo de meios e fins e implementada por meio da ação de duas ou mais pessoas, sendo que uma delas tem autoridade formal sobre os demais. Enquanto a gestão social incorpora um gerenciamento mais participativo, dialógico, onde o processo de tomada de decisões **é** decorrente da ação de atores sociais diversos (TENÓRIO, 1998).

É válido ressaltar que na gestão social o que merece destaque **é** a ação comunicativa defendida por Habermas (1989) em que o acordo comunicativo **é** fundamental para a orientação das ações dos sujeitos. Ademais, na gestão social pode ser compreendida ainda sob a relação trabalho-capital em que a ação gerencial **é** voltada para o entendimento entre os diversos indivíduos envolvidos em uma mesma ação comunicativa. Nesse sentido, considera Tenório (1998, p. 19):

> A cidadania deliberativa ocorre quando o trabalhador, ao tomar consciência de seu papel como sujeito e não coadjuvante social, isto **é,** tendo conhecimento do conteúdo social, interativo, de suas ações no trabalho, passa a reivindicar não somente maiores ganhos salariais e/ou melhores condições de trabalho, como também a participação no processo de tomada de decisão do sistema-empresa.

Importante é a consideração de Tenório (1998) sobre o terceiro setor que tem se fortalecido, ao passo que o Estado mínimo não tem suprido as lacunas para atender as demandas da sociedade, e desse modo, os indivíduos se veem como responsáveis para atender as deficiências deixadas pelo mercado. Cabe, contudo, refletirmos se as ações empreendidas pelos atores sociais do terceiro setor estão de fato sob influência de outras leituras críticas e analíticas da realidade, ou se apenas com conceito diferentes, incorrem por reproduzir a lógica de mercado, que deixa falhas impossíveis de não serem notadas e assim, corrigidas. A respeito do terceiro setor, considera Tenório (1998, p. 20):

> O terceiro setor diferencia-se do primeiro setor e do segundo setor na medida em que desenvolve atividades públicas através de associações profissionais, associações voluntárias, entidades de classe, fundações privadas, instituições filantrópicas, movimentos sociais organizados, organizações não-governamentais e demais organizações assistenciais ou caritativas da sociedade civil.

Críticas **à** utilização intensiva do termo gestão social são apontadas por Cançado, Tenório e Pereira (2011), no sentido de afirmar que o termo **é** demasiado utilizado sem, contudo, aprofundar a análise crítica de modo a compreender as tessituras que conformam os processos em questão, ou seja, tudo que não **é** gestão tradicional ou estratégica, já **é** pensado e enquadrado no conceito de gestão social. Para Cançado, Tenório e Pereira (2011, p. 699):

> A gestão social pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último.

É válido ressaltar que como o campo da gestão social no Brasil está em construção, e nesse sentido, Cançado, Tenório e Pereira (2011) consideram que um campo profícuo para o amadurecimento da gestão social **é** a análise teórica das comunidades de prática, pois podem ser pensadas como possibilidades de delimitação do campo da gestão social.

Assim, compreendemos que essas experiências de práticas podem ser identificadas na agroecologia, que tem se configurado nos últimos anos como possibilitadora de autonomia para os agricultores e agricultoras, que sob a perspectiva da autonomia tem empreendido ações individuais e coletivas que potencializam as suas ações, e assim possibilitam a inserção em mercados alternativos.

A agroecologia consiste em um paradigma científico que pode orientar a prática humana da agricultura para as mudanças necessárias a serem adotadas na produção alimentar, e dispõe de base científica e técnica para tanto. As experiências ao redor do mundo e no Brasil, já demonstram o potencial dessa perspectiva, uma vez que é preciso reconhecer os impactos que a agricultura convencional vem demonstrando, e o preço que a humanidade e os ecossistemas naturais têm pagado. Assim, é necessária uma descolonização do pensamento e das práticas que resultaram nesse cenário (CAPORAL, 2009).

A agroecologia é considerada também, um caminho que orienta para a transição de um modelo de agricultura convencional para o resgate da produção camponesa. Pois, nas práticas agroecológicas os agricultores e agricultoras não seguem uma receita pronta ditada por algum técnico, ou por algum laboratório preocupado em vender um pacote tecnológico. Assim, diferente da lógica industrial do agronegócio, em que "não é o agricultor, independentemente da escala – grande ou pequena – o dono de seu próprio negócio, porque ele não decide, pois quem decide é o vendedor dos insumos, máquinas e sementes. É o pacote" (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 23).

Para Caporal (2009) há que atentar que a agroecologia não seja tratada de forma reducionista e é necessário reconhecer o seu potencial para orientar agricultores e agricultoras rumo a um desenvolvimento rural sustentável. Segundo o referido autor, a agroecologia é definida:

> [...] mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência (CAPORAL, 2009, p. 7).

Assim, para pensar em uma forma de mudar o cenário de degradação ambiental, social e econômica que se encontram milhares de agricultores e agricultoras, a agroecologia é um caminho possível, pois se trata de uma ciência racional que integra teoria e prática, valorizando na pesquisa os saberes consagrados de agricultores e agricultoras familiares. Na construção do saber agroecológico e das práticas cotidianas do agricultor familiar, é ele o agente do processo. O contato diário com a terra e a natureza o possibilitam a aplicar suas técnicas e o seu saber para melhorar a produção, assim como descobrir novos conhecimentos que serão incorporados às pesquisas, e desenvolvidas novas tecnologias que por sua vez melhorarão a vida no campo, assim como a qualidade dos alimentos (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Caporal (2009) considera que a agroecologia não consiste em defender uma revolução modernizadora, ao contrário, é preciso ter muito claro que os pressupostos do modelo hegemônico atual continuam muito firmes, e, portanto, está consolidado na contemporaneidade. É preciso sim, pensar que a transição é possível e assim a conceitua:

> Mais do que mudar práticas agrícolas, trata-se de mudanças em um processo político, econômico e sócio-cultural, na medida em que a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também de mudanças nas atitudes e valores dos atores sociais com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais e nas relações sociais entre os atores implicados (CAPORAL, 2009, p. 11).

Desse modo, a agroecologia não pode jamais ser reduzida apenas a uma forma de pensar que a solução para a crise socioambiental é apenas a substituição de um modelo para outro, é preciso ir mais adiante, pois além do redesenho de agroecossistemas que sejam mais sustentáveis, é preciso pensar em processos de desenvolvimento rural mais humanizadores. Assim, os agricultores junto com outros atores sociais constituem o elo dessa cadeia, conforme Caporal (2009).

Logo, a prática agroecológica consiste em uma abordagem complexa, distinta da ciência reducionista que simplificou as interações solo e planta. Ademais, pensar assim, implica ainda em considerar que o processo de transição não é fácil, e que, portanto, requer uma ação coletiva, tendo em vista sempre a sustentabilidade em uma perspectiva holística (CAPORAL, 2009; LEFF, 2006).

O que se almeja no agroecossistema agroecológico é a maior interação entre as espécies, o equilíbrio é buscado justamente nessa perspectiva. Cabe entender claramente que a solução para a sustentabilidade de um agroecossistema é entender a sua complexidade sem querer reduzi-la com a aplicação de um método que em outras palavras, irá incorrer no comprometimento desse ecossistema em longo prazo. Nesse sentido, Caporal (2009, p. 16) afirma:

> Por isso, quando se trabalha com um enfoque de Agroecologia, deve-se partir não da lógica cartesiana da simplificação, mas da lógica da natureza que se expressa no ecossistema que será trans-

> formado em um agroecossistema (ou já foi transformado de forma insustentável e precisa ser recuperado), assim como da história de processos de intervenção humana menos degradantes da qual se possa ter conhecimento.

A agroecologia constitui-se ainda como uma forma de agricultura em que são retomadas concepções agronômicas pré-revolução verde. Nesta abordagem são incorporados os avanços tecnológicos e os progressos da ciência dos últimos cinquenta anos, assim como é retomado e valorizado os conhecimentos dos agricultores e agricultoras familiares, de modo que seja aliado em suas práticas o cuidado com agrobiodiversidade, assim como as questões políticas, culturais, sociais e éticas (MACHADO; MACHADO FILHO 2014).

Pensar na agroecologia como caminho norteador de um modelo de produção alimentar que é sustentável sob diversos aspectos, é igualmente confrontar-se com o desafio de ter que mudar o paradigma imposto pelas indústrias do grande capital, favorecido pela tecnociência, amplamente divulgado pela mídia, e consideravelmente subsidiado pelo Estado, cooptado pelas agências financeiras, de que embora se reconheça a força motriz das experiências que tem logrado êxito, tais como feiras, construção de novos mercados de economia solidária, dentre outros, para uma real transição, é preciso ir além, pois o desafio consiste em alimento para os sete bilhões de habitantes no planeta. Ou seja, pensar na agroecologia, é reconhecer que esse é um desafio posto, mas totalmente possível, sobretudo, por meio da construção coletiva de uma nova forma de pensar o alimento e a agricultura familiar. Trata-se assim, de um processo gradativo, porém possível:

> É a desconstrução. A partir dessa nova posição, é através do estudo, da análise serena dos fatos que as pessoas irão agir. Estarão então, em condições de, com isenção, examinar os fatos e tomar livremente suas decisões. Isso significa que, em vez de desqualificar posições divergentes com adjetivos pejorativos sem base científica (!!!),

> teórica e tantos e tantos outros – é necessário analisá-las, sem preconceitos e ver, simplesmente, que "outro caminho é possível" e necessário, urgente e inadiável (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 162).

Diante dessa perspectiva, pode-se considerar que a ideia da transição agroecológica significa ir além da substituição de insumos. Nesse sentido, é necessário demarcar a diferença entre agricultura alternativa, compreendida como um conjunto de práticas e tecnologias que permitem a utilização de certos insumos e não de outros, e a agroecologia, considerada como uma ciência que apresenta uma série de princípios e metodologias para estudar, analisar e desenhar agroecossistemas (CAPORAL, 2013). Também, é preciso reconhecer que a agricultura familiar "tem buscado estabelecer estratégias de inserção no mercado de maneira sustentável. Diante da perspectiva de sustentabilidade para o espaço rural é que surgem as propostas alternativas de espaço de comercialização como, por exemplo, as feiras agroecológicas." (SANTOS et al., 2014, p. 38).

3 FEIRAS AGROECOLÓGICAS NA PERSPECTIVA DA GESTÃO SOCIAL

A importância de se trabalhar com Feiras Agroecológicas está relacionada a uma tessitura diversa que emerge no bojo das discussões sobre agroecologia. Pois, em se tratando de mudanças na forma de produzir alimentos, em todo o mundo, percebe-se a relação das crises alimentar, econômica e ambiental que tem preocupado as populações humanas, sobretudo, no que concerne às condições de garantia de segurança alimentar e nutricional, que diz respeito à disponibilidade de alimentos em quantidade e qualidade ideais, assim como às formas de produção e consumo alimentar. Diante desse contexto, surgem diferentes grupos sociais que promovem mudanças significativas nos sistemas de produção e consumo alimentar, e a agroecologia constitui-se como um amplo

conjunto de iniciativas que fortalecem e promovem a ressignificação da agricultura familiar na contemporaneidade (NIERDELE; ALMEIDA; VEZZANI, 2013).

São estratégias de atores sociais como estas que despertam a atenção para analisar a agricultura contemporânea composta por distintos grupos e pessoas, a saber, agricultura capitalista, agricultura empresarial e agricultura camponesa.

A dinamização desse processo se estende para além dos espaços rurais, e tomando como referência a literatura, pode-se considerar que as experiências de feiras agroecológicas têm mostrado o seu perfil dinamizador, pois permite aos agricultores e agricultoras valorizarem seus saberes tradicionais e culturais propiciando um redesenho do território onde estão inseridos. Desse modo, as feiras agroecológicas estão presentes em várias partes do Brasil, constituindo uma ligação entre produção de alimentos, consumo saudável e comercialização justa. Os estudos apontam ainda que tais experiências têm fortalecido a agricultura familiar de base ecológica, conferindo aos agricultores e agricultoras maior autonomia à sua condição de camponês (SCHMITT, 2013; SCHOTTZ, 2014).

Abordar sobre a importância das feiras agroecológicas na constituição da autonomia, em especial na perspectiva da gestão social, constitui-se um dos temas que precisa ser aprofundado, perpassando, sobretudo, por conceitos como produção agroecológica, organização social e comercialização solidária. A lógica que norteia o modo de produzir agroecológico dista do modelo de produção agrícola convencional, e dispõe de força motriz para orientar os agricultores e agricultoras a uma produção que os diferencia do modelo global dos impérios alimentares (PLOEG, 2008).

Assim, o que se procura desenvolver são iniciativas que estruturem processos diferenciados de desenvolvimento rural, baseados na construção de sistemas agroalimentares alternativos em escala local,

que visem e realizem articulações regionais, nacionais e internacionais, tendo como um dos pilares de sustentação a construção de circuitos de proximidade de comercialização e a valorização dos mercados locais (CASSARINO-PEREZ, 2013).

Compreender a agricultura familiar na contemporaneidade é identificar novas tendências que despontam, e demonstram o caráter inovador e identidário do campesinato. Nesse sentido, é possível olhar a reinvenção de mercados locais, em que se aproximam agricultores e consumidores em uma mesma esteia de sustentabilidade. Tratando-se assim, das tendências de consumo alimentar, que demandam alimentos produzidos com sustentabilidade socioambiental, e que podem trazer novas reconfigurações espaciais nos espaços em que instalam.

4 PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL AO ALCANCE DE UM COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO

A venda direta a consumidores trata-se de uma prática milenar que foi secundariza com intensidade a partir do século XX, como consequência do modelo de modernização da agricultura, assim como do processo intensivo de industrialização e especificação agrícola, instituindo a agroindustrialização alimentar. Configura-se assim, o modo de comercialização dos alimentos em cadeias longas, onde o sistema de transportes e as técnicas de conservação dos alimentos se estabelecem como modelos "modernos", incorrendo aos agricultores e agricultoras a condição de trabalhadores operários para manter essa lógica de produção. Ademais, os consumidores das cidades intensificam o consumo a alimentos comprados nas prateleiras dos supermercados. É a partir da década de 1990 que surge a demanda para a produção orgânica, pois a população humana encontra-se insatisfeita com os efeitos nocivos à saúde humana e ao meio ambiente do modelo de produção alimentar dominante (DAROLT, 2013).

Quando se refere a proximidade entre agricultores e consumidores, é necessário ter cuidado em não se deter apenas à aproximação geográfica, pois sabe-se que é uma tendência não só no Brasil, mas por exemplo, igualmente na Europa a abertura de pequenas lojas para atender a demanda do mercado local, mantendo-se, contudo, o modelo de produção e distribuição hegemônicos. Por isso, é preciso de fato, atentar para a relação produtor/agricultor e consumidor. Nesse sentido, considera Cassarino-Perez (2013, p. 190):

> Há uma "rastreabilidade" socialmente construída no âmbito destes mecanismos de mercado. E, mais que a técnica ou o controle físico da origem do produto, o diálogo e a transparência no processo de produção e consumo viabilizam esta rastreabilidade. Produtos identificados com os nomes das famílias produtoras, o controle social possibilitado pela comercialização coletiva, bem como a abertura das unidades de produção a visitas de consumidores, estabelecem formas de controle social sobre a origem dos produtos.

As identidades dos sujeitos por vezes apresentam caráter contraditório, desfragmentado em um processo descontínuo, nesse sentido, percebe-se também uma mudança no perfil de consumo, não identificado agora apenas do ponto de vista econômico, mas considerando, sobretudo, o perfil sociológico e antropológico, onde percebe-se um compartilho da visão de mundo, de identidades e culturas. Assim, Betti et al. (2013, p. 271) consideram:

> Desse modo, na medida em que constroem e expõem culturas e, por isso, são carregadas de valores, pode-se afirmar que as diferentes maneiras de consumir compõem identidades igualmente diversas. No contexto que impele as mudanças de identidade, também se observam novos valores e novas formas de se relacionar com o mercado por meio das ações dos consumidores, as quais passam a compor novas identidades de consumo.

Betti et al. (2013) falam de uma multiplicidade de atores e entidades, como movimentos sociais que tem incorporado em seus discursos escolhas e hábitos de produção e consumo de valores como solidariedade, ética e responsabilidade. Dentre as categorias analíticas presentes nessas novas posturas, pode-se citar agroecologia, comércio justo, produtos orgânicos, todos com a finalidade de redefinir as relações entre produção e consumo.

É preciso considerar que as mudanças percebidas em nível global dos impactos e externalidades do modelo econômico predominante, orientam a sociedade para a busca de soluções em que homem e natureza são percebidos de forma holística.

Na pesquisa de Betti et al., (2013) percebeu-se que dentre as justificativas para aquisição aos produtos agroecológicos e assiduidade nas feiras investigadas, uma constante é a confiança entre agricultor e consumidor. Alguns consumidores enfatizaram que o que os motiva é conhecer o local de produção, saber quem está produzindo o alimento que eles colocam à mesa, percebendo assim laços de reciprocidade e confiança.

Na sua pesquisa em feiras agroecológicas, Radomsky (2013) evidenciou que no alimento agroecológico, por parte dos consumidores, o que conta muito é saber a procedência do produto. Além de os consumidores terem uma clara distinção entre mercadoria, alusão às prateleiras dos supermercados, e alimento, este assumindo uma conotação de saudável e confiável, uma vez que é produzido por atores sociais que os consumidores conhecem. Evidenciou-se ainda que o perfil dos consumidores consiste em moradores do espaço urbano que compartilham da visão crítica do mundo, comum aos agricultores familiares, no sentido de estarem insatisfeitos e descrentes com o modo de produção alimentar da agricultura convencional. Assim, na referida pesquisa, constatou-se que os consumidores são associados a sindicatos, ou trabalham em espaço que lhes possibilita reflexão e ação perante a finalidade maior

das feiras, valorização da agricultura familiar, assim como mudança na forma de se relacionar com o alimento. Nesta experiência, a Rede Ecovida[7] conta com a participação dos consumidores para certificar a produção dos agricultores que optam pela transição.

De acordo com Leão e Maluf (2012) há no país uma diversidade de iniciativas governamentais e da sociedade civil em estimular o consumo de alimentos, de modo que seja garantido à população, e, sobretudo, as pessoas em situação de vulnerabilidade social, o acesso ao alimento de qualidade. Assim, as ações que emergem no Brasil são diversas. A questão do abastecimento e do acesso entram como categorias centrais. E nesse sentido, é necessário que sejam estimuladas as iniciativas de feiras locais e regionais que visam aproximar agricultor/produtor e consumidor.

A criação desses mercados, dessas lógicas, pode promover a dinamização do território onde estão inseridas, assim como, potencializar novos hábitos alimentares na população. Tem-se assim um cenário que demonstra que regiões tidas como atrasadas, começam por apresentar seu potencial de desenvolvimento local/regional. Além de configurarem uma relação social de mercado em que agricultores, agricultoras e consumidores estabelecem laços de confiança recíproca, no sentido de que esses distintos atores validam essas experiências que estão para "além das porteiras" do campo, e representam uma possibilidade de reprodução do campesinato na contemporaneidade. Nesse sentido, afirma Martins (2005, p. 14):

> Nesta mesma perspectiva, deve-se registrar que sem o valor-confiança nutrido reciprocamente entre produtores e consumidores (os produtores precisam acreditar que os consumidores não vão conspirar no momento do comércio e vice-versa) as trocas

7 Esta surgiu no fim da década de 90 partir da integração de um conjunto de organizações que tem como objetivo central a promoção da agroecologia.

> mercantis entram em colapso. Pois o valor-confiança não pode nascer de contratos jurídicos e formais por mais elaborados que esses sejam, mas apenas da confiabilidade da relação interpessoal, da expectativa mútua das partes envolvidas de que o parceiro da troca mercantil devolva não a traição, mas a amizade e a solidariedade. O valor-confiança constitui um atributo que apenas se desenvolve primariamente no nível das relações da dádiva, no dar ao outro gratuitamente um crédito de honra, no acreditar que ao se dar esse crédito a alguém ele será retribuído com algo que faça circular adequadamente a confiança inicialmente depositada.

Sob este prisma, compreende-se que as Feiras Agroecológicas são espaços de análise da realidade em que a categoria consumo vai se constituindo como elemento que valida essa experiência. Nesse sentido, apreende-se que o consumo nos dias atuais de produtos agroecológicos está relacionado à necessidade dos consumidores, que motivados por razões diversas se dirigem a esses espaços para adquirir esses produtos, que por sua vez, carregam em si uma trajetória de construção social da realidade e condição camponesa. Então, a confiança passa a se constituir como elemento central dessa relação, como bem afirmou Martins (2005).

No Brasil a inserção dos produtos oriundos da agricultura familiar nos mercados tem sido historicamente um grande desafio para esse segmento. Construir espaços em que a ação dos intermediários seja minimizada e o papel dos agricultores como produtores de alimento seja ressignificado, está na pauta do dia de diversas estratégias de comercialização desenvolvidas por organizações de agricultores familiares em todo território nacional. Para além do aspecto econômico, essas iniciativas como as feiras, a venda direta ao consumidor, venda direta nas unidades produtivas etc., se fundam em relações de proximidade e confiança entre agricultores e consumidores, na defesa da segurança alimentar, na importância da função social desempenhada pela

agricultura não apenas na produção do alimento, mas na manutenção da paisagem e da qualidade de vida no campo.

O fato é que com o desponte da agroecologia e de suas múltiplas possibilidades para a sustentabilidade da produção agrícola familiar, muitos agricultores passaram a organizar-se em grupos, fazendo constituir, em diferentes estados brasileiros, as denominadas Feiras Agroecológicas. Esses espaços de comercialização solidária são formados por grupos de pessoas que dominam uma lógica de mercado diferente do mercado convencionado. Entretanto, é comum a percepção dualista desse modo de comercialização.

Nesse contexto, Santos (2010) reflete que a agroecologia enquanto prática social é mobilizada como instrumento no conflituoso universo das relações que os camponeses estabelecem com o capital comercial e industrial no campo. Neste sentido, a forma de inserção dos camponeses no capitalismo será tomada como referência fundamental para o entendimento das práticas agroecológicas enquanto estratégia na busca por autonomia camponesa e como mecanismo de resistência política.

A reflexão do autor é baseada em um estudo realizado com camponeses de assentamentos e comunidades rurais do Estado da Paraíba, o qual evidenciou que o entendimento da agroecologia mediado por assessorados técnicos de entidades ligadas à agroecologia, tem gestado importantes alternativas para a superação de dificuldades na produção agrícola e na comercialização dos alimentos produzidos. Dessa maneira, a consciência social emerge como uma necessidade de transição de uma modelo ambientalmente inviável ao "sustentável" do que como uma crítica social dirigida ao capitalismo (SANTOS, 2010).

Convém ressaltar que o desenvolvimento de práticas agroecológicas não se limita apenas a superação da problemática ambiental. Pois, a compreensão da agroecologia enquanto ciência possibilita o entendimento dessas práticas sob diferentes aspectos sejam eles sociais, políticos, econômicos e ambientais. Entretanto, não pode deixar de serem

evidenciados os percalços ao longo de todo o processo de construção prática e conceitual haja vista que almeja a reprodução social autônoma de um grupo, em um contexto adverso.

Em estudos realizados por Santos et al. (2014), na Feira Agroecológica, na cidade de Mossoró – RN, verificou-se que os agricultores fazem a gestão da sua própria produção, juntamente a outros membros da família. Já a gestão da comercialização se faz coletivamente com os demais feirantes. Infere-se dessa questão que a organização em grupo se faz de maneira estratégicas, baseada na autogestão do grupo, para facilitar o acesso ao mercado.

> Nesse sentido, então, a autogestão se apresenta como a marca de um empreendimento solidário, ao levar os trabalhadores além do cumprimento de suas tarefas de rotina, também, a terem de se preocupar com os problemas gerais da empresa. Essa é a forma de se contribuir efetivamente para a sustentabilidade do empreendimento solidário, sobretudo por ele se encontrar em um ambiente de capitalismo acentuadamente competitivo (PASTANA, 2011, p. 64-65).

O estudo comprovou que nesses espaços de comercialização é comum a prática de troca de produtos entre os feirantes, proporcionando o fortalecimento dos laços de solidariedade entre o grupo e facilitando as ações coletivas como, por exemplo, a definição dos preços. Para Caporal (2001), por meio dessas experiências é possível perceber, que para os agricultores familiares surge uma possibilidade de desenvolverem-se mantendo independência em relação à ação estatal, diferente do modelo convencional que demanda grande quantidade de subsídios.

> Igualmente importante é a possibilidade que as práticas agroecológicas oferecem para os agricultores de comercializarem seus produtos no espaço urbano, sobretudo, porque se estabelece uma relação que vai além da relação comercialização/consumo. Esses

> ambientes consistem em espaços de troca mútua, estabelecimento de laços, além permitir aos agricultores falarem da sua produção, das suas trajetórias, socializar seus ensinamentos, e ouvir dos consumidores o que precisa ser melhorado. (SANTOS et al., 2014, p. 40).

Essas experiências de comercialização pautadas no s princípios da agroecologia e da economia solidária, tem demonstrado a capacidade de os agricultores familiares desenvolverem suas próprias estratégias de acesso ao mercado. Também, tem refletido no seu modo de produzir os alimentos a serem comercializados, conferindo-lhes ainda maior autonomia junto aos seus pares. Aqui, a ação comunicativa acontece conforme o entendimento de Habermas (1989), como de fundamental importância para a ação dos sujeitos. Também, a gestão social é refletida à medida que as decisões são coletivas, construindo-se por meio dos diálogos, e direcionadas para a emancipação dos sujeitos.

A economia solidária é um acontecimento recente no Brasil, que surge somente por volta de 1990. Para encontrar as origens da economia solidária no Brasil, Lechat (2016) sugere partir da observação do quadro das condições socioeconômicas e políticas apresentado nas últimas décadas. É devido a embates da sociedade civil frente à crise e ao desemprego estrutural que surgem as experiências de economia solidária. Surge baseada nas práticas do empreendedorismo e ancorada em princípios solidários para o enfrentamento a um cenário de desfavorecimento econômico, principalmente para os trabalhadores do campo. Nesse mesmo sentido, Pereira (2011) esclarece que:

> As iniciativas populares em busca de melhores oportunidades, favorecidas pelas políticas públicas desenvolvidas obtiveram uma forte participação na consolidação dos ideais almejados pela economia solidária; a criação do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), em 2003, caracteriza politicamente o movimento (PEREIRA, 2011).

Para compreender os impactos que a economia solidária tem propiciado nas condições de vida de que a pratica, Lechat (2016, p. 10) sugere fazer o caminho no sentido contrário. "Partir do que temos hoje no campo da economia solidária e voltar para trás para ver em que condições, onde, por que e como os passos foram dados." Reflete ainda que a economia solidária ficou imerso por décadas, e ainda nos dias atuais a própria literatura científica a denomina de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Entretanto, infere-se que essas denominações podem ser estratégias para se realizar a economia solidária.

Evidencia-se desse contexto que a economia solidária surge como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica de mercado é distinta da lógica perpetuada pelo capitalismo, distinguindo-se também da lógica empregada pelo Estado. Laville (1994) esclarece essa distinção enfatizando que a economia capitalista se centra no capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais. Já a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado por meio da reciprocidade, adotando formas comunitárias de propriedade. Distingue-se também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional (LAVILLE, 1994, p. 211).

É uma forma de enfrentamento à exclusão social, formada por pessoas que se encontram à margem do sistema econômico, e que buscam novas possibilidades de vida. Para Cunha (2002), é a partir do desejo de mudança, que a população se reúne em forma de cooperativas e associações, fazendo surgir a então chamada economia solidária. É nesses empreendimentos que se encontram a possibilidade de autogestão para a produção e comercialização dos seus produtos, proporcionando melhoria nas condições de vida de todos os envolvidos. Esse autor defende ainda a participação do Estado no auxílio da

gestão e do desenvolvimento dessas iniciativas solidárias, contudo a sua responsabilidade está voltada para a garantia de políticas públicas que fortaleçam esses empreendimentos sem intervir no processo de autogestão, não comprometendo assim, a autonomia dos seus membros.

Entretanto, é pertinente que se compreenda que a economia solidária está aquém desses grupos formais, pois em muitas situações os agricultores familiares organizam-se em grupos informais para comercializarem a sua produção, orientados pelos princípios da agroecologia e da economia solidária. Nesse sentido, o protagonismo dessas experiências nos coloca frente ao desafio de compreendê-las sob um escopo teórico que nos possibilite olhá-las sob seus diversos aspectos econômicos e socioambientais. Desse modo, a gestão social e a agroecologia anteriormente discutidos podem ser pensados por meio de conceitos que embora distintos, conduz-nos a uma reflexão analítica das feiras agroecológicas e da economia solidária.

REFERÊNCIAS

BETTI, P. et al. O consumo politizado como resposta à crise socioambiental: as justificativas sociais da compra de produtos orgânicos em feiras-livres de Curitiba. In: NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia:** práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. 267-296p.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. P. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, artigo 1, set. 2011.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia:** uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: [S.n], 2009.

______. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável,** Porto Alegre, v. 2, n. 2, 2001.

CUNHA, G. C. **Economia solidária e políticas públicas:** reflexões a partir do caso do programa Incubadoras de Cooperativas da Prefeitura Municipal de Santo André, SP. 2002. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia:** práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013, 139-169p.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa:** complementos y estumos previos. Madrid: Catedra, 1989.

LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: LECHAT et al. **Economia solidária.** Disponível em: <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2016.

LAVILLE, J.-L. (Dir.). **L'économie solidaire**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LEÃO, M.; MALUF, R. S. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional:** a experiência brasileira. Brasília: Abrandh, 2012.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **Dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARTINS, P. H. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [On line], v. 73, p. 45-66, 2005.

NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia:** práticas mercado e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

PASTANA, G. I. I. **Economia solidária:** educação e autonomia. Rio de Janeiro: Tecnoarte, 2011.

PEREIRA, C. M. G. M. **Economia solidária:** uma investigação sobre iniciativas. 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

PEREZ-CASSARINO, J.; FERREIRA, A. D. D. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida

de Agroecologia. In: NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia:** práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. 171-266p.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

RADOMSKY, G. F. W. Certificações, sistemas participativos de garantia e agricultura ecológica: aspectos da relação entre agricultores e consumidores. In: NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia:** práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013, 297-326p.

SANTOS, C. F et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar**. Ambient. soc.** [online], v. 17, n. 2, p. 33-52, 2014.

SANTOS, T. A. **Agroecologia como prática social:** feiras agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCHMITT, C. J.; GRISA, C. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia:** práticas mercado e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. 215-266p.

SCHOTTZ, V. Em defesa da alimentação adequada. **Rev. Agriculturas**, v. 11, n. 4, dez. 2014.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998.

Parte 3
Tecnologias sociais

CAPÍTULO 9

ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO SERTÃO DO APODI – RN

Andreya Raquel Medeiros de França
Francisca Suerda Soares de Oliveira
Emanoel Márcio Nunes
Jéssica Samára Soares de Lima
Francisco Clébson Rodrigues de Lima

1 INTRODUÇÃO

A região Nordeste do Brasil, historicamente, sofreu com escassez de chuvas. Tornaram-se comum as grandes estiagens, com anos seguidos sem precipitação pluviométrica que possibilitasse a produção de alimentos para o consumo humano e dos animais. Esse cenário apresenta-se como bastante desafiador, dificultando sobremaneira a permanência do homem no campo, por isso que a região do Nordeste brasileiro se notabilizou por exportar mão de obra para grandes centros nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil, criando a concepção de que não era possível produzir e criar sua família no Semiárido brasileiro.

O Semiárido tem a maior parte do seu território coberto pela Caatinga, bioma o qual se caracteriza como exclusivamente brasileiro e possui riqueza em espécies que existem somente nessa região, com variedade de paisagens, espécies animal e vegetal, nativas e adaptadas, com potencial e que garantem a sobrevivência dos agricultores da região. A Caatinga tem origem do nome pelo significado (do tupi: *ka'a* [mata] + *tinga* [branca] = mata branca). É um bioma com sensibilidade

à interferência humana e às mudanças climáticas globais. Uma das mais fortes características do Semiárido brasileiro é o déficit hídrico, mesmo que isso não signifique que falta água, é chuvoso, mas as chuvas são irregulares no tempo e no espaço e a evaporação é três vezes maior do que a precipitação pluviométrica.

Uma das principais justificativas para o subdesenvolvimento da região Nordeste se deteve à escassez de chuvas. Mas cabe ressaltar que as políticas implementadas buscaram efetivamente compreender e conviver com essa característica, mas continuaram tratando como ações de "combate à seca", quando, na verdade, deveriam buscar alternativas que visassem a convivência com a estiagem, fenômeno cíclico nas regiões semiáridas. Essa concepção perdurou por décadas e, quando foram implementadas algumas políticas na tentativa de reverter esse cenário, elas foram impostas sem levar em consideração as reais necessidades do Semiárido nordestino, em muitos casos, sem o verdadeiro conhecimento das especificidades dessa região. Desse modo, os esforços não surtiram efeito e, por isso, tornaram-se instrumentos de reafirmação do subdesenvolvimento da região, servindo como justificativa para a manutenção da dependência dessa parcela do território brasileiro ao Sudeste, ao Centro-Oeste e ao Sul do Brasil.

Outro fato a destacar nas ações de "combate à seca" esta intrinsicamente ligado ao descrédito dos conhecimentos locais existentes no Nordeste. Não ocorrendo integração das políticas com os saberes da população nordestina, não ocorrendo um conjunto de políticas que buscasse a valorização do homem e da mulher do campo, as políticas incentivavam a dependência, e não a emancipação. No Nordeste, existia a concepção de que era necessário esse deslocamento populacional, e a principal justificativa eram as estiagens, ficando evidente que ainda não tinham sido difundidas algumas tecnologias de convivência com o Semiárido. Com o surgimento das organizações coletivas e a partir do próprio saber do homem do campo, foram sendo construídas

algumas alternativas, como, por exemplo, uma tecnologia simples de armazenamento de água da chuva, reuso de água cinza, adaptação de uma ferramenta para facilitar o trabalho no roçado, esses são conjuntos de "engenhosidades" simples que, no entanto, têm dado resultado.

Nesse contexto, emerge a necessidade de ser pensado e implementado um conjunto de ações que trabalhe a valorização e inclusão dos saberes da população residente, de forma a promover uma ação integrativa entre o ser e o seu hábitat. De posse dessa constatação, algumas entidades iniciaram um trabalho minucioso de desenvolver ações que possibilitassem esse inter-relacionamento. Nesse diapasão, entrou em voga o conceito de convivência com o Semiárido e doravante começou a ser difundido um rol de ações que promovessem essa convivência, partindo do pressuposto de que estiagem não se combate, se convive.

Dentre as alternativas que favorecem a convivência com o Semiárido nordestino e, por consequência, a permanência das famílias no campo, surgiram as tecnologias sociais que se apresentam como estratégias oportunas de aproveitamento ou reaproveitamento de recursos naturais que estão no dia a dia das famílias e que, muitas vezes, não eram visualizadas pela comunidade, entretanto, em muitos casos, são ações simples, do ponto de vista tecnológico, mas que têm uma utilidade prática para os usuários.

A capacidade está na realidade das ações do homem do campo, o que impressiona os habitantes de outras regiões quando conhecem o contexto repleto de adversidades que permeia a vida no Semiárido. Nesse sentido, indaga-se: como as tecnologias sociais estão se incorporando no Semiárido brasileiro, em especial no território Sertão do Apodi – RN? Qual o reflexo dessas tecnologias sociais para o desenvolvimento da agricultura familiar nas regiões com clima semiárido? Quais e como as tecnologias sociais do território Sertão do Apodi – RN contribuem para fortalecimento do segmento familiar local? Hipoteticamente, acredita-se que a produção de novidades, no âmbito da agricultura

familiar, destaca-se como capaz de focalizar o processo de inovação e produção de conhecimentos. Isso como resultado da busca de soluções viáveis aos fatores limitantes com que os agricultores se defrontam diariamente, e para os quais procuram criar e inventar novas e melhores maneiras de aproveitar o uso dos recursos no nível local.

Neste sentido, o presente capitulo consiste em analisar a importância da ação das tecnologias sociais para o desenvolvimento do território Sertão do Apodi – RN, fornecendo um panorama geral dos desafios e possibilidades do Semiárido nordestino, recortadas pelo universo da agricultura familiar, nesse território no Rio Grande do Norte, bem como explanar as modificações existentes e seus impactos.

Para o alcance dos resultados esperados, adotou-se como procedimento metodológico a realização da coleta de dados primários, obtidos mediante a realização de entrevistas com as lideranças das organizações públicas e privadas sem fins lucrativos, e que atuassem no território, com o objetivo de obter uma leitura sobre as tecnologias sociais, seja nos aspectos de organização e, também, sobre a o papel das tecnologias desempenhado para o desenvolvimento rural do território. Também se fez uso da pesquisa bibliográfica e documental, e da observação direta.

As informações apresentadas neste capitulo foram complementadas por dados secundários quantitativos e qualitativos. Os dados secundários foram obtidos em revisão bibliográfica e em levantamentos do banco de dados de tecnologias sociais, que contém uma base de dados que contempla informações sobre as tecnologias sociais certificadas no âmbito do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. Foram utilizadas, também, fontes secundárias, como artigos e títulos disponíveis em periódicos e sítios acadêmicos, bem como foram analisados documentos, a exemplo do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do território Sertão do Apodi – RN.

O território Sertão Do Apodi – RN abrange uma área de 8.280,20 km^2 e é composto por 17 municípios. A população total do território

é de 157.247 habitantes, dos quais 55.790 vivem na área rural, o que corresponde a 35,48% do total. Possui 9.152 agricultores familiares, 2.860 famílias assentadas e 1 comunidade quilombola. Seu índice de desenvolvimento humano (IDH) médio é 0,63. A densidade demográfica corresponde a 19 habitantes por km², inferior à média do estado, que é de 57 habitantes por km² (BRASIL, 2016).

Esse território tem um expressivo número de organizações que atuam de forma direta e/ou indireta, formando uma teia consistente de organizações, extensa e diversificada. Esse entrelaçamento configura-se como um facilitador no desenvolvimento do território. A diversidade de entidades que atuam nos municípios atrai um montante expressivo de recursos financeiros e humanos para resolução dos problemas, bem como firmam-se parcerias para o desenvolvimento das ações.

O presente capítulo representa uma ação do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Regional: agricultura e petróleo, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Facem/UERN), mediante o projeto Inclusão Produtiva e Gestão Social: estruturação econômica, inovação e governança para o desenvolvimento territorial sustentável do Rio Grande do Norte, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (MDA/SDT/CNPq). No ano de 2013, foram constituídos Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial (Nedets) em quatro territórios do estado. Esse é um projeto nos territórios da cidadania do país que contemplam o edital, com uma experiência inicial em dez universidades coordenadoras, contemplados nessa ação de pesquisa científica e extensão tecnológica empreendida pela SDT/MDA/CNPq.

2 AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SEU FORTALECIMENTO

O debate teórico sobre a conceituação e a caracterização da agricultura familiar e patronal não é algo fácil de ser feito. O cerne da questão extrapola o contexto da extensão da área de cada propriedade. Elementos como produção, mão de obra, geração de renda e grau de modernização e integração com o mercado interno e externo, constituem elementos fundamentais para distinção entre essas categorias. Altafin (2007) constrói uma série de reflexões acerca de tal conceito, iniciando pelas raízes herdadas da produção camponesa tradicional – definida como aquela em que a família é detentora dos meios de produção e realizadora do trabalho na unidade produtiva, com destinação da produção prioritariamente para o consumo próprio e dos excedentes para o mercado.

No Brasil, a origem do agricultor familiar estaria ligada à miscigenação de diversos povos, como índios, escravos africanos, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus. Os que hoje são chamados de agricultores familiares já receberam (e ainda recebem) diferentes nomes: roceiros, caipiras, tabaréus. O termo agricultura familiar, no Brasil, é um conceito em evolução, com significativas raízes históricas. Para Altafin (2007), o termo agricultura familiar é utilizado como um guarda-chuva conceitual, que abriga grande número de situações, em contraposição à agricultura patronal, tendo como ponto focal da polarização o tipo de mão de obra e de gestão empregadas.

Segundo estudo realizado no âmbito de um convênio de cooperação técnica entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), uma unidade de produção só é da agricultura familiar se ela apresentar três características centrais: (a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; (b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e (c) a

propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão, em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA; FAO, 1996, p. 4).

A Lei nº 11.326/2006 considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural da seguinte forma:

> Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
> I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
> II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
> III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
> III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
> IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Tendo em conta o atendimento de tais requisitos, inclui, ainda, como beneficiários: "silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; aquiculturas que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 hectares ou ocupem até 500 m^3 de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; extrativistas pescadores que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores; pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente; povos

indígenas; e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais. (BRASIL, 2006).

Para Carmo e Salles (1998), a agricultura familiar apresenta um tripé de relação indissociável entre família, propriedade e trabalho. É a forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente ao ângulo da produção e/ou rentabilidade econômica, mas levam em consideração, também, as necessidades e objetivos da família. Contrariando o modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, no modelo familiar esses fatores estão intimamente relacionados.

Lamarche (1993) faz uma das definições mais interessantes sobre os elementos que perpassam a agricultura familiar. Segundo ele, a agricultura familiar é aquela organização rural em que terra, trabalho e família estão reunidos para um mesmo objetivo. A esses três elementos, pode-se adicionar, também, um quarto aspecto: o da gestão. Seus estudos definem quatro "modelos ideais" de agricultura familiar, com base em diferentes critérios, sendo o principal deles o seu relacionamento com o mercado: (a) o modelo empresa; (b) o modelo empresa familiar; (c) o modelo agricultura camponesa; e (d) o modelo agricultura familiar moderna.

Apesar de toda a discussão mundial (acadêmica, política e econômica), somente a partir da década de 1990 que a agricultura familiar brasileira ganhou relevância na agenda do governo. Muitos acontecimentos (internos e externos) contribuíram para essa inserção. No âmbito político, houve a decadência do regime militar e a emergência da democratização do país e do crescente protagonismo dos movimentos sindicais, sociais e daquelas organizações mais diretamente ligadas à agricultura familiar, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Do ponto de vista acadêmico, surgiu uma miríade de estudos e pesquisas acadêmicas que buscam compreender o papel exercido pela agricultura familiar na estrutura político-econômica do país e sugerir formas para inserir as parcelas ainda excluídas do processo de desenvolvimento. Além disso, os estudos foram dedicados a mostrar que o segmento da agricultura familiar consistiu na forma social dominante no desenvolvimento agrário dos países desenvolvidos. Por sua vez, as pesquisas evidenciaram que haviam subestimado a relevância da agricultura familiar para abastecimento alimentar do país (ANJOS; BECKER, 2014). Conforme destaca Leite (2004), esses fatos (pressão política, econômica e acadêmica) colaboraram para uma mudança radical no modo de perceber o papel da agricultura familiar na economia brasileira, rompendo o mito da precariedade da agricultura familiar, que a vinculava à produção de subsistência.

O resultado da pressão exercida, no âmbito político, pelos sindicatos dos trabalhadores rurais ligados à Contag e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais DNTR) da CUT, mas, também, acadêmico, resultou na criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Pronaf foi a primeira política pública que colocou o agricultor familiar como protagonista do processo de desenvolvimento rural. Mais do que um instrumento de política agrícola, o Pronaf foi o marco fundamental das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil.

Na realidade, até a primeira metade da década de 1990, a agricultura familiar era tratada pelas expressões agricultura de subsistência, agricultura de baixa renda, produção para autoconsumo, o que denotava o caráter residual ou a pouca importância que era atribuída à agricultura familiar como produtora de alimentos e matérias-primas para os centros urbanos industriais ou para a exportação de *commodities* agrícolas. Os agricultores familiares, por sua vez, eram formalmente considerados como pequenos produtores para efeito exclusivo de enquadramento

no Manual de Crédito Rural, o que lhes obrigava a disputar o crédito com os demais produtores e atender às mesmas exigências contratuais relativas aos grandes produtores (BELIK, 2000).

O período subsequente à criação do Pronaf foi marcado pela promoção de importantes políticas públicas para fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar, não somente em um contexto de organização social e de política do segmento familiar em seus diversos movimentos organizados, mas, também, de preocupação mundial com abastecimento, produção e distribuição de alimentos, bem como pela aceitação das múltiplas funções da agricultura familiar na dinâmica econômico-social dos territórios.

Nesse sentido, além do Pronaf (1996) – a primeira e mais importante política pública de crédito rural para a agricultura familiar, outras foram implementadas ao longo dos anos, em particular, a partir do século XXI: Garantia-Safra (2002), Seguro da Agricultura Familiar (Seaf – safra 2004-2005), Programa de Garantia Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF – 2006), Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater – 2010), Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat – 2004), Programa Mais Alimentos (2008), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA – 2003) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae – 2009), são exemplos dessa nova tendência de implementação de mecanismos de política agrícola direcionadas para a agricultura familiar.

Nos anos recentes, tem-se visto, no Brasil, que o poder público compreendeu que não se deve criar políticas públicas apenas de oferta, como é o caso do Pronaf, tornando-se necessárias políticas de oferta de crédito rural, que incentivam e asseguram a produção, e políticas de assistência técnica, adequação ambiental, inspeção e garantia da produção. As políticas focadas no fim da cadeia, que estimulam e fomentam a demanda (PAA e Pnae), são essenciais para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira, sobretudo para aqueles agricultores

familiares que possuem maiores dificuldades de acessar o mercado convencional e são dependentes dos "atravessadores".

Portanto, uma das estratégias que o poder público brasileiro vem realizando para garantir mercado e fortalecer o segmento familiar é a criação de mercados institucionais para os produtos advindos da agricultura familiar. Programas como o PAA e o Pnae vêm contribuindo largamente para o fortalecimento desse segmento, dos processos sociais e da organização dos agricultores familiares, abrindo novas possibilidades de comercialização e diversificação da produção. Segundo Fundação Banco do Brasil e União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (FBB; UNICAFES, 2013, p. 33), "as políticas públicas de acesso a mercados representam uma possibilidade ímpar de desenvolvimento, fortalecimento da identidade, oportunidades de geração de renda e melhoria da qualidade de vida de inúmeras famílias agricultoras".

Considerando-se a extrema heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil, que compreende desde segmentos dinâmicos até estabelecimentos com total e absoluta inviabilidade econômica, social e ambiental, o próximo item faz uma sucinta discussão sobre as políticas públicas e projetos de intervenção para agricultura familiar no Semiárido brasileiro, e os desafios e potencialidades desse segmento, considerando os biomas Caatinga e Cerrado.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E EXPERIÊNCIAS INOVADORAS REALIZADAS NO SEMIÁRIDO: A VIABILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O Semiárido brasileiro é formado por 1.133 municípios, em 8 estados da região Nordeste: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí e parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A população total da região é de 22,6 milhões de

habitantes, que representam 46% da população nordestina e 12% da população brasileira. Sua população rural é de 8,6 milhões de pessoas e, em termos percentuais, 38% da população rural brasileira reside no Semiárido. Mais de 93% dos municípios do Semiárido têm, no máximo, 50 mil habitantes e reúnem quase dois terços da população da região. A região possui 32% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, são 1,6 milhão de propriedades, 75% delas têm, no máximo, 20 hectares. Assim, a base da agricultura do Semiárido é a agricultura familiar, com pequenos estabelecimentos, tendo a agropecuária como sua principal atividade produtiva (BRASIL, 2013).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2006, a agricultura familiar tem relevante papel na produção agrícola brasileira, respondendo por 70% da produção agropecuária consumida no país e, em algumas culturas, por mais da metade da produção nacional brasileira, como é o caso da mandioca (87% da produção nacional), do feijão (70%), leite (58%), milho (46%) e café (38%). Na pecuária, a agricultura familiar também tem importância significativa, detém 59% do plantel de suínos, 50% do plantel de aves e 30% dos bovinos. Além disso, ocupa 74% da mão de obra do campo e é responsável por 38% do valor bruto da produção (BRASIL, 2009).

Os dados acima mostram que, apesar de todos os mecanismos de modernização (*Green Revolution*, a partir de 1960), a produção familiar ainda é responsável por uma grande parte da produção dos bens alimentares consumidos pelo mercado interno. Nesse contexto, levando-se em consideração a inquestionável relevância econômica e social do segmento familiar e as características ambientais do Semiárido brasileiro, observa-se que a agricultura dessa região, predominantemente de sequeiro, acumula, ao longo dos anos, perda na produção e, com isso, prejuízos ao setor agrícola. Assim, dada as dificuldades enfrentadas pela produção agrícola do Semiárido, o tópico seguinte contextualizará algumas políticas públicas para a agricultura familiar brasileira

em clima semiárido, e as saídas de sobrevivência e desenvolvimento que esse segmento encontrou em meio às dificuldades inerentes à sua condição, não apenas ambiental (biomas Caatinga e Cerrado), mas também econômica e social.

4 UM PARADIGMA, VÁRIAS ESTRATÉGIAS: DO COMBATE À CONVIVÊNCIA

No período que se estende de 1915 até o início dos anos 2000, a região do polígono das secas enfrentou oito períodos de secas bastante marcantes. Porém, antes desse período, ainda no final do século XIX, as secas passaram a ser vistas como um problema importante para o governo brasileiro. As primeiras ações realizadas com a perspectiva de atenuar o impacto dos períodos secos foram as construções do açude do Cedro, no Ceará, e do açude de Poços, na Paraíba (VILAR FILHO, 2001).

Conforme defende Nunes (2011), não é recente a tese que os problemas decorrentes dos longos períodos de estiagem poderiam ser solucionados por um conjunto de medidas de ordem técnica, de maneira que preparassem o Semiárido com um aparato de infraestrutura, necessário ao enfrentamento dos efeitos das secas. No século XIX, sob o reinado de D. Pedro II, já era possível encontrar as primeiras obras de impacto (leia-se construção de açudes) no Semiárido, medidas denominadas por alguns pensadores sociais, ocupados com pesquisas nas áreas sob influência da seca, de "solução hidráulica" (SILVA, 2007).

Em 1908 foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (Iocs), que passou a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs) e, depois, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), primeira instituição cujo objetivo era cuidar das secas do Nordeste. A seca de 1942-1943 motivou, em 1949, pelo Dnocs, a criação do Fundo Especial das Secas, que reservava 3% da renda tributária da União para a realização de obras no Semiárido (VILAR FILHO, 2001).

Conforme mostram Nunes et al. (2014), na região Nordeste, a política regional era ditada quase que exclusivamente pela influência institucional do Dnocs, o qual direcionava suas ações para os latifundiários e reforçava o caráter rural/feudal reproduzindo o poder econômico e político dos coronéis e aprofundando o atraso regional.

Para Coutinho et al. (2013), grande parte das políticas públicas para o Semiárido brasileiro foram assistencialistas ou, então, voltadas para as grandes obras de engenharia hidráulica, especialmente açudes, barragens e perfuração de poços, que, quase sempre, obedeciam a critérios políticos ou de engenharia, pouco atendendo a determinantes sociais que complementassem o uso social dos recursos hídricos.

Segundo Ortega e Nunes (2004), a concepção do Dnocs sempre foi voltada para o rural no seu traço mais atrasado, baseando-se na crença do desenvolvimento do Nordeste a partir de estruturas "hidráulicas" rurais, especialmente a construção de grandes barragens. Sendo de 1909 até 1959 praticamente a única agência federal executora de obras de engenharia na região, o Dnocs construiu açudes, estradas, pontes, portos, ferrovias, hospitais e campos de pouso, implantou redes telegráficas e de energia elétrica e foi, até a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o único responsável em atender às populações durante as secas.

Portanto, a lógica do desenvolvimento preconizado pelo Estado, baseada no combate à seca, perdurou por centenas de anos. Mais do que a lógica equivocada sobre a ecologia, trazia no seu bojo uma perversa forma de dominação social e política das oligarquias (JALFIM, 2011).

Todavia, conforme Campelo e Hamasaki (2011), no final da década de 1970, as principais políticas de combate à seca esgotaram-se com o fim da Revolução Verde (políticas agrícolas voltadas ao crescimento da produção agrícola utilizando "melhoramento genético" de sementes, uso de fertilizantes e agrotóxicos, mecanização). Nesse sentido, surgiu, no Brasil, ao longo das décadas de 1970 e 1980, diversos programas

e projetos de governo de convivência com o Semiárido, implantados com foco na agricultura familiar e no ambiente semiárido.

O principal marco desse processo de transição paradigmática (do combate à convivência) na década de 1980 foi a publicação, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), de um documento intitulado Convivência do Homem com a Seca, texto que incorpora a preocupação no desenvolvimento de tecnologias baratas e eficientes a fim de reduzir os efeitos da seca, especialmente na captação e armazenamento de água de chuva por pequenos agricultores (NUNES, 2011).

5 POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Uma das principais justificativas para o subdesenvolvimento da região Nordeste se deteve à escassez de chuvas. Mas cabe ressaltar que as ações implementadas apenas buscaram efetivamente compreender essa característica, tratando, de início, como ações de "combate à seca", quando, na verdade, deveriam buscar alternativas que visassem à convivência com a estiagem, fenômeno cíclico nas regiões semiáridas, nas quais o território Sertão do Apodi – RN está inserido.

Como mostra Jalfim (2011), a partir da década de 1980, uma convergência entre iniciativas nacionais, como o Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA), objetivava romper com o modelo de combate à seca, dando início a uma longa caminhada capaz de substituir a velha política por um modelo que integrasse as dimensões ecológicas, técnicas, culturais e socioeconômicas.

Na busca de alternativas, os projetos de tecnologias sociais, realizados por pesquisadores de institutos e universidades e colocados em prática por organizações não governamentais (ONGs), tiveram como resultado a criação de alternativas que têm possibilitado à população

do Semiárido, principalmente a rural, conhecer uma nova forma de conviver com o ambiente em que a estiagem é cíclica, não somente tecnologias ligadas à questão hídrica.

No processo de criação e promoção de novas tecnologias para a convivência com o Semiárido, percebe-se a forte atuação de grupos de pesquisadores que se reúnem, principalmente, em organizações (ONGs, institutos federais, universidades). Abaixo, segue um rol de organizações parceiras, em todas as esferas; municipais, estaduais, nacionais e internacionais:

- **Internacional**: o conjunto de entidades apresentado na sequência são exógenas ao território, no entanto implementaram ações no território justamente por acreditar nesse potencial, são elas: Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrário (Fida), Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid), Diaconia.
- **Nacionais:** no âmbito nacional, destaca-se um conjunto de ações orquestradas por entidades como: Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), Embrapa, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), FBB, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Banco do Nordeste do Brasil, Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), que dinamizam as ações territoriais, seja com aporte de crédito para melhoria das tecnologias sociais, ou com pesquisas que visem melhorar aspectos dessas tecnologias, sendo, portanto, entidades endógenas ao território que pautam suas atividades com base no conhecimento da realidade vivenciada pelos agricultores familiares.
- **Governo federal:** o governo federal tem conseguido chegar aos territórios com algumas ações efetivas no apoio à difusão das tecnologias socais, destacando-se as ações implementadas pelo

MDA e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

- **Estadual:** no âmbito estadual, entidades como a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (Emparn), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (Sape), Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte (Idiarn) e Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), desenvolvem ações no território que incentivam as tecnologias sociais.
- **Municipais:** as prefeituras municipais exercem função importante nesse conjunto de ações, pois estão diretamente em contato com as tecnologias nos municípios e são proponentes em alguns projetos, destacando-se, também, as cooperativas que, tanto no âmbito municipal (as singulares) como no estadual (as de segundo grau) promovem a divulgação e valorização das tecnologias sociais.

A FBB promove anualmente um concurso em nível nacional para identificar tecnologias sociais. Segundo a fundação, no Semiárido, existem, ao menos, dez ideias de pesquisas ou projetos que ajudam o homem a conviver com o clima semiárido. No Quadro 1, estão relacionadas as tecnologias sociais do Semiárido nordestino.

Titulo	Instituição	Município da sede/ Estado
Barragem subterrânea transformando vidas no Médio Sertão de Alagoas	Embrapa Solos UEP Recife	Recife – PE
Agroindústria de polpa de frutas, agricultores e agricultoras familiares	Núcleo de Produtores Cooperados da Comunidade Cajueiro	Florânia – RN
Água Viva: mulheres e o redesenho da vida no Semiárido do Rio Grande Norte	Universidade Rural do Semiárido (Ufersa)	Mossoró – RN
Banheiro Redondo: saneamento básico em propriedades rurais	Diaconia	Recife – PE
Cisternas nas escolas	Centro de Assessoria do Assuruá	Irecê – BA
Energia solar em pequenas irrigações para produção de frutas e hortaliças	Instituto Agropolos do Ceará	José Bonifácio – Fortaleza – CE
Estratégias de convivência com o Semiárido	Associação de Apoio ao Desenvolvimento Social Sustentável – Mandacaru	Parque Bela Vista – Salvador – BA
Fogão ecológico para o Semiárido	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis (IDER)	Dionísio Torres – Fortaleza – CE
Produção de papel a partir da fibra da carnaúba	Fundação Félix Rodrigues	Pendências – RN
Uso de energia solar para beneficiamento de cera na apicultura	Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro (Casa Apis)	Parque Industrial de Picos – Picos – PI

Quadro 1 – Tecnologias sociais no Semiárido premiados pela Fundação Banco do Brasil

Fonte: dados da pesquisa.

Além da FBB, a Rede de Tecnologia Social (RTS) reúne, organiza, articula e integra um conjunto de instituições com o propósito de

contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável mediante a difusão e a reaplicação em escala de tecnologias sociais, tendo como propósito estimular a adoção de tecnologias sociais como políticas públicas, estimular a apropriação das tecnologias sociais por parte das comunidades e desenvolver novas tecnologias sociais.

Nos dados da RTS, é possível observar as seguintes tecnologias sociais para o Semiárido: (a) Agentes de Desenvolvimento Rural (ADR); (b) Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (Pais); (c) minifábricas de beneficiamento de castanha-de-caju; e (d) bancos comunitários. Para aproveitamento de água, identificam-se: (a) barraginhas; (b) Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2); (c) cisterna adaptada para a roça; (d) barragem subterrânea; (e) tanque de pedra; e (f) barreiro trincheira.

A década de 1990 marcou a consolidação do paradigma "convivência com o Semiárido". Na seca de 1942-1943, criou-se o Fórum Nordeste, composto por mais de 300 organizações da sociedade civil da região, que elaboraram uma proposta de Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Nordeste Semiárido Brasileiro. A resposta governamental veio ainda em 1993-1994, com a formulação do Projeto Áridas: uma proposta de desenvolvimento sustentável para o Nordeste. Em 1999, durante a Terceira Sessão da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, 61 organizações não governamentais constituíram a ASA Brasil – instituição composta por sindicatos, associações de agricultores e organizações não governamentais – para discutir sobre a problemática e a elaboração do documento oficial intitulado "Declaração do Semiárido", afirmando que a convivência do homem com as condições do Semiárido é possível (SILVA, 2007).

Ao longo dos anos, a ASA Brasil desenvolve tecnologias sociais simples, baratas e de domínio de agricultores e agricultoras. Em 2003, a ASA Brasil implantou o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), cujo objetivo é

garantir o acesso à água potável para beber e cozinhar, por meio da construção de cisternas construídas com placas de cimento ao lado de cada casa. Até 27.08.2016, esse programa construiu 588.935 cisternas rurais. Com o intuito de ampliar o estoque de água das famílias, comunidades rurais e populações tradicionais, para dar conta das necessidades dos plantios e das criações animais, a ASA Brasil criou, em 2007, o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Além do P1MC e do P1+2, os programas Cisternas nas Escolas (2009) e Sementes do Semiárido (2015) são atuais ações geridas pela ASA Brasil (ASA BRASIL, 2016).

6 A AGRICULTURA FAMILIAR E A CONSOLIDAÇÃO DO PARADIGMA DA "CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO"

As intervenções e iniciativas, sejam públicas ou privadas, no Semiárido brasileiro tornam-se fundamentais para o desenvolvimento dessa região. O ambiente semiárido no Nordeste brasileiro tem recursos naturais bastante diversificados, o seu clima é seco e quente, e é caracterizado pelo baixo índice pluviométrico. Dadas as dificuldades e diversidades dessa região, para alcançar um desenvolvimento sustentável, é preciso pensar em uma política voltada tanto para a questão agrícola como para a agrária, é preciso discutir o desenvolvimento no Semiárido, assistir o agricultor familiar e discutir sobre a grande potencialidade de produção e comercialização dessa estrutura de produção (CAMPELO; HAMASAKI, 2011).

Desse modo, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar em clima semiárido, devem ser:

> [...] Para o agricultor familiar poder produzir nessa região, é necessária uma política pública de fomento, seja por parte do governo, seja por parte de uma Organização Não-Governamental – ONG, ou seja, é preciso colocar em prática uma Assessoria Técnica Permanente, de ação contínua e holística, focada na demanda, objetivo

> e interesse das famílias; e ainda, apoiar à agricultura familiar para promoção da segurança hídrica e alimentar; apoiar a produção e comercialização; possibilitar aos agricultores familiares acesso aos mercados locais, institucionais, justo e orgânico, como meio de agregar valor à produção e aumentar a renda dos agricultores familiares (CAMPELO; HAMASAKI, 2011, p. 3).

As políticas públicas efetivamente implementadas para a agricultura familiar sob o paradigma da "convivência com o Semiárido", ocorreram no final do governo Fernando Henrique Cardoso, na estiagem de 2001-2002, com o lançamento do Programa Sertão Cidadão: convívio com o Semiárido e inclusão social. Esse programa articulava medidas imediatas de atendimento à população sertaneja nos meses de estiagem, com ações de um Sistema de Planejamento e Gestão para monitoramento da dinâmica espacial e temporal de sistemas ecológicos e socioeconômicos, além da implementação de um Programa de Disseminação de Tecnologias Apropriadas, incentivando a difusão de tecnologias adequadas para o Semiárido (SILVA, 2007).

Nessa perspectiva de convivência com o Semiárido, a partir do século XXI, criaram-se diversas políticas públicas do governo federal para o fortalecimento da agricultura familiar: Pnater (2010), Seaf (safra 2004-2005), PGPAF (2006), Pronat (2004), PAA (2003), e ampliadas outras que já existiam, como é o caso do Pronaf (1996).

Além das políticas gerais (esfera nacional), foram e estão sendo implementadas algumas iniciativas específicas para o Semiárido: (a) Programa Conviver – Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (2003); (b) linha de crédito especial do Pronaf para o Semiárido, financiando tecnologias de convivência; (c) Seguro-Safra, para agricultores familiares do Semiárido que são beneficiários do Pronaf e que perderam 50% da produção; (d) Programa Nacional do Biodiesel, incentivando à produção da mamona na região; (e) Projeto Dom Helder Câmara, buscando garantir a inserção competitiva, não subordinada,

e o empoderamento de agricultores familiares na formação, implementação e controle social de políticas públicas, desenvolvendo ações de segurança hídrica e alimentar, produção e comercialização, gestão social e acesso ao crédito; (f) ONG "Caatinga", que oferece um modelo de organização local para gerar, absorver e aplicar conhecimento voltado para a produção primária; e (g) Proposta Base Zero, documento temático sobre a agricultura sustentável, que oferece um modelo de produção vegetal e animal baseado em um racional sistema de gestão dos recursos naturais (SILVA, 2007; BAIARDI; MENDES, 2007).

Para Silva (2007), além dessas políticas, o governo federal tem buscado coordenar e integrar as suas diversas ações no Semiárido brasileiro, por meio da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, criada em 2004. Em relação ao abastecimento hídrico, o que há de novidade é uma diversificação dos investimentos com a prioridade dada às adutoras que distribuem a água acumulada em açudes e barragens para o abastecimento de cidades do Semiárido.

Portanto, segundo Campelo (2013), todos esses programas e iniciativas citados acima ratificam a força da agricultura familiar e a importância de atender às demandas desses produtores. A transformação da agricultura e sua modernização requereram dos gestores políticas públicas mais dinâmicas que atendessem às diferentes necessidades sazonais e regionais.

7 TECNOLOGIAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E ALTERNATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DADOS PRIMÁRIOS E OBSERVAÇÕES DIRETAS NO TERRITÓRIO SERTÃO DO APODI – RN

O rol de tecnologias sociais existentes no território Sertão do Apodi – RN tem uma parcela de contribuição importante no desenvolvimento rural do território. Tecnologias como o Programa Balde Cheio contribuem

significativamente para a melhoria do rebanho bovino, melhorando índices de produção e de lactação das matrizes, assim como seu melhoramento genético. Já os dessalinizadores tornam comestíveis águas salobras, trazendo qualidade de vida às famílias do campo, e as barragens subterrâneas favorecem no represamento de águas que são utilizadas para a produção de alimentos para os animais e para o consumo humano.

Titulo	Instituição	Instituições parcerias	Resultados alcançados	Municípios
Projeto Balde Cheio	Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	BNB, Sebrae, Fazenda Eficiente e prefeituras com adesão ao programa	Revitalização da extensão rural, reestruturação das condições para o crescimento da produção leiteira	Apodi
Dessalinização de água salobra	Governo estadual	Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh) e Prefeitura Municipal de Apodi	Oportunizar às comunidades rurais o consumo de água potável	Apodi
Barragens subterrâneas	Governo estadual	Emater e Prefeitura Municipal de Apodi	Contribuição para a sustentabilidade dos agroecossistemas do Semiárido	Apodi, Umarizal
Bioágua Familiar	Governo federal	Projeto Dom Helder Câmara, ASA Brasil, Ufersa e Assessoria, Consultoria e Capacitação Técnica Orientada Sustentável (Atos)	Potencializa o uso dos quintais para a produção de frutas e hortaliças com a reutilização da água do consumo doméstico	8 municípios

Titulo	Instituição	Instituições parcerias	Resultados alcançados	Municípios
P1MC, P1+2 e Cisternas nas Escolas	Governo federal	FBB e ASA Brasil	Construção de cisternas domiciliares; construção de cisternas para o incentivo à produção; construção de cisternas de placas para as unidades de ensino	17, 17 e 11 municípios
Banheiro Redondo	Governo federal	Diaconia	Saneamento básico em propriedades rurais	3 municípios
ADR	Governo federal	FBB e Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável (Coopapi)	Garantir assistência técnica continuada para a cadeia cajucultura	4 municípios
Pais	Governo federal	Sebrae	Melhoria na qualidade da produção, possibilitando o cultivo de diversas plantas mais saudáveis	4 municípios

Quadro 2 – Identificação das tecnologias sociais no território Sertão do Apodi – RN

Fonte: dados da pesquisa.

Esse é, de fato, um problema que o território enfrenta e, sem dúvida, algumas experiências que poderiam otimizar as formas de trabalho no campo acabam obsoletas, por falta de incentivos para serem difundidas. Quem perde com isso são os municípios menores, pois, como a forma de acesso aos recursos para aprimoramento e implementação dessas experiências acontece via editais e a assistência técnica ainda é

insuficiente em alguns municípios, muitos deles não concorrem a esses editais. Portanto, se faz necessário que as assessorias técnicas garimpem essas experiências e concorram aos editais onde for possível, e que quem não dispõe de assessoria, busque um sindicato ou uma prefeitura que possa colaborar nesse processo.

O Bioágua Familiar tem sua importância diante de um cenário em que, para otimizar o uso de um recurso em lugares escassos, faz-se necessário um reuso da água. Desse modo, as águas utilizadas para algumas atividades domésticas não são desperdiçadas e sim reutilizadas em outras atividades na propriedade. No território Sertão do Apodi – RN, o Bioágua Familiar já se encontra em mais de 200 domicílios em diferentes municípios. As três tecnologias de acúmulo de água das chuvas (P1MC, P1+2 e Cisternas nas Escolas) executadas pela ASA Brasil e outras entidades, como FBB, governos estaduais e prefeituras municipais, com recursos do governo federal, fazem uma verdadeira revolução no Semiárido nordestino, pois são tecnologias que armazenam água para consumo humano, reduzindo a necessidade do sertanejo de caminhar distâncias de 10 a 15 km para conseguir água potável. Outro aspecto importante a se ressaltar advindo dessas tecnologias é a formação realizada com as famílias, que discutem sobre cidadania, participação política e uso sustentável da água, ocasionando às famílias a difusão das formas de organização coletiva.

Em se tratando de alguns dados sobre esses programas, até 04.04.2016, o P1MC construiu 581.315 cisternas de 16.000 litros de água no Semiárido, e o P1+2 construiu 87.415 cisternas com tecnologias de uso familiar e 1.318 cisternas com tecnologias de uso comunitário. Nesse conjunto de ideias que favoreceram a vida no campo, a Diaconia, em conjunto com a FBB, fez a difusão dos banheiros redondos, que são construídos com anéis de ferro, com um reservatório de 2.500 litros de água, fossa séptica, sumidouro e sistema de reaproveitamento de água, solucionando a problemática do saneamento básico nas comunidades.

A assistência técnica caracteriza-se como um dos principais desafios do homem do campo para produzir, mas a assistência oferecida pelos órgãos oficiais é insuficiente. Nesse contexto, urge a necessidade de uma assistência continuada que possa orientar o homem do campo em relação a como proceder diante de algumas situações. Percebendo essa lacuna, a FBB, por meio da Coopapi, oportuniza a contratação de Agentes de Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS) com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico-social e fortalecer a base produtiva por meio de um projeto de revitalização da cajucultura na região oeste do estado do Rio Grande do Norte.

O sistema Pais é uma tecnologia social de apoio à agricultura familiar pensada para otimizar processos nesse público. Consiste em desenvolver um sistema de irrigação por gotejamento, captando água de um reservatório elevado aproveitando a força da gravidade para irrigação das culturas. Também estando associadas às culturas a criação de aves e animais de pequeno porte. Dentro dessa integração, os resíduos produzidos por esses animais serão utilizados como matéria-prima para produção de composto, que será usado na adubação das plantações.

Fortalecendo as tecnologias sociais no território, no entanto, é visível a disparidade entre os municípios, em que alguns municípios estão melhores aparelhados de instituições parceiras, ou quando a ONG que possui projetos de difusão de tecnologias consegue ganhar editais para desenvolver a tecnologia em determinada área de atuação que comtemple o edital ou, até mesmo, sua área de atuação, enquanto outros municípios, com menores estruturas, que não estão dentro do campo de atuação das ONGs, ficam de fora do programa.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisar a importância da ação das tecnologias sociais para o desenvolvimento do território Sertão do Apodi – RN, constatou-se a

existência de uma diversidade de tecnologias sociais que contribuem para o desenvolvimento do território, notando-se que a forma como são difundidas as tecnologias, que, em alguns casos, tornam-se políticas públicas ou programas governamentais, no entanto, não abrange todos os municípios do território Sertão do Apodi – RN, concentrando-se em poucos municípios.

O território Sertão do Apodi – RN demonstra o quanto é expressiva a presença das organizações, sejam instâncias de governo e ONGs nacionais e internacionais, todas atuando em prol da difusão das tecnologias sociais para desenvolvimento do território. Na dinâmica diária, cada tecnologia social tem seu papel, atuando seja oportunizando às comunidades rurais melhoria no consumo, produção ou na criação de animais.

O território Sertão do Apodi – RN é notadamente reconhecido por sua dinâmica de participação, o que cria um ambiente favorável para a organização social e, conseguintemente, estimula a construção coletiva. O conjunto de entidades que atuam no território favorecem a essa metodologia, de modo que os constantes momentos vivenciados nas instâncias são favoráveis ao debate e nesses espaços acontecem as partilhas dos problemas e das possíveis soluções. As tecnologias sociais, nesse cenário de desafios e dificuldades que enfrentam, caracterizam-se como iniciativas que têm por finalidade trazer melhorias na convivência com a seca, que aponta o maior número de tecnologias, já que se configura como um grande desafio a convivência com o Semiárido nordestino.

Após implementadas, as tecnologias sociais favorecem consideravelmente aos empreendimentos da agricultura familiar, trazendo melhorias na vida e no processo produtivo das famílias. Cita-se, como exemplo, o Bioágua Familiar, que proporciona às famílias o reuso das águas cinzas para a produção de hortaliças e frutas, sendo essa produção usada como alimentação da família e o excedente é comercializado

junto a cooperativas. O processo de capacitação utilizado junto aos beneficiários das cisternas de placas fortalece as organizações sociais da comunidade. Desse modo, a introdução dessas tecnologias torna-se facilitada pela necessidade e aptidão do sertanejo em absolver essa iniciativa e modifica sua vida pelo uso delas. O principal responsável pela incorporação das tecnologias sociais no Semiárido **é** o próprio agricultor, que sente a necessidade de buscar melhores condições de vida, utiliza de ferramentas **à** sua volta e cria formas de inovar processos. Depois, v**ê**m as assessorias técnicas, mediante ONGs que favorecem essa difusão, oportunizando o processo de interc**â**mbio das tecnologias e, ainda, buscam entidades que trabalham com difusão delas.

A falta de constância das ações de ONGs é ponto recorrente nas análises dos dados coletados, tanto os prestadores de serviço como os beneficiários acreditam que os resultados poderiam ser melhores se houvesse continuidade nos projetos, nos editais. A execução da assistência tem sido regida pelos prazos de execução e, ao final do prazo, todas as atividades são diminuídas ou encerradas. Assim, não tem se mostrado favorável, de acordo com as habilidades e vocações de cada comunidade. Dessa forma, devem ser feitos editais com longo prazo, com a garantia de continuidade para os projetos de maior interesse produtivo.

Outro fato observado é que a necessidade do homem do campo tem se configurado como principal fator para o surgimento das novidades, sendo ele localizado e dependente do tempo, dos ecossistemas locais e dos repertórios culturais em que o processo de trabalho na agricultura está inserido. É necessário apoio técnico para os inventos, adaptações ou até criações do homem do campo no convívio com o Semiárido, para que haja continuidade das melhorias na produção agropecuária do Semiárido nordestino.

Ressalta-se, então, que existe, de fato, uma diversidade de tecnologias sociais no território Sertão do Apodi – RN, as quais, por meio de

ONGs, têm chegado ao agricultor familiar. As ações nesse território são apoiadas pelas organizações: BNB, FBB, Banco Mundial, entidades religiosas, organizações internacionais e universidades. No entanto, as ações têm se caracterizado como excludentes, já que não conseguem abranger o território como um todo, estando presente em municípios que atenda apenas às chamadas, editais ou projetos com a área de atuação da organização. Munícipios como Apodi e Caraúbas têm se destacado por receberem as tecnologias ou desenvolverem as adaptações ou, até mesmo, a criação de novos produtos/processos.

Destaca-se, dessa forma, a existência de uma diversidade de tecnologias sociais que contribuem para o desenvolvimento do território Sertão do Apodi – RN, notando-se que a forma como são difundidas as tecnologias, que em alguns casos tornam-se políticas públicas ou programas governamentais, não abrange todos os municípios do território Sertão do Apodi – RN, concentrando-se, em sua maioria, em poucos municípios.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar.** Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável/UnB, 2007. Disponível em: <http://mstemdados.org/sites/default/files/Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar – Iara Altafin - 2007_0.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2016.

ANJOS, F. S.; BECKER, C. Agricultura familiar e mercados institucionais: o desenvolvimento como liberdade. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, p. 92-101, 2014. (Suplemento especial).

ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO**. Ações:** P1MC. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>. Acesso em: 10 maio 2016.

BAIARDI, A.; MENDES J. Agricultura familiar no Semi-árido: fatalidade de exclusão ou recurso para desenvolvimento sustentável? **Bahia Agrícola**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 28-41, nov. 2007.

BELIK, W. Pronaf: avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (Eds.). **O novo rural brasileiro**: políticas públicas. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000. 93-115p.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 25 jul. 2006.

______. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra Semiárido 2013-2014.** Brasília: MDA, 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/cartilha_plano_safra_semiarido_baixa.pdf>. Acesso em: 5 maio 2016.

______. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006:** agricultura familiar: primeiros resultados: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>. Acesso em: 20 ago. 2016.

______. **Programa Territórios da Cidadania:** Sertão do Apodi – RN. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/sertodoapodichapadadoapodirn>. Acesso em: 28 ago. 2016.

CAMPELO, D. A. As políticas públicas para a agricultura familiar brasileira em clima semiárido: do combate à convivência. **Revista Brasileira de Pós-Graduação - RBPG,** Brasília, v. 10, n. 21, p. 865-888, out. 2013.

CAMPELO, D. A.; HAMASAKI, C. S. Políticas públicas e ações sustentáveis no Semiárido pernambucano: fortalecimento da pequena agricultura familiar. **Revista da Ciência da Administração**, v. 4, p. 1-34, dez. 2011.

CARMO, M. S.; SALLES, J. T. A. Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentado. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 3., 1998, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: SBSP, 1998.

COUTINHO M. J. F. et al. A pecuária como atividade estabilizadora no Semiárido brasileiro. **Revista Veterinária e Zootecnia,** v. 20, n. 3, p. 9-17, set. 2013.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL; UNIÃO DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Estratégias de acesso a mercados para agricultura familiar.** Brasília, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil:** dossiê estatístico. Brasília: Incra/FAO, 1996.

JALFIM, F. Notas sobre a caminhada da agroecologia no semiárido pernambucano. In: LIMA, J. R. T. (Org.). **Agroecologia e movimentos sociais.** Recife: Bagaço, 2011.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar:** comparação internacional. Campinas: Unicamp, 1993.

NUNES, A. M. B. **A (re)pecuarização do semiárido nordestino**: reconversões produtivas entre agricultores familiares do Pajeú – PE. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

NUNES, E. M. et al. Políticas agrárias e agrícolas no contexto do desenvolvimento do Nordeste: evolução, desafios e perspectivas. **Planejamento e Politicas Publicas**, v. 43, p. 91-126, 2014.

ORTEGA, A. C.; NUNES, E. M. Desenvolvimento rural-local e agricultura familiar no Brasil. In: XAVIER, C. L. (Org.). **Desenvolvimento desigual.** Uberlândia: Edufu, 2004. v. 1. 381-410p.

SILVA, R. M. A. Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 3, jul./set. 2007.

VILAR FILHO, M. D. Secas e ciclos: sinopse analítica. In: BATISTA FILHO, M.; MIGLIOLI, T. C. (Orgs.). **Viabilização do Semi-Árido do Nordeste**. Recife: Imip, 2001. 52-58p.

CAPÍTULO 10

EXPERIÊNCIA DA FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL COM AS TECNOLOGIAS SOCIAIS NO SEMIÁRIDO

Iriane Teresa de Araújo
Christiane Fernandes dos Santos
Rafaela Cristina Alves de Freitas
Lauro Cesar Bezerra Nogueira

1 INTRODUÇÃO

O movimento em torno do tema da tecnologia social (TS) tem crescido no Brasil nos últimos anos, em especial na região do Semiárido. Por ser uma região com inúmeras limitações e necessidades de técnicas de convivência com as condições dos hábitats, emerge a necessidade de técnicas produtivas adaptadas às limitações que o próprio meio lhe impõe.

Dentro desse contexto de convivência, as tecnologias sociais passam a ser consideradas uma ferramenta para a gestão social, a qual possibilita, em parte, ao indivíduo e à sociedade, um processo de emancipação como um todo e como apreciação dos métodos de se administrar. Para Duque (2016), trata-se de validar o conhecimento local por meio de soluções domésticas, utilizando-se da gestão fundamentada em procedimentos que lograram desenvolver, modificar e emancipar a sociedade.

É valido salientar que a gestão social surge atrelada ao processo de redemocratização juntamente ao crescente interesse por melhorias sociais, e em regiões como o Semiárido esse tipo de ação torna-se importante num processo de convivência com as tecnologias sociais. As tecnologias sociais possuem um alinhamento entre o saber popular,

a organização social e o próprio conhecimento técnico-científico, e precisam ser efetivas e reaplicáveis, para, dessa forma, propiciar o desenvolvimento social em escala.

Neste sentido, o presente capítulo tem como objetivo trazer uma reflexão conceitual das tecnologias sociais, abordando o caso da Fundação do Banco do Brasil (FBB) e a importância dele para a região semiárida. Os procedimentos metodológicos adotados foram a utilização de dados e informações de fontes secundárias, por meio de pesquisa bibliográfica (em livros, jornais, revistas etc.), além de visitas em sítios oficiais, como o da FBB, entre outros.

2 Tecnologia social: origem e conceito

As primeiras discussões relacionadas à temática da tecnologia social surgiram na década de 1980, em meio às críticas tecidas ao movimento da Tecnologia Apropriada (TA), perdendo espaço posterior como meio ao plano tecnológico, sendo forma alternativa ao crescimento observada até então para países em desenvolvimento, quando se verificou em todo o mundo uma expansão do pensamento neoliberal. Foi nesse período que emergiram, por parte de vários atores, as discussões sobre as tecnologias sociais.

Entende-se por tecnologias sociais técnicas, materiais e procedimentos metodológicos testados, validados e com impacto social evidenciado, criados a partir de necessidades sociais, com o fim de solucionar um problema social. Uma tecnologia social considera as realidades sociais locais e está, de forma geral, conexa às formas de organização coletiva, concebe soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida (LASSANCE JUNIOR; PEDREIRA, 2004). Já para Costa e Hoyler (2012, p. 5):

> As Tecnologias Sociais, tidas enquanto técnicas, métodos ou artefatos produzidos na interação com a comunidade, tal que apre-

> sentem efetivas soluções a demandas de uma localidade, quando incorporada como política pública, são representativas dessa nova arquitetura de vínculos entre Estado e Sociedade Civil.

Ambos os autores acima citados caminham na mesma direção quando definem tecnologias sociais. Santos (2000, p. 62-63) afirma existir uma relação natural do homem com as técnicas, na qual:

> Toda relação do homem com a natureza é portadora e produtora de técnicas que se foram enriquecendo, diversificando e avolumando ao longo do tempo… As técnicas oferecem respostas à vontade de evolução dos homens e, definidas pelas possibilidades que criam, são a marca de cada período da história.

Enfatiza-se a perspectiva de que cidadãos, associações de bairro, empreendimentos de economia solidária, organizações não governamentais, movimentos sociais e outras instituições da sociedade civil organizada, possam desenvolver, apropriar-se ou adequar tecnologias em benefício de sua coletividade. A tecnologia social pode ser uma ferramenta para a gestão social, tornando-se parte do processo de emancipação do indivíduo e da sociedade como um todo.

A tecnologia social é um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento. O Estado entra na condição de indutor do desenvolvimento socioeconômico, por meio da criação e aplicação de políticas públicas. Mas onde devem ser implantadas essas políticas públicas?

A implantação dessas políticas públicas (deve ser endógena, por incorporar características locais) deve ocorrer em regiões cuja capacidade de geração de renda é comprometida pela falta ou inadequação da tecnologia gerada nos setores/segmentos mais dinâmicos da sociedade, cabendo ao Estado abdicar dos processos autoritários de transferência e estimular o surgimento, a validação e a reaplicação de tecnologias socialmente apropriadas.

As crises ambientais recentes provocaram na sociedade a necessidade de fomentar a utilização de recursos, produtos, serviços e processos tecnológicos gerados a partir da experiência de base social, que sejam mais simples, baratos e acessíveis, sinalizando para o Estado um novo papel de indução desse processo, mediante o apoio financeiro e institucional de organizações e experiências locais.

No processo de gestão social, as tecnologias sociais tornaram-se ferramentas para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, e seu escopo é utilizado para a construção de modelos e aplicação prática simplificada na solução de problemas sociais.

3 FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL E BANCO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS

A FBB se caracteriza por um processo histórico de atuação em causas sociais desde a sua fundação, em 1985, com sucessivos programas voltados para o homem do campo, comunidades carentes, associações esportivas, educação, crianças, cultura, geração de emprego e renda, entre outros, e um pouco mais recente, as tecnologias sociais.

A adoção de um conceito de tecnologia social por parte da FBB começou a se desenhar em 1999, durante as discussões sobre ciência e tecnologia realizadas por iniciativa da instituição. O papel da FBB em meio às discussões que levaram à consolidação do conceito de tecnologia social no Brasil é reconhecido como preponderante por estudiosos que se dedicaram ao tema.

Atualmente, a FBB mantém o Banco de Tecnologias Sociais, um banco de dados que contempla informações sobre as tecnologias certificadas no âmbito do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, desde a primeira edição (realizada em 2001), que representou uma substancial contribuição para a disseminação do conceito e da prática da tecnologia social no país, produzindo automaticamente a

multiplicação de informações sobre tecnologia social e que continuam sendo aplicadas até hoje.

A FBB vem se destacando nos últimos anos pelo trabalho realizado mediante o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, por ser um instrumento de identificação, seleção, certificação, promoção e fomento de tecnologias que apresentem respostas efetivas para diferentes demandas sociais e possam integrar o Banco de Tecnologias Sociais. O prêmio é realizado a cada dois anos, para que possa permitir o processo de captação e posterior disseminação de soluções, sendo outra vertente que a FBB trabalha. Pode participar do prêmio qualquer instituição legalmente constituída no país, seja de direito público ou privado.

As tecnologias captadas juntamente com a disseminação de soluções formam um banco de dados que contemplam informações sobre problemas solucionados, municípios atendidos, recursos necessários para implementação, entre outros detalhamentos das tecnologias sociais certificadas. Trata-se, portanto, de um importante *know-how* sobre as tecnologias sociais que estão em processo de afirmação, desenvolvimento e reaplicação.

Isso tudo ocorre pela *interface* do Banco do Brasil, proprietário da FBB, o qual utiliza de suas agências, seja como intermediário de políticas públicas do Estado, ou como apenas agente financeiro, destacando-se como um dos grandes apoiadores do desenvolvimento e aplicação de tecnologias sociais no Brasil.

Isso não se dá apenas pelo prêmio, mas pela capacidade de incentivo à reaplicação, que resulta de sua inserção em fóruns de desenvolvimento em todos os níveis. Assim, a FBB passa a promover a inclusão social por meio da inserção econômica de agricultores familiares, quilombolas, catadores de material reciclável, entre outros grupos sociais excluídos ou em vulnerabilidade social. Para a FBB, o conceito de tecnologia social constrói uma nova perspectiva: a comunidade organizada passa, ela própria, a solucionar os seus problemas. A noção de desenvolvimento

ganha influências populares locais, permitindo o envolvimento das comunidades, gerando novas relações e, por conseguinte, novas demandas dentro das políticas nacionais oferecidas pelas instituições públicas e não governamentais.

4 REAPLICAÇÃO DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS NO SEMIÁRIDO

Dentre as diversas experiências do banco de tecnologias sociais da FBB, serão destacadas as mais disseminadas socialmente por meio de implantação de políticas públicas ou por iniciativa de reaplicação local.

- **Programa de formação e mobilização social para convivência com o Semiárido: Uma Terra e Duas Águas (P1+2):** tecnologia social reaplicada cujo objetivo foi fomentar a construção de processos participativos de desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro e promover a soberania, a segurança alimentar e nutricional e a geração de emprego e renda às famílias agricultoras, mediante o acesso e manejo sustentáveis da terra e da água para produção de alimentos, constituindo-se uma política pública.
- **Cisterna de calçadão:** consiste em uma técnica na qual uma área é pavimentada para captação de chuvas e as águas são direcionadas para um reservatório com capacidade para armazenar 52 mil litros. Por meio de canos, a chuva que cai no calçadão escoa para a cisterna, construída na parte mais baixa do terreno e próxima à área de produção, sendo possível cultivar pequenas hortas etc.
- **Barragens subterrâneas:** são barragens semi-impermeáveis que conservam a água infiltrada no subsolo em áreas de baixios, fundos de vales e de escoamento das águas da chuva, por meio de um muro cavado até a camada impermeável do solo. Esse

tipo de construção tem a capacidade de impactar o equilíbrio do sistema produtivo, majorando a resistência dos plantios aos períodos de estiagem. Além disso, garante a autonomia alimentar, permite a criação de pecuária e reduz a dependência de insumos externos.

- **Tanques de pedra (ou caldeirões):** permitem o armazenamento de grandes volumes de água captada nos lajedos, aproveitando a inclinação natural neles existentes. Há locais em que é necessário construir paredes ou muretas, facilitando o direcionamento ou a contenção da água para os tanques e, por conseguinte, um acúmulo maior de água (FBB, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias sociais certificadas pela FBB estão sendo disseminadas de várias formas no Semiárido, seja por meio das políticas públicas, seja pela iniciativa privada, mas o mais importante é o processo de mudança que ela proporciona, em que há claramente uma mudança de gestão social provocada pela implantação dessas técnicas. Criam-se possibilidades de convivência com as limitações impostas pelo clima da região, onde problemas simples, como, por exemplo, a captação e armazenamento de água para consumo humano, puderam ser resolvidos, além de ideias produtivas. E isso tudo fulgura na possiblidade de permanência do homem no campo.

Dessa forma, a tecnologia social é uma estratégia para o desenvolvimento e aproximação de soluções concretas aos problemas sociais brasileiros. Assim, o Banco de Tecnologia Social é a forma pela qual a FBB dissemina soluções geradoras de transformação social, considerando tecnologia social todo processo, método ou instrumento capaz de solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil reaplicabilidade e impacto social

comprovado. Como meio de obter esses conhecimentos sociais que se encontram nas associações comunitárias, universidades, centros de pesquisa, prefeituras, organizações não governamentais (ONGs), entre outras organizações da sociedade, essas informações vêm posteriormente a integrar as políticas públicas com características de desenvolvimento endógeno.

REFERÊNCIAS

COSTA, B.; HOYLER, T. Tecnologias sociais e políticas públicas: desafios e abordagens necessárias para implementação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 6., 2012, São Paulo. **Anais**... São Paulo: ENAPEGS, 2012. Disponível em: <http://anaisenapegs.com.br/2012/dmdocuments/237.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2016.

DUQUE, T. O. **Tecnologia social:** interfaces e conexões. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 2016.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Banco de Tecnologias Sociais.** Disponível em: <www.tecnologiasocial.org.br>. Acesso em: 17 mar. 2016.

LASSANCE JUNIOR, A.; PEDREIRA, J. Tecnologias Sociais e Políticas Públicas. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: FBB, 2004.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CAPÍTULO 11

ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO: UM ESTUDO NA COOPERMUPS, UM EMPREENDIMENTO ORGANIZADO POR MULHERES

Inácia Girlene Amaral
Késia Suyanny Silva da Costa

1 INTRODUÇÃO

A economia solidária surgiu a partir de iniciativas dos setores populares apoiadas por organizações vinculadas a estes. O modelo econômico solidário tem por base a pequena empresa comunitária, a agricultura familiar, o trabalho doméstico, o trabalho autônomo e as cooperativas. Estas organizações são constituídas por grupos de indivíduos que se inserem no mercado e para que se fortaleçam constituem redes de comercialização e cooperação solidária. Desse modo, os pobres conseguem construir as próprias condições comunitárias de provisão material para sua existência por meio de relações de solidariedade (LISBOA, 2000).

No contexto da economia solidária encontram-se os empreendimentos cooperativistas, segundo Santos e Ceballos (2006) estes possibilitam a inclusão social e o desemprego, para agricultores rurais, artesões ou qualquer pessoa que se una a outras pessoas para conseguirem maiores benefícios na busca de uma forma de estar novamente ativa no mercado.

De acordo com Brasil (2012), as mulheres correspondem a 52% dos cooperados, no Brasil. Geralmente as cooperativas compostas por mulheres são formadas por aqueles que moram próximas aos empreendimentos, que realizam atividades similares e repartem igualitariamente

o resultado do trabalho. Nas regiões com menor desenvolvimento, as cooperativas possibilitam as mulheres a melhorarem a qualidade de vida ao desenvolverem atividades econômicas que geram retorno nesta região.

No Brasil dentre os excluídos do mercado de trabalho encontram-se as mulheres, dos meios urbanos e rurais, em condições socioeconômicas precárias, com pouca escolaridade e baixa qualificação profissional. Dessa forma, segundo Ramos (2011), observa-se cada vez mais uma maior participação de mulheres em iniciativas populares que visam a geração de trabalho e renda. Estas iniciativas têm por base o associativismo, a autogestão e a cooperação.

Conforme Bueno (2001) muitas mulheres puderam obter acesso ao trabalho por meio do cooperativismo, reorientando suas vidas, assumindo compromissos seja com sustento da família ou no orçamento familiar. Com isso, o cooperativismo é uma forma de empoderar as mulheres ao possibilitar que tomem decisões em grupo e tenham autonomia sobre suas próprias vidas.

Concernente ao que foi anteriormente exposto este capítulo apresenta um estudo de campo na Cooperativa de Mulheres Prestadoras de Serviços (Coopermups). Esta cooperativa surgiu das ações desenvolvidas pelo Grupo Mulheres em Ação (GMA), uma organização não governamental de cunho feminista, criada desde 1994, cuja missão é "ser instrumento de luta, mobilização e organização das mulheres no bairro Nova Vida". Todavia, somente em 2002, o GMA foi instituído legalmente como associação sem fins lucrativos. A cooperativa recebe apoio da Visão Mundial, uma organização que beneficia associações e cooperativas para a manutenção de direitos sociais e igualitários para comunidades de baixa renda.

Em 2002 surgiu a Coopermups, em forma de empreendimento coletivo constituído e operacionalizado sob a perspectiva solidária, formado por 27 mulheres que oferecem serviços de alimentação, limpeza

doméstica e fabricação de artesanato, contribuindo para a geração e distribuição de renda para as cooperadas e comunidade.

A coleta de dados ocorreu com 3 mulheres do grupo, sendo uma com 46 anos de idade e 4 de cooperada, outra com 53 anos de idade e 6 de cooperada e a última com 32 anos de idade e 3 de cooperada. A escolha das mulheres se deu por disponibilidade e acessibilidade delas durante o período das entrevistas. A entrevista semiestruturada e observação foram as técnicas de coleta de dados aplicadas na Rede Coopermups de comércio solidário junto às mulheres cooperadas.

Considerando esse cenário, este capítulo questiona: de que maneira a Coopermups tem contribuído com aspectos econômicos e sociais de suas cooperadas? O objetivo foi de analisar as contribuições econômicas e sociais possibilitadas pelas Coopermups às suas cooperadas.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO

Na Revolução Industrial, por volta do século XIX, surgem tentativas para organizar a produção e o consumo de forma comunitária e democrática, surgindo as primeiras cooperativas autogestionárias de produção, ou seja, a economia solidária aparece como um novo modo de produção comunitária (GAIGER, 2003).

A economia solidária se fortalece no Brasil a partir da década de 1980, se intensificando na década de 1990, com a expansão do neoliberalismo e a crise no mundo do trabalho, gerando altos índices de desemprego, aumento da informalidade e desregulamentação dos direitos trabalhistas (TIRIBA, 2006).

Para o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sies) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), a economia solidária é considerada um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, poupança, consumo e crédito. Dessa forma, seus atributos

são: a cooperação, a propriedade coletiva de bens e a partilha da responsabilidade solidária (BRASIL, 2007).

No Brasil os movimentos sociais estão adotando a economia solidária como oportunidade para os desempregados retornarem ao mercado, gerando cooperativas e feiras para venda e trocas dos seus produtos, do consumo solidário, onde as redes se formam em unidades de produção, do consumo e do crescimento de uma economia mais sustentável (GAIGER, 1999).

Neste sentido, a participação das mulheres tem aumentado em iniciativas populares de geração de emprego e renda. Estas se organizam em associações de produção e distribuição que tem por princípios a autogestão e a cooperação (RAMOS, 2011).

3 COOPERATIVISMO: ORIGEM, FINALIDADE E ATUAÇÃO

A cooperação faz da vida do ser humano deste o momento que passou a conviver com outros buscando meios para a sobrevivência do grupo. Porém, com o desemprego gerado pela Revolução Industrial, no século XIX, ao substituir o trabalho humano pelas máquinas a vapor, os tecelões criaram o que seria a primeira cooperativa no bairro de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra, em 1844 (SANTOS; CEBALLOS, 2006).

A cooperativa de Rochdale era composta por vinte e oito trabalhadores ingleses de diversos ofícios, sendo estes conhecidos por tecelões. Estes trabalhadores possuíam ideologias e vivências diversas: uns eram socialistas utópicos; outros eram defensores do movimento Carta do Povo, que defendia o direito ao voto de todo cidadão como forma de resolver os problemas sociais; uns estavam vinculados a organizações beneficentes, como a de combate ao alcoolismo e alguns não tinham opiniões políticas. Dessa forma, os cooperados de Rochdale era um grupo heterogêneo e complexo, porém unidos em prol dos ideais de justiça e progresso social (SILVA FILHO, 2001).

Originários da cooperativa de Rochdale, em 1844, os princípios cooperativistas tornaram-se universais, sendo eles: cada membro tem direito um voto nas decisões da cooperativa, adesão a cooperativa é livre, a cooperativa deveria pagar uma taxa de juros fixa sobre o capital emprestado, a cooperativa deveria vender seus produtos à vista, os produtos comercializados pela cooperativa não poderiam ser adulterados, caberia a cooperativa empenhar-se na educação cooperativa, a cooperativa deveria ser neutra em relação a religião e política. Atualmente os princípios cooperativistas formulados no século XIX, parecem óbvios, porém foram importantes (SINGER, 2002).

Em 1995 foram aprovados os princípios da Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 1995), sendo estes: a adesão a cooperativa deve ser voluntária e aberta; o controle dos membros deve ser democrático; participação econômica dos cooperados, autonomia e independência dos membros; educação, treinamento e informação; cooperação entre as cooperativas e preocupação com a comunidade. Para Benato (2006 apud BARRETO; PAULA, 2009) foi possível observar que os princípios da ACI não foram extensivamente modificados, pois são coerentes com os princípios disseminados pela cooperativa de Rochdale.

As cooperativas atuam em diversos setores da economia, sendo estas: as cooperativas de produção, de consumo, de agropecuária, de crédito, , de trabalho, de educacional e de habitação (SINGER, 2002). A cooperativa de produção origina-se da organização de trabalhadores de empresas capitalistas prestes a falir, estes trabalhadores integralizam o capital da cooperativa usando os seus créditos trabalhistas. A cooperativa de comercialização domina, até hoje, segmentos da agricultura. Os agricultores familiares reagiram à exploração imposta pelos atacadistas e industriais que compravam a produção e pelos industriais que vendem as sementes, os fertilizantes, etc. Com a organização em empresas solidárias os pequenos agricultores podem comprar e vendar, possibilitando o poder de barganha e ganhos de escala (SINGER, 2001).

O cooperativismo surgiu em resposta à Revolução Industrial, na Inglaterra, sendo impulsionado pela crise econômica ocorrida no período, no decorrer do tempo o movimento enfraqueceu, retornando fortemente com o surgimento a globalização, que gerou o enxugamento de muitas empresas e de um considerável aumento no número de desempregados, o que impulsionou o aumento de empreendimentos cooperativos, possibilitando aos desempregados o retorno ao mercado (SANTOS; CEBALLOS, 2006).

Diante do cenário apresentado, houve um crescimento na participação das mulheres em empreendimentos associativos, os quais possuem princípios autogestionários, cooperativos de produção e comercialização, como alternativa para a geração de trabalho e renda (GONÇALVES, 2001).

4 MULHERES ORGANIZADAS EM EMPREENDIMENTOS COOPERATIVOS

Observa-se uma maior participação feminina no mercado de trabalho formal, como em atividades informais e no setor de serviços. Porém, os empregos são precários e vulneráveis como ocorre na Ásia, Europa e América Latina (HIRATA, 2009).

Conforme Cappellin (2004), diagnósticos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) indicam que existem disparidades entre homens e as mulheres pelas continuas descriminações existentes em relação a determinados espaços privilegiados no emprego formal, estes diagnósticos demonstram:

> A maior fragilidade da manutenção do emprego formal para as mulheres; O contínuo e alto índice de desemprego feminino; As desvantagens e as diferenças salariais das trabalhadoras; A segrega-

ção ocupacional e os guetos ocupacionais; As renovadas barreiras à promoção e à ascensão profissional (CAPPELLIN, 2004, p. 83),

Os empreendimentos solidários são formas empoderamento do feminino. As mulheres possuem as mesmas condições para obterem os meios de produção por meio da propriedade coletiva (CULTI, 2004). Frente as necessidades e do desemprego, as mulheres são as primeiras a se mobilizarem e se auto-organizarem, em virtude de suas atividades coletivas realizadas no decorrer de sua socialização (GUÉRIN, 2005).

A economia solidária pode contribuir com as mulheres de várias formas, com: (a) o cotidiano das mulheres, ou seja, contribuindo com a vida familiar e profissional; (b) espaços de discussão e reivindicações que contribuem com mobilizações e pressões junto às autoridades públicas para que essas elaborarem políticas públicas de gênero que desenvolvam a mulher e contribuam com as mudanças sociais mais favoráveis a elas; (c) o acesso ao crédito; e (d) a emancipação financeira da mulher (ANGELIN; BERNARDI, 2007).

Segundo a Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas (CICAF, 2009), no cooperativismo a mulher busca não só oportunidades econômicas, como também a valorização pessoal, já que no cooperativismo todos os integrantes são importantes e possuem responsabilidades.

5 CONTRIBUIÇÃO DO COOPERATIVISMO NA VIDA SOCIAL E ECONÔMICA DAS MULHERES COOPERADAS

As narrativas inseridas neste tópico discorrem sobre as possibilidades de melhoria econômica e social proporcionadas pela Coopermups as cooperadas entrevistadas.

Código da entrevistada	Narrativas
M1	*"Uma vizinha fazia trabalhos sociais junto com o grupo, me chamou pra ganhar um 'trocadinho'[...]."* *"A minha vida mudou completamente depois que entrei na cooperativa. [...] fiz novas amizades, virei evangélica, me tornei independente e ainda faço o que eu gosto."* *"Pra mim, primeiro foi o financeiro, depois que comecei a ver o trabalho das meninas eu percebi que consigo através da cooperativa administrar meu dinheiro a ajudar nossa comunidade [...]."*
M2	*"Depois que me separei tive que arrumar qualquer coisa pra trabalhar. Fui procurar fazer faxina, lavar roupa [...]. Nisso eu conheci uma mulher que trabalhava na cooperativa e me falou do trabalho que elas desenvolviam com a comunidade, que podia me ajudar enquanto eu não conseguia uma coisa melhor [...] tá aí, estou até hoje."* *"Consegui continuar criando meus filhos quando cheguei aqui. [...] eles também participam dos projetos da cooperativa."* *"Em minha opinião, o estudo é importante, mas só depois que ingressei na cooperativa foi que tive noção de desenvolver outras formações."* *"Então pra mim foi bom conhecer o trabalho social e ainda participar de eventos solidários que me levou a trabalhar na cooperativa."* *" [...] O cooperativismo como trabalho trouxe para mim e as cooperadas várias oportunidades de ganhar dinheiro e ajudar ao próximo [...] "*

M3	*"O que me levou estar aqui, foi quando participei como voluntaria de uma refeição que fizeram para o presidente Lula quando veio para o estado [...] Gostei da união das mulheres, me identifiquei com o trabalho."* *"[...] Passei a ganhar meu dinheiro, ajudar minha mãe, comprar o que eu quero, quando pode claro* (risos)." *"Tive a curiosidade de conhecer melhor as atividades que as cooperadas faziam com a comunidade e como elas faziam para se sustentar. [...] que só entendi quando entrei foi à importância da solidariedade, auto-organização e o trabalho em equipe."* *"[...] ter conhecimento sobre o cooperativismo, o trabalho social, a solidariedade e o gênero me fez ficar satisfeita."*

Quadro 1 – Narrativas das mulheres pesquisadas sobre a contribuição do cooperativismo na vida social e econômica das mulheres cooperadas

Fonte: dados de pesquisa.

A partir da análise da fala das entrevistadas percebe-se que as mesmas veem no cooperativismo uma forma de contribuir com o atendimento de suas necessidades tanto econômicas como sociais, aumentando se poder de compra, possibilita uma maior relação com outras mulheres e as da comunidade, contribui com o espírito solidário e de equipe e ainda ofertar conhecimentos a estas mulheres sobre a atividade econômica envolvida.

Ao buscarem recursos financeiros para contribuir com o sustento da família vinculando-se a organizações solidárias, estas mulheres acabam encontrando uma posição na sociedade e também a valorização de seu trabalho.

Nas narrativas acima foi possível observar que os laços na cooperativa se expandiram quando passaram a considerar o local como um segundo lar, em que o convívio passou a ser visto como relacionamento entre amigas e profissionais favorecendo a essas mulheres a permanência na cooperativa.

Alves et al. (apud BORILE, 2011) confirmam que o cooperativismo não pretende atender apenas as necessidades econômicas, como também

a qualidade de vida dos seus cooperados e a atenção com o meio em que se vive. Esta afirmação converge com as narrativas das pesquisadas, já que as cooperadas se satisfazem com o trabalho social e com a remuneração obtida na cooperativa.

A influência que os princípios da cooperação e desenvolvimento da economia solidária ocasionam, está atrelado aos trabalhos da cooperativa que permitiu as cooperadas o atendimento a várias necessidades, conforme as falas das pesquisadas: Para M1 o cooperativismo contribuiu de forma positiva, pois proporciona benefícios financeiros e o trabalho em conjunto, possibilitando um convívio pessoal adequado ao trabalho da cooperativa. M2 deu mais ênfase às relações e convívio com as cooperadas, e ainda permitiu a geração de renda para as despesas do lar. Segundo M3 o cooperativismo proporcionou adquirir conhecimento sobre o trabalho solidário e entender a posição do gênero feminino na sociedade.

Nas falas as entrevistadas ainda mencionam a participação em causas sociais, tais como: o movimento juvenil, as atividades de recreação com crianças e as relacionadas à cultura da região e comunidade.

6 GÊNERO FEMININO, COOPERATIVISMO E TRABALHO/ATIVIDADES

Foi percebido na Coopermups que os serviços ofertados são atividades comuns ao sexo feminino. Estas mulheres se organizaram em torno de atividades que já realizavam no lar e estenderam ao mercado.

Código da entrevistada	Narrativas
M1	*“Sempre trabalhei com limpeza e cozinha. Graças a Deus através daqui consegui diversos trabalhos e cursos que antes não tinha por causa que só fazia serviços de limpeza [...] através daqui me qualifiquei como cozinheira.”* *“[...] Trabalhar aqui me faz bem, somos uma família.”* *“Meu marido não gosta muito, acho que isso é preconceito dele, nunca ninguém me falou nada demais, só ele que acha demais [...].”* *“Hoje o trabalho que aparecer agente faz, se for pra homem ou mulher [...]não me lembro de ter passado por dificuldade.”*
M2	*“Mulher, o meu trabalho antigo era em empresa privada na limpeza, como a maioria de pessoas que não tiveram estudo e por ser mulher né pior ainda.”* *“[...]as pessoas procuram a cooperativa porque sabe que são serviços femininos.”* *“Então, é bom porque facilita nosso trabalho em coisas que temos domínio, já sabemos fazer.”* *“O preconceito vem muitas vezes vem daqui de dentro [...] Mas sempre soube que conviver com pessoas é uma tarefa difícil, somos muito diferentes mas gostamos do que fazemos, é o que importa. No dia-a-dia conseguimos superar com as conversas [...]”*
M3	*“Não trabalhei antes da cooperativa [...].”* *“Fiquei muito chateada, quando teve um evento que faltou comida, todas se prejudicaram, pois deixamos de ganhar um pouco mais. Foi vergonhoso!”* *“[...] Nós mulheres ainda enfrentamos as burocracias das leis, que eu acho mais ainda que é preconceito e não injustiça. Mas estamos lutando sempre e fazendo as coisas acontecerem com a coragem e vontade.”*

Quadro 2 – Narrativas das mulheres pesquisadas sobre o gênero feminino, o trabalho e as atividades da cooperativa

Fonte**:** dados de pesquisa.

As narrativas do Quadro 2 indicam que as entrevistadas que tiveram outras experiências de trabalho (M1 e M2) sentem a valorização e maior identificação com o trabalho realizado na Copermups. Antes de entrarem na cooperativa M1 e M2 realizavam trabalhos comuns ao gênero feminino, mas não relatam a possibilidade de realizarem capacitações e nova qualificação profissional em empregos anteriores como as oportunidades oferecidas pela cooperativa. No entanto, ainda é percebido a disparidade na relação de gênero, ao se observar as dificuldades impostas as mulheres, principalmente as de baixa renda, em relação a sua educação formal e profissional e remuneração (inferior a masculina). Na Copermups os serviços prestados ao mercado são comuns ao gênero feminino. Por isso, quando os serviços desta cooperativa são contratados, os contratantes entendem que são trabalhos domésticos, ainda pouco valorizado.

M1, M2 e M3 também falam sobre desafios e preconceitos que precisam enfrentar, como o do próprio cônjuge que não aceita que a mulher trabalhe fora do lar (M1); o próprio preconceito enfrentado na cooperativa entre as mulheres (M2) e "burocracia das leis" que é preconceituosa. Essas mulheres ao se organizarem em atividades econômicas e sociais, passam a vislumbrar novas formas de se posicionarem na vida e no meio que vivem. Apesar de ainda ser necessário um maior investimento em sua formação, conhecimento e valorização do trabalho feminino.

7 MULHERES E ASPECTOS POSITIVOS E DESAFIOS DO TRABALHO NA COPERMUPS

Neste subtópico foram destacadas algumas falas das entrevistadas sobre a percepção destas em relação aos aspectos positivos e os desafios enfrentados do trabalho cooperado na Copermups. Estas falas estão expostas nos Quadros 3 e 4, a seguir.

Código da entrevistada	Narrativas – aspectos positivos
M1	*"O trabalho é excelente aqui, não me falta nada [...] ganho dinheiro e consigo pagar água, gás, luz. Só vejo coisas boas. Meu marido sempre fala que só porque estou trabalhando e ganhando bem, eu estou "chiando", quero pisar nele [...]."* *"O salário é bom, pra mim é suficiente. Mas sempre procuramos fazer trabalho voluntário, onde todo o dinheiro que entra é pra pagar alguma conta da cooperativa [...]."*
M2	*"Um ponto positivo, pode ser a ajuda que conseguimos dos padrinhos, associados ou da Visão mundial que nos ajuda a manter a cooperativa funcionando e realizando os projetos [...]."* *"Com certeza as atividades sociais são mais importantes [...]."*
M3	*"[...]consigo me manter com o que ganho [...] apesar de não trabalhar integralmente."* *"O mais importante e conta muito é poder me sustentar e ajudar minha mãe com as despesas de casa."* *"Graças a Deus estamos nos tornando reconhecidas como mulheres [...]."*

Quadro 3 – Narrativas das mulheres pesquisadas sobre os aspectos positivos do trabalho na Copermups

Fonte: dados de pesquisa.

Nas narrativas das mulheres entrevistadas é possível identificar a satisfação das mulheres em relação aos aspectos econômicos, sociais e espírito cooperativo, assim como um maior engajamento em prol da melhoria de comunidade que estão inseridas.

Para M1 seu ingresso na cooperativa só lhe trouxe vantagens, benefícios que fizeram se tornar uma mulher autônoma e mais realizada economicamente. M2 destaca a importância das parcerias para a cooperativa, assim com a organização das cooperadas em prol do trabalho social e da melhoria da comunidade. Para M3 a cooperativa pode lhe dar uma independência financeira e proporcionar o conhecimento sobre as causas sociais nas quais o gênero feminino está se destacando na economia.

Código da entrevistada	Narrativas – dificuldades/desafios
M1	*"[...] O difícil é ter mais apoio do governo ou de associados, nem sempre a gente consegue pagar as contas da cooperativa."*
M2	*"Os trabalhos que aparecem na cooperativa ajudam muito no nosso salário. É bom por isso, mas nem sempre aparece pra todas."* *"[...] os trabalhos sociais são importantes, ajuda a comunidade, em especial as crianças. Mas todo mundo precisa de dinheiro né verdade?"*
M3	*"O trabalho como é feito pra todas são inconstantes [...]."* *"[...] Gosto do trabalho social, mas o financeiro ajuda a manter a cooperativa e a nós mesmas."* *"[...]o trabalho é muito cansativo, muitas vezes entro de manhã quando tem eventos, os contratos de fazer refeição, e só saio à noite."*

Quadro 4 – Narrativas das mulheres pesquisadas sobre as dificuldades e os desafios do trabalho na Copermups

Fonte**:** dados de pesquisa.

M1 aponta como uma dificuldade enfrentada pelas cooperadas na Copermups é o apoio governamental, são as políticas públicas voltadas para o cooperativismo. M2 preocupa-se com o futuro da cooperativa e considera que as parcerias são vantagens provisórias. Para ela, muitas cooperadas não têm iniciativa de obter outros cursos profissionalizantes que as ajudem a desenvolver melhor as atividades na cooperativa. M3 aponta como desafio as possibilidades de trabalho para todas de modo que atendam às suas necessidades e do cansaço do trabalho no período dos eventos.

8 COOPERAÇÃO ENTRE AS MULHERES

Constatou-se por meio da pesquisa que as mulheres entrevistadas possuem o espírito de cooperação e atributos solidários, principalmente

quando se refere ao desenvolvimento da comunidade na qual estão inseridas. As entrevistadas reconhecem a cooperativa pesquisada como um empreendimento social que possibilita as suas cooperadas oportunidades econômicas e sociais para a realização destas.

Para pesquisas futuras sugere-se a realização de estudos que permitam incluir as organizações parceiras da Copermups, governo nas diversas esferas e comunidade no entorno desta cooperativa, visando um aprofundamento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **Os princípios da aliança cooperativa internacional.** Manchester: Unesco, 1995. Disponível em: <http://www.peaunesco.com.br/coop2012/logotipo.htm>. Acesso em: 17 ago. 2016.

ANGELIN R.; BERNADI, C. M. Mulheres na economia popular e solidária: desafios para a emancipação feminina e a igualdade de gênero. **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, v. 6, n. 70, mar. 2007.

BORILE, L. C. **A Lei do Cooperativismo e sua função social no desenvolvimento da agricultura familiar e economia solidária**. 2011. 74 f. Monografia (Especialização em Direito Público) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, 2011.

BRASIL. Ministério do trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: MTE/Snes/Sies, 2007. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em: 29 jul. 2016.

______. Portal Brasil. **Cooperativas de mulheres.** Brasília, 16 fev. 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/cooperativas-femininas>. Acesso em: 14 ago. 2016.

BUENO, P. F. Z. **Gênero e cooperativismo**: A participação das mulheres nas cooperativas de trabalho. 2001. 49 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

CAPPELLIN, P. A igualdade das oportunidades nas relações de trabalho: a ética de reparação antecede o dever de responsabilidade. In: COSTA, A. A. et al. (Orgs.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho.** São Paulo: CUT Brasil, 2004. 81-118p.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS. Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. Rede de Educação Cidadã. **Cartilha outro consumo é possível**. Joinville, SC: Popular/CEFURIA, 2009.

CULTI, M. N. Mulheres na economia solidária: desafios sociais e políticos. In: CONGRESSO EUROPEU CEISAL DE LATINOAMERICANISTAS, 4., 2004, Bratislava. **Anais...** Bratislava, República Eslovaca: Ceisal, 2004.

BARRETO, R. O.; PAULA, A. P. P. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 7, n. 2, p. 199-213, 2009.

GAIGER, L. I. G. O trabalho ao centro da economia popular solidária. In: XXIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 23., 199, Caxambu. **Anais**... Caxambu, MG: Anpocs, 1999.

______. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, v. 2, n. 39, p. 181-211, 2003.

GONÇALVES, J. E. Economia solidária: solução eficiente para a agricultura familiar. Campo Belo: Sober, 2001. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/881.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2016.

GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual de trabalho numa perspectiva comparada. In: GUIMARAES, N. A.; HIRATA, H. **Trabalho flexível, empregos precários?** Uma comparação Brasil, França, Japão. São Paulo: USP, 2009.

LISBOA, A. M. **Desafíos de la economía popular solidaria.** Florianópolis: UFSC, 2000. Disponível em: <http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-810_pt.html> Acesso em: 12 ago. 2016.

RAMOS, A. T. A. A organização feminina em empreendimentos solidários: uma alternativa de inclusão ao mercado de trabalho. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2011, Londrina. **Anais...** Londrina, PR: UEL, 2011.

SANTOS, C. C. M.; CEBALLOS, Z. H. M. A importância do cooperativismo. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTIFICA; 10.,; ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO. 5., 2006, São José dos Campos. **Anais...** São José dos Campos, SP: Inic; EPG, 2006.

SILVA FILHO, C. V. **Cooperativas de trabalho**: São Paulo: Atlas, 2001.

SINGER, P. Economia solidária *versus* economia capitalista. **Soc. Estado,** Brasília, v. 16, n. 1-2, jun./dez. 2001.

______. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TIRIBA, L. **O lugar da economia solidária na educação e o lugar da educação na economia solidária.** Palestra proferida no IV Encontro Internacional de Economia Solidária. São Paulo: NEOL/USP, 2006.

Índice Remissivo